

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.150/2026

Processo Administrativo nº E:04105.0000000286/2026

Torna-se público que a **AGÊNCIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PROCESSOS - AMGESP**, por meio da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** designados pela **Portaria nº 341/2025**, publicada no Diário Oficial do Estado de Alagoas em 13 de novembro de 2025, sediada na Avenida Walter Ananias, nº. 35 - A, Jaraguá - Maceió - AL - CEP 57025-510, realizará **LICITAÇÃO, para registro de preços**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Valor total da contratação: R\$ 51.110.219,52 (cinquenta e um milhões cento e dez mil duzentos e dezenove reais e cinquenta e dois centavos)

Data da sessão pública: 18 de maio de 2026

Horário: 09h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento: menor preço por grupo de itens

Modo de disputa: aberto

Preferências ME/EPP/Equiparadas: não

Local: Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é o **registro de preços para futura e eventual AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS EXTERNOS DE MUSCULAÇÃO (ACADEMIA AO AR LIVRE)**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será realizada em grupo único, formados por 04 (quatro) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.6. **Não poderão disputar esta licitação:**

3.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do

cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.12. A vedação de que trata o item 3.6.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecido no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.12.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

- 4.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e jovens aprendizes, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021:
- 4.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para a contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em

quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 97, inciso VII, da Constituição Estadual; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.11. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.12. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 5% (cinco por cento).

- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.4. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas neste subitem, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

- 6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.14, poderão os licitantes que apresentaram as 3 (três) melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15. Não serão aceitos 2 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira

colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. Empresas brasileiras;

6.21.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

- 6.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.23. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.7 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

7.7.1. (...indicar os acordos, dissídios ou convenções coletivas..);

7.7.2. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1. Contiver vícios insanáveis;

7.8.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.8.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.9.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital.

7.10.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.10.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença

entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.12.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.

7.12.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.12.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Concluída a etapa final de lances, as empresas licitantes deverão ajustar suas propostas, apresentando os valores unitários e totais com a limitação de duas casas decimais após a vírgula, desconsiderando as duas últimas casas decimais adicionais. Caso seja necessário proceder ao arredondamento, este deverá ser efetuado para o valor imediatamente inferior, vedada a adoção de valor superior ao lance final apresentado.

7.16. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.21. Quando os itens estiverem dispostos em grupo de itens (lote) o critério de julgamento adotado será aplicado individualmente a cada item que integre o grupo, não podendo qualquer deles ultrapassar o valor máximo estimado pela Administração.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Encerrada a etapa de julgamento de proposta, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de habilitação no certame, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Certidão de Regularidade na Contratação de Aprendizizes, no site oficial do Ministério do Trabalho (<https://certidoes.sit.trabalho.gov.br>).

8.2. Certidão de Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social, no site oficial do Ministério do Trabalho. (<https://certidoes.sit.trabalho.gov.br>).

8.3. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.3.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.4. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.4.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados

nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.5. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, ou por cópia, com declaração do licitante de sua autenticidade.

8.7. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.9. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.10. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.11. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo 2 horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

8.14. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

8.15.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.15.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

9.2.1. A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

9.2.2. A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Sistema Eletrônico de Informações do Estado de Alagoas – SEI! Alagoas (<https://portal.sei.al.gov.br/>).

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.2.4. Deixar de apresentar amostra; ou

12.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. Não celebrar o contrato, ou a ata de registro de preço, ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, no prazo estabelecido pela Administração, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.5. Fraudar a licitação;

12.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. Advertência;

12.2.2. Multa;

12.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

- 12.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado, **recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.
- 12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1 a 12.1.3, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.
- 12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4 a 12.1.8, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito Administração Pública do Estado de Alagoas, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4 a 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1 a 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
- 12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis,

contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública do Estado de Alagoas.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica pelo e-mail: luizfelipe.amgesp@gmail.com, ou por petição dirigida ou protocolada na Avenida Walter Ananias, n.º 35A – Jaraguá, CEP: 57025-510 – Maceió/AL.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO A – Modelo de Proposta Final;

14.11.2. ANEXO B – Minuta de Ata de Registro de Preços;

14.11.3. ANEXO C – Minuta de Termo de Contrato;

14.11.4. ANEXO D – Termo de Referência;

14.11.5. Apêndice do Anexo D – Estudo Técnico Preliminar.

Maceió (AL), 30 de abril de 2026.

Ana Carolina de Moura Coelho
Assessora de Apoio de Contratação

Luiz Felipe Lopes Sarmiento
Pregoeiro Responsável

ANEXO A - MODELO DE PROPOSTA FINAL

Razão Social da Licitante:.....
CNPJ:.....
Endereço:.....
CEP:.....
Telefone:..... E-Mail:.....

As planilhas de quantitativos e custos conterão as descrições dos produtos que compõem a solução proposta, incluindo as respectivas quantidades, unidades, preços unitários e totais gerais, expressos em reais (R\$).

ITEM	DESCRIÇÃO	Marca e modelo:	Unid.	Qty.	PREÇO expresso em R\$	
					UNITÁRIO	TOTAL
01	XXXXXXXXXX		Unidade	XX		
TOTAL GERAL						

PRAZO DE ENTREGA E EXECUÇÃO: O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, a contar da data da ordem de fornecimento acompanhada da competente nota de empenho, de acordo com as necessidades da Administração.

VALIDADE DA PROPOSTA: O Prazo de Validade desta Proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data da abertura deste Certame.

PRAZO DE PAGAMENTO: A licitante **DECLARA** que acatará o pagamento da Administração conforme definido na minuta contratual, ANEXO III deste Edital.

CONTA BANCÁRIA: Banco XXXXX, Agência XXXX, Conta Corrente XXXXX.

Declaro:

1) que estão incluídas nesta proposta comercial, as despesas com todos os impostos, taxas, encargos sociais, encargos fiscais, desembaraço aduaneiro, encargos previdenciários e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da licitação.

2) que estou de acordo com todas as normas e condições deste Edital e seus anexos

ANEXO B – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021****PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX**

Processo Administrativo nº 04105.0000000286/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX

A **Agência de Modernização da Gestão de Processos – AMGESP**, UASG: 925998 com sede na Avenida Walter Ananias, n.º 35A – Jaraguá, CEP: 57025-510 – Maceió/AL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.424.905/0001-38, neste ato representada pelo seu Diretor-Presidente, **Sr. Amilton Barbosa Silva**, nomeado pela decreto nº 86.124, de 01 de Janeiro de 2023, publicada no DOE/AL de 01 de Janeiro de 2023, portador da matrícula funcional nº 163-5, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS AMGESP - PREGÃO/ANO**, publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas em XX de XXX de 2025, e no Diário Oficial do Estado de Alagoas em XX de XXX de 2026, referente ao Processo Administrativo nº 04105.0000000286/2026, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo às condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS EXTERNOS DE MUSCULAÇÃO (ACADEMIA AO AR LIVRE)**, especificado(s) no(s) item(ns) nº XXX do Termo de Referência anexo do Edital de Licitação nº **PREGÃO/ANO**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades, o fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: CNPJ:, Inscrição Estadual:, sediada na : , CEP: , Telefone: , E-mail: , representado pelo Sr. (a): , Inscrito (a) no CPF: , sob o RG n°:.							
Item	CATMAT/ CATSER	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Marca / Modelo	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)

(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
VALOR TOTAL: R\$ XXXXXX (XXXXXX).							

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DOS ÓRGÃOS GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

ITEM	UNIDADE DE COMPRA	ÓRGÃO	REQUISICÃO MÍNIMA PARA UTILIZAÇÃO DE ATA	REQUISICÃO MÁXIMA PARA UTILIZAÇÃO DE ATA	TOTAL
XXX	XX	XXX	10%	50%	XXX
XXX	XX	XXX	10%	50%	XXX

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da Ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1 apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da Ata de Registro de Preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da Ata de Registro de Preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à Ata de Registro de Preços.

4.8. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades da Administração Pública distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da Ata de Registro de Preços:

- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital ou no Aviso de Contratação Direta e se obrigar nos limites dela;
- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital ou no Aviso de Contratação Direta; e
- 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.11. Quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços Registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços

aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados na Ata de Registro de Preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos para as adesões.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão ou entidade participante a aplicação da penalidade.

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital ou ao aviso de contratação direta.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 01 (uma) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelo órgão ou entidade gerenciadora e fornecedor(es) e encaminhada, por cópia, aos Órgãos Participantes.

Maceió/AL, em XX de XXXX de 2026.

AMILTON BARBOSA SILVA

Diretor Presidente/AMGESP

ÓRGÃO GERENCIADOR

FORNECEDOR

EMPRESA

FORNECEDOR

TESTEMUNHA

CPF Nº

TESTEMUNHA

CPF Nº

ANEXO

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Fornecedor: (...razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante...)						
Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor (R\$) ou Percentual de Desconto (%)	Requisição Mínima	Requisição Máxima
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor: (...razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante...)						
Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor (R\$) ou Percentual de Desconto (%)	Requisição Mínima	Requisição Máxima
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)

ANEXO C – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**TERMO DE CONTRATO****COMPRAS****LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021**

ENTRE SI CELEBRAM O(A) (...ESTADO DE ALAGOAS, POR INTERMÉDIO DA(O)(...ÓRGÃO...)/AUTARQUIA/FUNDAÇÃO O...) E A EMPRESA (...), PARA A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS EXTERNOS DE MUSCULAÇÃO (ACADEMIA AO AR LIVRE).

CONTRATANTE: O(A) (...Estado de Alagoas, por intermédio da(o) (...órgão...)/Autarquia/Fundação...), inscrita(o) no CNPJ sob o nº (...) e com sede na (...endereço...), representado(a) pelo (...cargo do ordenador de despesas...), Sr. (...nome...), nomeado pelo(a) (...Decreto/Portaria...) nº (...), de (...) de (...) de 20(...), publicado(a) no DOE/AL de (...) de (...) de 20(...), portador da matrícula funcional nº (...);

CONTRATADO: A empresa (...nome...), inscrita no CNPJ sob o nº (...), com sede na (...endereço...) e com o seguinte endereço eletrônico (...@...), representada pelo seu (...cargo do representante legal...), Sr. (...nome...), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por (...procuração/contrato social/estatuto social...), inscrito no CPF sob o nº (...);

Os CONTRATANTES, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e aos preceitos de direito público, aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, inclusive Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, celebram o presente contrato, decorrente do processo administrativo nº E:04105.0000000286/2026 e do(...Pregão/Concorrência...) nº (...), mediante as cláusulas e condições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do contrato é a contratação de **EQUIPAMENTOS EXTERNOS DE MUSCULAÇÃO (ACADEMIA AO AR LIVRE)**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Especificação	CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$) ou Percentual de Desconto (%)	Valor Total (R\$)

(...)	(...)	(...)		(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)		(...)	(...)	(...)

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do Contratado; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. A contratação tem prazo de vigência até 31 de dezembro do corrente exercício financeiro, contado da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

2.2. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de Contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O Contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (...) (...valor por extenso...), perfazendo o valor total de R\$ (...) (...valor por extenso...).

Item	Especificação	Quantidade	Valor (R\$) unitário
(...)	(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)	(...)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

5. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

6. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em (.../.../...).

7.2. Após o interregno de 1 (um) ano os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo- IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade;

- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial do Contratante para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.1.9. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- 8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.1.10.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- 8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, quando for o caso.
- 8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os arts. 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

9.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.1.12.1. A contratação de aprendizes deverá atender, prioritariamente, aos adolescentes com idade entre quatorze e dezoito anos, nos termos do art. 53 do Decreto Federal nº 9.579, de 22 de novembro de 2018.

9.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade (...), em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor (...inicial/anual...) Do contrato.

OU

10.1. A contratação conta com garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 96 combinado com art. 101, ambos da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade (...), em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor (...inicial/anual...) Do contrato, acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais o Contratado será depositário:

10.1.1. (... Indicar bem 1 ...): R\$ (...) (...valor por extenso...);

10.1.2. (... Indicar bem 2 ...): R\$ (...) (...valor por extenso...);

10.1.3. TOTAL: R\$ (...) (...valor por extenso...).

OU

10.1. O Contratado apresentará, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor (...inicial/anual...) Do contrato.

OU

10.1. O Contratado apresentará, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor (...inicial/anual...) Do contrato, acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais o Contratado será depositário:

10.1.1. (... Indicar bem 1 ...): R\$ (...) (...valor por extenso...);

10.1.2. (... Indicar bem 2 ...): R\$ (...) (...valor por extenso...);

10.1.3. TOTAL: R\$ (...) (...valor por extenso...).

10.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a execução do contrato e por 3 (três) meses após o término da vigência contratual, e permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

10.2.1. A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

10.2.2. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 10.3 deste Contrato.

10.3. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

10.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

10.4.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

10.4.2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Contratado;

10.4.3. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado, quando couber.

10.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no subitem anterior, observada a legislação que rege a matéria.

10.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica no(a) (...indicar banco oficial...), com correção monetária.

10.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

10.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

10.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

10.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de(...) Dias, contados da data em que for notificada.

10.11. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

10.11.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

10.11.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

10.12. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

10.13. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente

10.14. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

10.15. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

10.16. Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, a presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

10.16.1. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES administrativas

11.1. comete infração administrativa, nos termos da lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

11.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

11.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da lei nº 14.133, de 2021);

11.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.2 a 11.1.4 do subitem acima deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.5 a 11.1.8 do subitem acima deste Contrato, bem como

nos subitens 11.1.2 a 11.1.4 do subitem acima deste Contrato que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.4. Multa:

1.1. Moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

11.2.4.1. Moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 3% (três por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

11.2.4.1.1. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2.4.2. Compensatória, para as infrações previstas nos itens 11.1.1 a 11.1.4, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato;

11.2.4.3. Compensatória, para as infrações previstas nos itens 11.1.5 a 11.1.8, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

11.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.6.2. As peculiaridades do caso concreto;

11.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.6.4. Os danos que dela provierem para o Contratante; e

11.6.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no CEIS e no CNEP, instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.1.1. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.1.2. Quando a não conclusão do contrato referida no subitem anterior decorrer de culpa do Contratado:

12.1.2.1. Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.1.2.2. Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3. Indenizações e multas.

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

13.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da Procuradoria Geral do Estado, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

14.1.1. Gestão/Unidade: (...);

14.1.2. Fonte de Recursos: (...);

14.1.3. Programa de Trabalho: (...);

14.1.4. Elemento de Despesa: (...);

14.1.5. Plano Interno: (...).

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e em demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento no PNCP.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o foro da comarca de Maceió, Alagoas, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Para firmeza e validade do pactuado, este termo de contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, o qual, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos Contratantes.

Maceió (AL), em (...) de (...) de (...).

CONTRATANTE

CONTRATADO

TESTEMUNHA

CPF Nº

TESTEMUNHA

CPF Nº

**ANEXO D – Termo de Referência;
Apêndice do Anexo D – Estudo Técnico Preliminar.**

EAL-SECRETARIA ESTADO PLANEJ.GEST. PATRIMÔNIO

TR - AQUISIÇÃO - ACADEMIA AO AR LIVRE 5/2026**Informações Básicas**

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
5/2026	930219-EAL-SECRETARIA ESTADO PLANEJ.GEST. PATRIMÔNIO	ALEXIA KALYNE SANTOS DE ARAUJO	13/03/2026 12:33 (v 0.14)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		E:04105.0000000286/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Aquisição de equipamentos externos de musculação desenvolvidos com arquitetura biomecânica própria, nos termos da tabela abaixo, conforme as condições, especificações técnicas e exigências estabelecidas neste instrumento.

Lote	Item	CATSER	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade
Único	1	623742 (Genérico)	Equipamento Para Ginásio de Educação Física Tipo: Multi-Estação De Academia Ao Ar Livre Modelo: Estação De Musculação Com Prancha Abdominal Componentes: Espaldar, Dorsal E Abdominal, Puxador Paralelo, Es Componentes Adicionais: Barra Fixa: Horizontal E Curvada; Barra Paralela Material: Base/Haste: Inox Uso: Prática De Exercícios Físicos Características Adicionais: Equipamento Fixado Ao Solo Por Meio De Chumbadores. Descrição Complementar:	Unidade	13

Academia ao Ar Livre **Tamanho Extragrande**, contendo **11 (onze) equipamentos**, com garantia de 48 (quarenta e oito) meses, contendo a seguinte composição:

1. **01** equipamento para ambientes externos que simula o exercício de **Agachamento Barra Guiada**, com carga ajustável de 10 kg a 70 kg por trilho deslizante, e estrutura de aço carbono com galvanização a fogo e pintura eletrostática;
2. **01** equipamento para ambientes externos de fortalecimento de membros inferiores, tipo **Leg Press**, com carga ajustável de 40 kg inicial e máxima igual ou superior a 150 kg por trilho deslizante, construído em aço carbono com proteção de galvanização a fogo e pintura eletrostática;
3. **01** equipamento para ambientes externos de fortalecimento de membros inferiores e superiores, para exercícios de **Elevação Terra**, com movimento guiado e carga ajustável seletora de no mínimo 10kg inicial e máxima igual ou superior a 40 kg por pegada por trilho deslizante, e estrutura de aço carbono com galvanização a fogo e pintura eletrostática;
4. **01** equipamento para ambientes externos para desenvolvimento da porção superior do peitoral, com carga ajustável de 7,5 kg a 75 kg por trilho deslizante, e estrutura de aço carbono com proteção de galvanização a fogo e pintura eletrostática;
5. **01** equipamento para ambientes externos de fortalecimento de membros superiores, para exercícios de **Supino Reto**, com movimento guiado e carga ajustável seletora de no mínimo 10 kg inicial e máxima igual ou superior a 70 kg por trilho deslizante, e estrutura de aço

carbono com galvanização a fogo e pintura eletrostática;

6. **01** equipamento para ambientes externos de fortalecimento de membros superiores, para o exercício de **Puxada Alta**, com movimento guiado e carga ajustável seletora de no mínimo 15 kg inicial e máxima igual ou superior a 100 kg por trilho deslizante, e estrutura de aço carbono com proteção de galvanização a fogo e pintura eletrostática;
7. **01** equipamento para ambientes externos de fortalecimento de membros superiores, para o exercício de **Remada Baixa Aberta e Fechada**, com movimento guiado e carga ajustável seletora de no mínimo 25 kg inicial e máxima igual ou superior a 50 kg por trilho deslizante, e estrutura de aço carbono com proteção de galvanização a fogo e pintura eletrostática;
8. **01** equipamento para ambientes externos de fortalecimento de membros superiores, para o exercício de **Rosca Bíceps**, com movimento guiado e carga ajustável seletora de no mínimo 5 kg inicial e máxima igual ou superior a 40 kg por trilho deslizante, e estrutura de aço carbono com proteção de galvanização a fogo e pintura eletrostática;
9. **01** equipamento para ambientes externos de fortalecimento de membros superiores, para o exercício de **Tríceps Máquina**, com movimento guiado e carga ajustável seletora de no mínimo 5 kg inicial e máxima igual ou superior a 40 kg por trilho deslizante, e estrutura de aço carbono com proteção de galvanização a fogo e pintura eletrostática;

10. **01** equipamento para ambientes externos de fortalecimento de membros superiores, para o exercício de **Desenvolvimento de Ombros**, com movimento guiado e carga ajustável seletora de no mínimo 10 kg inicial e máxima igual ou superior a 40 kg por trilho deslizante, e estrutura de aço carbono com proteção de galvanização a fogo e pintura eletrostática; e
11. **01** equipamento para ambientes externos do tipo **Estação Funcional**, para exercícios variados de trabalho com o peso corporal para treino de calistenia, incluindo Abdominal em Prancha Inclinada, Barra Fixa Horizontal, Barra Paralela (Flexão de Braço), Escada Horizontal e Espalдар Vertical. Não possui carga ajustável, com dimensões mínimas de 680 cm x 404 cm x 245 cm e estrutura de aço carbono com proteção de galvanização a fogo e pintura eletrostática.
12. Em relação ao conjunto de máquinas apresentado, faz-se necessário aprofundar a análise dos aspectos relacionados à carga por metro quadrado (kg/m²), com vistas à prevenção do desgaste do solo e à mitigação de riscos de danos aos equipamentos, conforme detalhado no Parecer Técnico em anexo.

Equipamento concebido com base em parâmetros biomecânicos de movimento, com sistema de carga ajustável por trilho deslizante, permitindo regulação progressiva da resistência conforme o usuário. Estrutura projetada para uso em ambientes externos, com proteção contra corrosão, intempéries e desgaste mecânico, assegurando estabilidade estrutural e funcional durante a operação.

Além dos equipamentos, o fornecedor deverá oferecer garantia de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de academia ao ar livre fornecidos e

		<p>instalados por ele, com cobertura integral de 48 meses a partir da data de recebimento definitivo dos equipamentos, envolvendo defeitos de fabricação, montagem, instalação e vícios ocultos.</p> <p>Outrossim,</p>		
2	623742 (Genérico)	<p>Equipamento Para Ginásio de Educação Física Tipo: Multi-Estação De Academia Ao Ar Livre Modelo: Estação De Musculação Com Prancha Abdominal Componentes: Espalдар, Dorsal E Abdominal, Puxador Paralelo, Es Componentes Adicionais: Barra Fixa: Horizontal E Curvada; Barra Paralela Material: Base/Haste: Inox Uso: Prática De Exercícios Físicos Características Adicionais: Equipamento Fixado Ao Solo Por Meio De Chumbadores.</p> <p>Descrição Complementar:</p> <p>Academia ao Ar Livre Tamanho Grande, contendo 09 (nove) equipamentos, com garantia de 48 (quarenta e oito) meses, contendo a seguinte composição:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. 01 equipamento para ambientes externos que simula o exercício de Agachamento Barra Guiada, com carga ajustável de 10 kg a 70 kg por trilho deslizante, e estrutura de aço carbono com galvanização a fogo e pintura eletrostática; 2. 01 equipamento para ambientes externos de fortalecimento de membros inferiores, tipo Leg Press, com carga ajustável de 40 kg inicial e máxima igual ou superior a 150 kg por trilho deslizante, construído em aço carbono com proteção de galvanização a fogo e pintura eletrostática; 3. 01 equipamento para ambientes externos de fortalecimento de membros inferiores e superiores, para exercícios de Elevação Terra, com movimento guiado e carga 	Unidade	15

ajustável seletora de no mínimo 10kg inicial e máxima igual ou superior a 40 kg por pegada por trilho deslizante, e estrutura de aço carbono com galvanização a fogo e pintura eletrostática;

4. **01** equipamento para ambientes externos de fortalecimento de membros superiores, para exercícios de **Supino Reto**, com movimento guiado e carga ajustável seletora de no mínimo 10 kg inicial e máxima igual ou superior a 70 kg por trilho deslizante, e estrutura de aço carbono com galvanização a fogo e pintura eletrostática;
5. **01** equipamento para ambientes externos de fortalecimento de membros superiores, para o exercício de **Puxada Alta**, com movimento guiado e carga ajustável seletora de no mínimo 15 kg inicial e máxima igual ou superior a 100 kg por trilho deslizante, e estrutura de aço carbono com proteção de galvanização a fogo e pintura eletrostática;
6. **01** equipamento para ambientes externos de fortalecimento de membros superiores, para o exercício de **Rosca Bíceps**, com movimento guiado e carga ajustável seletora de no mínimo 5 kg inicial e máxima igual ou superior a 40 kg por trilho deslizante, e estrutura de aço carbono com proteção de galvanização a fogo e pintura eletrostática;
7. **01** equipamento para ambientes externos de fortalecimento de membros superiores, para o exercício de **Tríceps Máquina**, com movimento guiado e carga ajustável seletora de no mínimo 5 kg inicial e máxima igual ou superior a 40 kg por trilho deslizante, e estrutura de aço carbono com proteção de galvanização a fogo e pintura eletrostática;

8. **01** equipamento para ambientes externos de fortalecimento de membros superiores, para o exercício de **Desenvolvimento de Ombros**, com movimento guiado e carga ajustável seletora de no mínimo 10 kg inicial e máxima igual ou superior a 40 kg por trilho deslizante, e estrutura de aço carbono com proteção de galvanização a fogo e pintura eletrostática; e
9. **01** equipamento para ambientes externos do tipo **Estação Funcional**, para exercícios variados de trabalho com o peso corporal para treino de calistenia, incluindo Abdominal em Prancha Inclinada, Barra Fixa Horizontal, Barra Paralela (Flexão de Braço), Escada Horizontal e Espalдар Vertical. Não possui carga ajustável, com dimensões mínimas de 680 cm x 404 cm x 245 cm e estrutura de aço carbono com proteção de galvanização a fogo e pintura eletrostática.
10. Em relação ao conjunto de máquinas apresentado, faz-se necessário aprofundar a análise dos aspectos relacionados à carga por metro quadrado (kg/m²), com vistas à prevenção do desgaste do solo e à mitigação de riscos de danos aos equipamentos, conforme detalhado no Parecer Técnico em anexo.

Equipamento concebido com base em parâmetros biomecânicos de movimento, com sistema de carga ajustável por trilho deslizante, permitindo regulação progressiva da resistência conforme o usuário. Estrutura projetada para uso em ambientes externos, com proteção contra corrosão, intempéries e desgaste mecânico, assegurando estabilidade estrutural e funcional durante a operação.

Além dos equipamentos, o fornecedor deverá oferecer garantia de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de academia ao ar livre fornecidos e

		instalados por ele, com cobertura integral de 48 meses a partir da data de recebimento definitivo dos equipamentos, envolvendo defeitos de fabricação, montagem, instalação e vícios ocultos.		
3	623742 (Genérico)	<p>Equipamento Para Ginásio de Educação Física Tipo: Multi-Estação De Academia Ao Ar Livre Modelo: Estação De Musculação Com Prancha Abdominal Componentes: Espaldar, Dorsal E Abdominal, Puxador Paralelo, Es Componentes Adicionais: Barra Fixa: Horizontal E Curvada; Barra Paralela Material: Base/Haste: Inox Uso: Prática De Exercícios Físicos Características Adicionais: Equipamento Fixado Ao Solo Por Meio De Chumbadores.</p> <p>Descrição Complementar:</p> <p>Academia ao Ar Livre Tamanho Médio, contendo 06 (seis) equipamentos, com garantia de 48 meses, contendo a seguinte composição:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. 01 equipamento para ambientes externos que simula o exercício de Agachamento Barra Guiada, com carga ajustável de 10 kg a 70 kg por trilho deslizante, e estrutura de aço carbono com galvanização a fogo e pintura eletrostática; 2. 01 equipamento para ambientes externos de fortalecimento de membros inferiores e superiores, para exercícios de Elevação Terra, com movimento guiado e carga ajustável seletora de no mínimo 10kg inicial e máxima igual ou superior a 40 kg por pegada por trilho deslizante, e estrutura de aço carbono com galvanização a fogo e pintura eletrostática; 3. 01 equipamento para ambientes externos de fortalecimento de membros superiores, para exercícios de Supino Reto, com movimento guiado e carga ajustável seletora de 	Unidade	76

no mínimo 10 kg inicial e máxima igual ou superior a 70 kg por trilho deslizante, e estrutura de aço carbono com galvanização a fogo e pintura eletrostática;

4. **01** equipamento para ambientes externos de fortalecimento de membros superiores, para o exercício de **Puxada Alta**, com movimento guiado e carga ajustável seletora de no mínimo 15 kg inicial e máxima igual ou superior a 100 kg por trilho deslizante, e estrutura de aço carbono com proteção de galvanização a fogo e pintura eletrostática;
5. **01** equipamento para ambientes externos de fortalecimento de membros superiores, para o exercício de **Rosca Bíceps**, com movimento guiado e carga ajustável seletora de no mínimo 5 kg inicial e máxima igual ou superior a 40 kg por trilho deslizante, e estrutura de aço carbono com proteção de galvanização a fogo e pintura eletrostática;
6. **01** equipamento para ambientes externos de fortalecimento de membros superiores, para o exercício de **Tríceps Máquina**, com movimento guiado e carga ajustável seletora de no mínimo 5 kg inicial e máxima igual ou superior a 40 kg por trilho deslizante, e estrutura de aço carbono com proteção de galvanização a fogo e pintura eletrostática;
7. Em relação ao conjunto de máquinas apresentado, faz-se necessário aprofundar a análise dos aspectos relacionados à carga por metro quadrado (kg/m^2), com vistas à prevenção do desgaste do solo e à mitigação de riscos de danos aos equipamentos, conforme detalhado no Parecer Técnico em anexo.

Equipamento concebido com base em parâmetros biomecânicos de movimento, com sistema de carga ajustável por trilho deslizante, permitindo regulagem progressiva da resistência conforme o usuário. Estrutura projetada para uso em ambientes externos, com proteção contra corrosão, intempéries e desgaste mecânico, assegurando estabilidade estrutural e funcional durante a operação.

Além dos equipamentos, o fornecedor deverá oferecer garantia de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de academia ao ar livre fornecidos e instalados por ele, com cobertura integral de 48 meses a partir da data de recebimento definitivo dos equipamentos, envolvendo defeitos de fabricação, montagem, instalação e vícios ocultos.

4

623742
(Genérico)

Equipamento Para Ginásio de Educação Física Tipo: Multi-Estação De Academia Ao Ar Livre Modelo: Estação De Musculação Com Prancha Abdominal Componentes: Espaldar, Dorsal E Abdominal, Puxador Paralelo, Es Componentes Adicionais: Barra Fixa: Horizontal E Curvada; Barra Paralela Material: Base/Haste: Inox Uso: Prática De Exercícios Físicos Características Adicionais: Equipamento Fixado Ao Solo Por Meio De Chumbadores.

Descrição Complementar:

Academia ao Ar Livre **Tamanho Pequena**, contendo **04 (quatro) equipamentos**, com garantia de 48 (quarenta e oito) meses, contendo a seguinte composição:

1. **01** equipamento para ambientes externos que simula o exercício de **Agachamento Barra Guiada**, com carga ajustável de 10 kg a 70 kg por trilho deslizante, e estrutura de aço carbono com galvanização a fogo e pintura eletrostática;

Unidade

87

2. **01** equipamento para ambientes externos de fortalecimento de membros superiores, para exercícios de **Supino Reto**, com movimento guiado e carga ajustável seletora de no mínimo 10 kg inicial e máxima igual ou superior a 70 kg por trilho deslizante, e estrutura de aço carbono com galvanização a fogo e pintura eletrostática;
3. **01** equipamento para ambientes externos de fortalecimento de membros superiores, para o exercício de **Puxada Alta**, com movimento guiado e carga ajustável seletora de no mínimo 15 kg inicial e máxima igual ou superior a 100 kg por trilho deslizante, e estrutura de aço carbono com proteção de galvanização a fogo e pintura eletrostática;
4. **01** equipamento para ambientes externos de fortalecimento de membros superiores, para o exercício de **Desenvolvimento de Ombros**, com movimento guiado e carga ajustável seletora de no mínimo 10 kg inicial e máxima igual ou superior a 40 kg por trilho deslizante, e estrutura de aço carbono com proteção de galvanização a fogo e pintura eletrostática; e
5. Em relação ao conjunto de máquinas apresentado, faz-se necessário aprofundar a análise dos aspectos relacionados à carga por metro quadrado (kg/m²), com vistas à prevenção do desgaste do solo e à mitigação de riscos de danos aos equipamentos, conforme detalhado no Parecer Técnico em anexo.

Equipamento concebido com base em parâmetros biomecânicos de movimento, com sistema de carga ajustável por trilho deslizante, permitindo regulagem progressiva da resistência conforme o usuário. Estrutura projetada para uso em ambientes externos, com proteção contra

		<p>corrosão, intempéries e desgaste mecânico, assegurando estabilidade estrutural e funcional durante a operação.</p> <p>Além dos equipamentos, o fornecedor deverá oferecer garantia de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de academia ao ar livre fornecidos e instalados por ele, com cobertura integral de 48 meses a partir da data de recebimento definitivo dos equipamentos, envolvendo defeitos de fabricação, montagem, instalação e vícios ocultos.</p>		
--	--	--	--	--

1.2. Estimativas de consumo individualizadas do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s):

ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CBMAL	DEA	SEPLAG	SSP	UNCISAL	REQUISIÇÃO MÍNIMA PARA UTILIZAÇÃO DA ATA	REQUISIÇÃO MÁXIMA PARA UTILIZAÇÃO DA ATA	TOTAL
LOTE ÚNICO									
1	UNIDADE	0	2	8	2	1	10%	50%	13
2	UNIDADE	0	0	15	0	0	10%	50%	15
3	UNIDADE	0	0	76	0	0	10%	50%	76
4	UNIDADE	10	0	77	0	0	10%	50%	87

1.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO:

a) Agachamento Guiado – Especificações mínimas

Aparelho deve simular agachamento com barra guiada ou livre, com movimento guiado para o desenvolvimento da força nos membros inferiores.

Grupos Musculares: Quadríceps, Glúteos, Isquiotibiais, Adutores, Ereter da Espinha e Músculos do Core.

Desenvolvido para instalação em área externa com exposição climática severa.

Carga ajustável com múltiplas seleções de peso permitindo progressão de carga real (Hipertrofia e Reabilitação) sem alterar o peso físico do equipamento, a carga fracionada (mínima de 10 kg ou menor) permite que um idoso em reabilitação treine na mesma máquina que um jovem buscando hipertrofia (até 70 kg ou maior), o sistema de carga ajustável por Contrapeso Móvel em Trilho Deslizante, operando pelo princípio físico de Momento de Força (Torque). As cargas são integradas e solidárias à estrutura (anti-furto), dispensando anilhas avulsas, cabos de aço ou pinos magnéticos, garantindo ajuste contínuo e manutenção zero. Sistema de travamento da carga acionado por gatilho manual de fácil acesso, garantindo que o peso não se mova durante a execução.

O equipamento deve possuir sistema de segurança com trava de segurança, ajuste de altura e limitadores de curso mecânicos e batentes de absorção de impacto em polímero de engenharia, dimensionados para impedir o contato metal-metal e garantir o distanciamento mínimo de segurança contra o esmagamento de membros e dedos, conforme diretrizes da norma ABNT NBR ISO 20957.

O material deve ser em aço carbono galvanizado a fogo (NBR 6323) com pintura eletrostática (sistema duplex de proteção) ou aço inox. Tubos redondos com espessura mínima de 3,00 mm e perfis quadrados com espessura mínima de 4,25 mm. Chapas estruturais e de conexão com espessuras entre 4,75 mm a 12,00 mm.

Peso mínimo do equipamento de 175 kg.

b) Equipamento tipo *Leg Press* – Especificações mínimas

Aparelho deve simular o Leg Press, com movimento guiado para o desenvolvimento da força nos membros inferiores.

Grupos Musculares: Quadríceps (vastos lateral, medial, intermédio e reto femoral), Isquiotibiais (bíceps femoral, semitendinoso, semimembranoso), Glúteos (máximo, médio e mínimo), e Panturrilhas (gastrocnêmio e sóleo).

Desenvolvido para instalação em área externa com exposição climática severa.

Carga ajustável com múltiplas seleções de peso permitindo progressão de carga real (Hipertrofia e Reabilitação) sem alterar o peso físico do equipamento, a carga fracionada (mínima de 40 kg ou menor) permite que um idoso em reabilitação treine na mesma máquina que um jovem buscando hipertrofia (até 150 kg ou maior), o sistema de carga ajustável por Contrapeso Móvel em Trilho Deslizante, operando pelo princípio físico de Momento de Força (Torque). As cargas são integradas e solidárias à estrutura (anti-furto), dispensando anilhas avulsas, cabos de aço ou pinos magnéticos, garantindo ajuste contínuo e manutenção zero. Sistema de travamento da carga acionado por gatilho manual de fácil acesso, garantindo que o peso não se mova durante a execução.

O equipamento deve possuir sistema de segurança, ajuste de distância do banco e limitadores de curso mecânicos e batentes de absorção de impacto em polímero de engenharia, dimensionados para impedir o contato metal-metal e garantir o distanciamento mínimo de segurança contra o esmagamento de membros e dedos, conforme diretrizes da norma ABNT NBR ISO 20957.

O material deve ser em aço carbono galvanizado a fogo (NBR 6323) com pintura eletrostática (sistema duplex de proteção) ou aço inox. Tubos redondos com espessura mínima de 3,00 mm e perfis quadrados com espessura mínima de 4,25 mm. Chapas estruturais e de conexão com espessuras entre 4,75 mm a 12,00 mm.

Peso mínimo do equipamento de 250 kg.

c) Elevação Terra – Especificações mínimas

Aparelho deve simular o levantamento terra, com movimento guiado para o desenvolvimento da força nos membros superiores e inferiores.

Grupos Musculares: Glúteos (máximo, médio), Isquiotibiais (bíceps femoral, semitendinoso, semimembranoso), Quadríceps, Eretor da Espinha, Latíssimo do Dorso, Trapézio, Antebraços e Músculos do Core.

Desenvolvido para instalação em área externa com exposição climática severa.

Carga ajustável com múltiplas seleções de peso permitindo progressão de carga real (Hipertrofia e Reabilitação) sem alterar o peso físico do equipamento, a carga fracionada (mínima de 10 kg ou menor) permite que um idoso em reabilitação treine na mesma máquina que um jovem buscando hipertrofia (até 40 kg ou maior), o sistema de carga ajustável por Contrapeso Móvel em Trilho Deslizante, operando pelo princípio físico de Momento de Força (Torque). As cargas são integradas e solidárias à estrutura (anti-furto), dispensando anilhas avulsas, cabos de aço ou pinos magnéticos, garantindo ajuste contínuo e manutenção zero. Sistema de travamento da carga acionado por gatilho manual de fácil acesso, garantindo que o peso não se mova durante a execução.

O equipamento deve possuir sistema de segurança e limitadores de curso mecânicos e batentes de absorção de impacto em polímero de engenharia, dimensionados para impedir o contato metal-metal e garantir o distanciamento mínimo de segurança contra o esmagamento de membros e dedos, conforme diretrizes da norma ABNT NBR ISO 20957.

O material deve ser em aço carbono galvanizado a fogo (NBR 6323) com pintura eletrostática (sistema duplex de proteção) ou aço inox. Tubos redondos com espessura mínima de 3,00 mm e perfis quadrados com espessura mínima de 4,25 mm. Chapas estruturais e de conexão com espessuras entre 4,75 mm a 12,00 mm.

Peso mínimo do equipamento de 200 kg.

d) Supino Inclinado – Especificações mínimas

Aparelho deve simular o supino inclinado com barra, com movimento guiado para o desenvolvimento da força nos membros superiores.

Grupos Musculares: Peitoral Maior (porção clavicular), Deltóide Anterior e Tríceps Braquial (cabeça longa, medial e lateral).

Desenvolvido para instalação em área externa com exposição climática severa.

Carga ajustável com múltiplas seleções de peso permitindo progressão de carga real (Hipertrofia e Reabilitação) sem alterar o peso físico do equipamento, a carga fracionada (mínima de 10 kg ou menor) permite que um idoso em reabilitação treine na mesma máquina que um jovem buscando hipertrofia (até 70 kg ou maior), o sistema de carga ajustável por Contrapeso Móvel em Trilho Deslizante, operando pelo princípio físico de Momento de Força (Torque). As cargas são integradas e solidárias à estrutura (anti-furto), dispensando anilhas avulsas, cabos de aço ou pinos magnéticos, garantindo ajuste contínuo e manutenção zero. Sistema de travamento da carga acionado por gatilho manual de fácil acesso, garantindo que o peso não se mova durante a execução.

O equipamento deve possuir sistema de segurança, ajuste de distância do banco e limitadores de curso mecânicos e batentes de absorção de impacto em polímero de engenharia, dimensionados para impedir o contato metal-metal e garantir o distanciamento mínimo de segurança contra o esmagamento de membros e dedos, conforme diretrizes da norma ABNT NBR ISO 20957.

O material deve ser em aço carbono galvanizado a fogo (NBR 6323) com pintura eletrostática (sistema duplex de proteção) ou aço inox. Tubos redondos com espessura mínima de 3,00 mm e perfis quadrados com espessura mínima de 4,25 mm. Chapas estruturais e de conexão com espessuras entre 4,75 mm a 12,00 mm.

Peso mínimo do equipamento de 180 kg.

e) Supino Reto – Especificações mínimas

Aparelho deve simular o supino reto com barra, com movimento guiado para o desenvolvimento da força nos membros superiores.

Grupos Musculares: Peitoral Maior (porção esternal e claviclar), Deltóide Anterior e Tríceps Braquial (cabeça longa, medial e lateral).

Desenvolvido para instalação em área externa com exposição climática severa.

Carga ajustável com múltiplas seleções de peso permitindo progressão de carga real (Hipertrofia e Reabilitação) sem alterar o peso físico do equipamento, a carga fracionada (mínima de 10 kg ou menor) permite que um idoso em reabilitação treine na mesma máquina que um jovem buscando hipertrofia (até 70 kg ou maior), o sistema de carga ajustável por Contrapeso Móvel em Trilho Deslizante, operando pelo princípio físico de Momento de Força (Torque). As cargas são integradas e solidárias à estrutura (anti-furto), dispensando anilhas avulsas, cabos de aço ou pinos magnéticos, garantindo ajuste contínuo e manutenção zero. Sistema de travamento da carga acionado por gatilho manual de fácil acesso, garantindo que o peso não se mova durante a execução.

O equipamento deve possuir sistema de segurança e limitadores de curso mecânicos e batentes de absorção de impacto em polímero de engenharia, dimensionados para impedir o contato metal-metal e garantir o distanciamento mínimo de segurança contra o esmagamento de membros e dedos, conforme diretrizes da norma ABNT NBR ISO 20957.

O material deve ser em aço carbono galvanizado a fogo (NBR 6323) com pintura eletrostática (sistema duplex de proteção) ou aço inox. Tubos redondos com espessura mínima de 3,00 mm e perfis quadrados com espessura mínima de 4,25 mm. Chapas estruturais e de conexão com espessuras entre 4,75 mm a 12,00 mm.

Peso mínimo do equipamento de 180 kg.

f) Puxada Alta – Especificações mínimas

Aparelho deve simular a puxada alta na polia, com movimento guiado para o desenvolvimento da força nos membros superiores.

Grupos Musculares: Latíssimo do Dorso, Redondo Maior, Deltóide Posterior, Bíceps Braquial e Antebraços.

Desenvolvido para instalação em área externa com exposição climática severa.

Carga ajustável com múltiplas seleções de peso permitindo progressão de carga real (Hipertrofia e Reabilitação) sem alterar o peso físico do equipamento, a carga fracionada (mínima de 15 kg ou menor) permite que um idoso em reabilitação treine na mesma máquina que um jovem buscando hipertrofia (até 100 kg ou maior), o sistema de carga ajustável por Contrapeso Móvel em Trilho Deslizante, operando pelo princípio físico de Momento de Força (Torque). As cargas são integradas e solidárias à estrutura (anti-furto), dispensando anilhas avulsas, cabos de aço ou pinos magnéticos, garantindo ajuste contínuo e manutenção zero. Sistema de travamento da carga acionado por gatilho manual de fácil acesso, garantindo que o peso não se mova durante a execução.

O equipamento deve possuir sistema de segurança, ajuste de distância do banco e limitadores de curso mecânicos e batentes de absorção de impacto em polímero de engenharia, dimensionados para impedir o contato metal-metal e garantir o distanciamento mínimo de segurança contra o esmagamento de membros e dedos, conforme diretrizes da norma ABNT NBR ISO 20957.

O material deve ser em aço carbono galvanizado a fogo (NBR 6323) com pintura eletrostática (sistema duplex de proteção) ou aço inox. Tubos redondos com espessura mínima de 3,00 mm e perfis quadrados com espessura mínima de 4,25 mm. Chapas estruturais e de conexão com espessuras entre 4,75 mm a 12,00 mm.

Peso mínimo do equipamento de 180 kg.

g) Remada Baixa Aberta e Fechada – Especificações mínimas

Aparelho deve simular a remada baixa pegada aberta ou fechada na polia, com movimento guiado para o desenvolvimento da força nos membros superiores.

Grupos Musculares: Latíssimo do Dorso, Redondo Maior, Romboides, Trapézio (fibras médias e inferiores), Deltóide Posterior e Bíceps Braquial.

Desenvolvido para instalação em área externa com exposição climática severa.

Carga ajustável com múltiplas seleções de peso permitindo progressão de carga real (Hipertrofia e Reabilitação) sem alterar o peso físico do equipamento, a carga fracionada (mínima de 25 kg ou menor) permite que um idoso em reabilitação treine na mesma máquina que um jovem buscando hipertrofia (até 50 kg ou maior), o sistema de carga ajustável por Contrapeso Móvel em Trilho Deslizante, operando pelo princípio físico de Momento de Força (Torque). As cargas são integradas e solidárias à estrutura (anti-furto), dispensando anilhas avulsas, cabos de aço ou pinos magnéticos, garantindo ajuste contínuo e manutenção zero. Sistema de travamento da carga acionado por gatilho manual de fácil acesso, garantindo que o peso não se mova durante a execução.

O equipamento deve possuir sistema de segurança, ajuste de distância do banco e limitadores de curso mecânicos e batentes de absorção de impacto em polímero de engenharia, dimensionados para impedir o contato metal-metal e garantir o distanciamento mínimo de segurança contra o esmagamento de membros e dedos, conforme diretrizes da norma ABNT NBR ISO 20957.

O material deve ser em aço carbono galvanizado a fogo (NBR 6323) com pintura eletrostática (sistema duplex de proteção) ou aço inox. Tubos redondos com espessura mínima de 3,00 mm e perfis quadrados com espessura mínima de 4,25 mm. Chapas estruturais e de conexão com espessuras entre 4,75 mm a 12,00 mm.

Peso mínimo do equipamento de 140 kg.

h) Rosca Bíceps – Especificações mínimas

Aparelho deve simular a rosca bíceps com barra ou halteres, com movimento guiado para o desenvolvimento da força nos membros superiores.

Grupos Musculares: Bíceps Braquial (cabeça longa e curta), Braquial e Braquiorradial.

Desenvolvido para instalação em área externa com exposição climática severa.

Carga ajustável com múltiplas seleções de peso permitindo progressão de carga real (Hipertrofia e Reabilitação) sem alterar o peso físico do equipamento, a carga fracionada (mínima de 5 kg ou menor) permite que um idoso em reabilitação treine na mesma máquina que um jovem buscando hipertrofia (até 40 kg ou maior), o sistema de carga ajustável por Contrapeso Móvel em Trilho Deslizante, operando pelo princípio físico de Momento de Força (Torque). As cargas são integradas e solidárias à estrutura (anti-furto), dispensando anilhas avulsas, cabos de aço ou pinos magnéticos, garantindo ajuste contínuo e manutenção zero. Sistema de travamento da carga acionado por gatilho manual de fácil acesso, garantindo que o peso não se mova durante a execução.

O equipamento deve possuir sistema de segurança e limitadores de curso mecânicos e batentes de absorção de impacto em polímero de engenharia, dimensionados para impedir o contato metal-metal e garantir o distanciamento mínimo de segurança contra o esmagamento de membros e dedos, conforme diretrizes da norma ABNT NBR ISO 20957.

O material deve ser em aço carbono galvanizado a fogo (NBR 6323) com pintura eletrostática (sistema duplex de proteção) ou aço inox. Tubos redondos com espessura mínima de 3,00 mm e perfis quadrados com espessura mínima de 4,25 mm. Chapas estruturais e de conexão com espessuras entre 4,75 mm a 12,00 mm.

Peso mínimo do equipamento de 100 kg.

i) Tríceps Máquina – Especificações mínimas

Especificações mínimas:

Aparelho deve simular exercícios de extensão de tríceps, com movimento guiado para o desenvolvimento da força nos membros superiores.

Grupos Musculares: Tríceps Braquial (cabeça longa, medial e lateral), e Antebraços (como estabilizadores).

Desenvolvido para instalação em área externa com exposição climática severa.

Carga ajustável com múltiplas seleções de peso permitindo progressão de carga real (Hipertrofia e Reabilitação) sem alterar o peso físico do equipamento, a carga fracionada (mínima de 5 kg ou menor) permite que um idoso em reabilitação treine na mesma máquina que um jovem buscando hipertrofia (até 40 kg ou maior), o sistema de carga ajustável por Contrapeso Móvel em Trilho Deslizante, operando pelo princípio físico de Momento de Força (Torque). As cargas são integradas e solidárias à estrutura (anti-furto), dispensando anilhas avulsas, cabos de aço ou pinos magnéticos, garantindo ajuste contínuo e manutenção zero. Sistema de travamento da carga acionado por gatilho manual de fácil acesso, garantindo que o peso não se mova durante a execução.

O equipamento deve possuir sistema de segurança e limitadores de curso mecânicos e batentes de absorção de impacto em polímero de engenharia, dimensionados para impedir o contato metal-metal e garantir o distanciamento mínimo de segurança contra o esmagamento de membros e dedos, conforme diretrizes da norma ABNT NBR ISO 20957.

O material deve ser em aço carbono galvanizado a fogo (NBR 6323) com pintura eletrostática (sistema duplex de proteção) ou aço inox. Tubos redondos com espessura mínima de 3,00 mm e perfis quadrados com espessura mínima de 4,25 mm. Chapas estruturais e de conexão com espessuras entre 4,75 mm a 12,00 mm.

Peso mínimo do equipamento de 100 kg.

j) Desenvolvimento de Ombro – Especificações mínimas

Aparelho que simula o desenvolvimento de ombros com barra ou halteres, com movimento guiado para o desenvolvimento da força nos membros superiores.

Grupos Musculares: Deltóide (anterior, medial e posterior), Tríceps Braquial e Trapézio.

Desenvolvido para instalação em área externa com exposição climática severa.

Carga ajustável com múltiplas seleções de peso permitindo progressão de carga real (Hipertrofia e Reabilitação) sem alterar o peso físico do equipamento, a carga fracionada (mínima de 10 kg ou menor) permite que um idoso em reabilitação treine na mesma máquina que um jovem buscando hipertrofia (até 40 kg ou maior), o sistema de carga ajustável por Contrapeso Móvel em Trilho Deslizante, operando pelo princípio físico de Momento de Força (Torque). As cargas são integradas e solidárias à estrutura (anti-furto), dispensando anilhas avulsas, cabos de aço ou pinos magnéticos, garantindo ajuste contínuo e manutenção zero. Sistema de travamento da carga acionado por gatilho manual de fácil acesso, garantindo que o peso não se mova durante a execução.

O equipamento deve possuir sistema de segurança e limitadores de curso mecânicos e batentes de absorção de impacto em polímero de engenharia, dimensionados para impedir o contato metal-metal e garantir o distanciamento mínimo de segurança contra o esmagamento de membros e dedos, conforme diretrizes da norma ABNT NBR ISO 20957.

O material deve ser em aço carbono galvanizado a fogo (NBR 6323) com pintura eletrostática (sistema duplex de proteção) ou aço inox. Tubos redondos com espessura mínima de 3,00 mm e perfis quadrados com espessura mínima de 4,25 mm. Chapas estruturais e de conexão com espessuras entre 4,75 mm a 12,00 mm.

Peso mínimo do equipamento de 130 kg.

k) Estação Funcional – Especificações mínimas

Equipamento multifuncional robusto, oferecendo uma variedade de exercícios de peso corporal e calistenia.

Desenvolvido para instalação em área externa com exposição climática severa.

Grupos Musculares:

Abdominal em Prancha Inclínada, Abdominal Infra Paralela, Abdominal Vertical, Oblíquo: Músculos do Core (Reto Abdominal, Oblíquos Internos e Externos, Transverso do Abdômen).

Extensor Lombar: Ereter da Espinha, Glúteos e Isquiotibiais.

Barra Fixa Horizontal: Latíssimo do Dorso, Bíceps Braquial, Romboides e Deltóide Posterior.

Barra Paralela (Flexão de Braço), Barra Paralela Suspensa (Flexão de Braço): Peitoral Maior, Deltóide Anterior, Tríceps Braquial.

Escada Horizontal: Latíssimo do Dorso, Bíceps Braquial, Deltóides, Antebraços.

Espalдар Vertical: Panturrilha (Gastrocnêmio e Sóleo), Isquiotibiais, Quadríceps (para alongamento e estabilização), Deltóide (para alongamento e mobilidade).

Deve Incluir:

Estação abdominal em prancha inclinada para trabalho intenso do abdômen.

Estação de extensor lombar para fortalecimento da região lombar e prevenção de dores.

Estação de abdominal infra paralela para trabalho completo da região abdominal inferior.

Estação de calistenia com barra para bandeira e outros movimentos que simulam barras paralelas.

Estação para Barra fixa horizontal (peitoral e ombro);

Barra paralela (flexão de braço);

Barra paralela suspensa (flexão de braço);

Escada horizontal (braços);

Espalдар vertical até o topo do equipamento (panturrilha, coxa, ombro).

O material deve ser em aço carbono galvanizado a fogo (NBR 6323) com pintura eletrostática (sistema duplex de proteção) ou aço inox. Tubos redondos com espessura mínima de **3,00 mm**. Chapas estruturais e de conexão com espessuras entre **6 mm a 12mm**.

Peso mínimo do equipamento de 400 kg.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.”

1.4. A contratação tem prazo de vigência até 31 de dezembro do corrente exercício financeiro, contado da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, na forma do art. 105 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

1.4.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas na Lei.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1. Sustentabilidade:

4.1.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1.1.1. A sustentabilidade ambiental do projeto de academias ao ar livre fundamenta-se na adoção de práticas que minimizem os impactos ao meio ambiente durante todo o ciclo de vida dos equipamentos. Serão priorizados materiais de alta durabilidade, resistentes à corrosão e às intempéries, preferencialmente recicláveis ou provenientes de fontes sustentáveis, reduzindo a necessidade de substituições frequentes e o volume de resíduos gerados. Além disso, o descarte de materiais e resíduos decorrentes da instalação e manutenção seguirá diretrizes ambientais adequadas, assegurando conformidade com as normas vigentes e contribuindo para a preservação dos espaços públicos e das áreas verdes urbanas;

4.1.1.1.2. A sustentabilidade social é um dos eixos centrais do projeto, ao promover a democratização do acesso à prática de atividade física e o fortalecimento do convívio comunitário em espaços abertos. As academias ao ar livre buscam incentivar hábitos saudáveis, prevenindo doenças crônicas e promovendo o bem-estar físico e mental da população. O projeto contempla, ainda, a instalação de equipamentos acessíveis, garantindo o uso por pessoas com deficiência, idosos e demais grupos sociais, fomentando a inclusão e a equidade. Ao integrar-se a outros equipamentos públicos, como escolas e unidades de saúde, as academias reforçam o papel do espaço urbano como instrumento de integração social e melhoria da qualidade de vida;

4.1.1.1.3. Por fim, a sustentabilidade institucional e de governança será assegurada pela articulação entre órgãos estaduais e municipais, possibilitando planejamento, execução e monitoramento coordenados. O projeto está alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial o ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e o ODS 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima). Busca-se, assim, fortalecer a transparência, a participação social e o controle institucional, por meio da divulgação dos resultados e do incentivo à corresponsabilidade da população na conservação dos equipamentos e dos espaços públicos.

4.1.2. Possibilidade de exigência de amostra:

4.1.2.1. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar poderá apresentar amostra, caso solicitado, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.1.2.2. Poderão ser exigidas amostras de todos os itens relacionados no subitem 1.1 deste Termo de Referência.

4.1.2.3. As amostras poderão ser entregues no endereço Av. Walter Ananias, 35A - Jaraguá, Maceió - AL, 57025-510, no prazo limite de 15 (quinze) dias, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.1.2.4. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no *chat* pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.1.2.5. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.1.2.6. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

a) Conformidade da solução apresentada com as especificações técnicas definidas neste Estudo Técnico Preliminar, especialmente quanto ao tipo de equipamento, funcionalidades previstas, sistemas de carga ajustável, materiais empregados e concepção construtiva;

b) Adequação da estrutura e dos materiais ao uso em ambientes externos, considerando a existência de proteção contra corrosão, intempéries e desgaste mecânico, compatível com instalação permanente em áreas abertas;

c) Existência e funcionamento dos sistemas de carga ajustável por trilho deslizante, quando aplicável, observando-se a compatibilidade com as faixas de carga previstas para cada tipo de equipamento;

d) Condições de estabilidade estrutural e concepção do sistema de fixação ao solo por meio de chumbadores, compatíveis com o uso contínuo e com as características do ambiente de instalação;

e) Funcionamento dos componentes mecânicos e móveis, tais como polias, articulações, barras e pegadas, observando-se a regularidade do movimento e a inexistência de interferências incompatíveis com a operação prevista;

f) Identificação do fabricante, do modelo e da solução ofertada, bem como a disponibilidade de documentação técnica e manuais de uso, em língua portuguesa, quando aplicável.

4.1.2.7. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.1.2.8. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.1.2.9. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.1.2.10. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 15 (quinze) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.1.2.11. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

4.1.3. Subcontratação:

4.1.3.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.1.4. Garantia da contratação:

4.1.4.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 05% (cinco por cento) e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.1.4.2. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 (dias) dias após assinatura do contrato.

4.1.4.3. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.1.4.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de entrega:

5.1.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, contados do efetivo recebimento da Ordem de Fornecimento, em remessa parcelada de acordo com o planejamento da contratante para abertura das unidades de academias ao ar livre.

5.1.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.1.3. Os bens deverão ser entregues nos locais relacionados no ANEXO II E III, objeto que abarca o planejamento de municípios e tipos de academias que receberão o projeto de academia ao ar livre.

5.1.4. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2. Garantia, manutenção e assistência técnica:

5.2.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal de 03 (três) meses, será de, no mínimo, 45 (quarenta e cinco) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.2.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.2.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.2.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

- 5.2.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 5.2.6. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.
- 5.2.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 5.2.8. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 5.2.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 5.2.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
- 5.2.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. Fiscalização:

6.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.7. Fiscalização Técnica:

6.7.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.2. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.7.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.8. Fiscalização Administrativa:

6.8.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.9. Gestor do Contrato:

6.9.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9.3. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.9.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, ou pelo agente, ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.9.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Recebimento do objeto:

7.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 90 (noventa) dias úteis, a contar do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2. Liquidação:

7.2.1. Recebida a Nota Fiscal/Fatura, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal/Fatura apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.2.3.1. o prazo de validade;

7.2.3.2. a data da emissão;

7.2.3.3. os dados do contrato e do órgão ou entidade contratante;

7.2.3.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.2.3.5. o valor a pagar; e

7.2.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.2.5. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

7.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no procedimento de contratação, bem como ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP para identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.2.7. Constatando-se a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.9. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado o contraditório e a ampla defesa.

7.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.3. Prazo de pagamento:

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

7.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

7.4. Forma de pagamento:

7.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo Contratado.

7.4.2. O Contratado assumirá os custos decorrentes da transferência de valores caso indique conta bancária que não seja da Caixa Econômica Federal – CEF.

7.4.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.6. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por lote.

8.1.2. Para dimensionamento das propostas, observar o tópico 4 referente à apresentação de amostra.

8.2. Exigências de habilitação:

8.2.1. Prova de registro da empresa Proponente no CREA – Conselho Regional de Engenharia, com jurisdição no Estado em que for sediada a Empresa Proponente, através da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica;

8.2.1.2. Laudo Técnico de Ergonomia emitido por profissional responsável, devidamente credenciado junto ao Conselho Regional Competente.

8.2.1.3. Laudo Técnico de comprovação Galvanização a fogo emitido por profissional responsável, devidamente credenciado junto ao Conselho Regional Competente.

8.2.2. Habilitação jurídica:

8.2.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.2.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio correspondente;

8.2.2.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.2.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.2.2.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.2.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples, ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples, ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.2.2.7. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário.

8.2.2.8. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009.

8.2.2.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

8.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

8.2.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

8.2.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.2.2.4. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

8.2.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.2.2.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou distrital, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.2.2.7. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.2.2.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

8.2.2.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.2.3. Qualificação econômico-financeira

8.2.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do fornecedor, caso se trate de sociedade simples;

8.2.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

8.2.3.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.2.3.3.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.2.3.3.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

8.2.3.3.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.2.3.3.4. Caso o fornecedor seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei Federal nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.2.3.3.5. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.2.3.4. A empresa, que apresentar resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverá comprovar patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

8.2.3.4.1. Deverá ser apresentada a relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

8.2.3.5. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.2.4. Qualificação Técnica:

8.2.4.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.2.4.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com o mínimo de:

8.2.4.2.1. Características: fornecimento de grupos de equipamentos de academia ao ar livre, com características similares ao objeto pretendido;

8.2.4.2.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.2.4.2.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

8.2.4.2.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.2.5. Reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social:

8.2.5.1. Deverá ser apresentada declaração de cumprimento da reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, nos moldes do art. 93, da Lei n.º 8.213/91.

8.2.5.2. A verificação do cumprimento da reserva de cargos será feita, preferencialmente, através de espelhamento entre a declaração apresentada pelo licitante e certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego através da Secretaria de Inspeção do Trabalho.

8.2.5.3. Ao longo de toda a execução do contrato, o contratado deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, sob o risco de extinção contratual pela Administração Pública.

8.2.6. Declaração de Cota de Aprendizagem:

8.2.6.1. Declaração de Cumprimento de Cota de Aprendizagem – DCCA, conforme o art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, acompanhada da apresentação de Certidão de Regularidade na Contratação de Aprendizes emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego através da Secretaria de Inspeção do Trabalho.

8.2.6.2. Ficam liberadas de apresentar DCCA e documentos complementares as microempresas e empresas de pequeno porte.

8.2.6.3. Renovar, durante a vigência do contrato, a cada 6 (seis) meses, a Declaração de Cumprimento de Cota de Aprendizagem – DCCA, conforme o art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, acompanhada da apresentação de Certidão de Regularidade na Contratação de Aprendizizes emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, através da Secretaria de Inspeção do Trabalho.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. O preço estimado total da contratação é de R\$51.110.219,52 (cinquenta e um milhões, cento e dez mil, duzentos e dezenove reais e cinquenta e dois centavos), conforme tabela acima.
- 9.1.1. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):
- 9.2. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 9.3. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 9.4. Em caso de reajuste sobre os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- 9.5. Em caso de repactuação, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. Na licitação por Registro de preço, a indicação da dotação orçamentária é exigível apenas antes da assinatura do contrato.

11. ATESTO

Atesto, sob a minha responsabilidade, que o conteúdo do Termo de Referência se limita ao mínimo imprescindível à satisfação do interesse público, presente na generalidade dos produtos e modelos existentes no mercado, não consignando marca ou característica, especificação ou exigência exclusiva, excessiva, impertinente, irrelevante ou desnecessária que possa direcionar o certame ou limitar ou frustrar a competição ou a realização do objeto contratual.

ANEXO III

ENDEREÇOS DE ENTREGA

SECRETARIA DE ESTADO DO	
----------------------------	--

PLANEJAMENTO, GESTÃO E PATRIMÔNIO	Rua Dr. Cincinato Pinto, 503, - Bairro Centro, Maceió/AL, CEP 57020-050
CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DE ALAGOAS	1) Quartel do Comando Geral (QCG) - Av. Siqueira Campos, 1739, - Bairro: Trapiche da Barra, Maceió-AL; 2) Batalhão de Incêndio (BI) - Av. Dep. Serzedelo de Barros Correia (BR - 316), s/n, Bairro: Santos Dumont, Maceió-AL; 3) Batalhão de Busca e Salvamento (BBS) - Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 2500, Bairro: Serraria, Maceió-AL; 4) 2º Batalhão Bombeiro Militar (2º BBM) - Praça dos Cabanos, nº 0113, Bairro: Centro, CEP 57955-000, Maragogi-AL; 5) 3º Batalhão Bombeiro Militar (3º BBM) - Avenida Monsenhor Clóvis Duarte de Barros, nº 571, CEP 57800-000, União dos Palmares-AL; 6) 4º Batalhão Bombeiro Militar (4º BBM) - Rua Virgílio da Silva Filho, s/n, São Francisco Palmeira dos Índios-AL; 7) 6º Batalhão Bombeiro Militar (6º BBM) - Rua Manoel Barreiros, s/n, Bairro: Santa Luzia, Penedo-AL; 8) 7º Batalhão Bombeiro Militar (7º BBM) - AL-115, s/n, Bairro: Jardim Esperança, Arapiraca-AL; 9) 8º Batalhão Bombeiro Militar (8º BBM) - Rodovia AL 145, Bairro: Cidade Universitária, Delmiro Gouveira-AL; 10) 9º Batalhão Bombeiro Militar (9º BBM) - Rua Delmiro Gouveia, nº 14, Bairro Camuxinga, Santana do Ipanema-AL.
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE AVIAÇÃO	BASE METROPOLITANA - Rua Fazenda Olho D'Água, S/N, Zona Rural - Bairro Zona Rural, Marechal Deodoro/AL, CEP 57160-000. BASE AGRESTE - Avenida Aeroporto, 88 - Canafístula, Arapiraca - AL, 57300-970
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA	Avenida Assis Chateaubriand, s/n - Trapiche da Barra, AL, CEP.: 57010-900
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE ALAGOAS	Pró-reitoria Estudantil - PROEST. R. Dr. Jorge de Lima, 113 - Trapiche da Barra, Maceió - AL.

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MIRIAN CAVALCANTE SILVA

Supervisora de Suprimentos



Assinou eletronicamente em 13/03/2026 às 12:33:00.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I - PROPOSTA, ESPECIFICACOES E MANUTENCOES - Revisado (1).docx (5.63 MB)
- Anexo II - ANEXO II - LOCALIDADES E QUANTIDADES - Revisado (1).docx (309.17 KB)

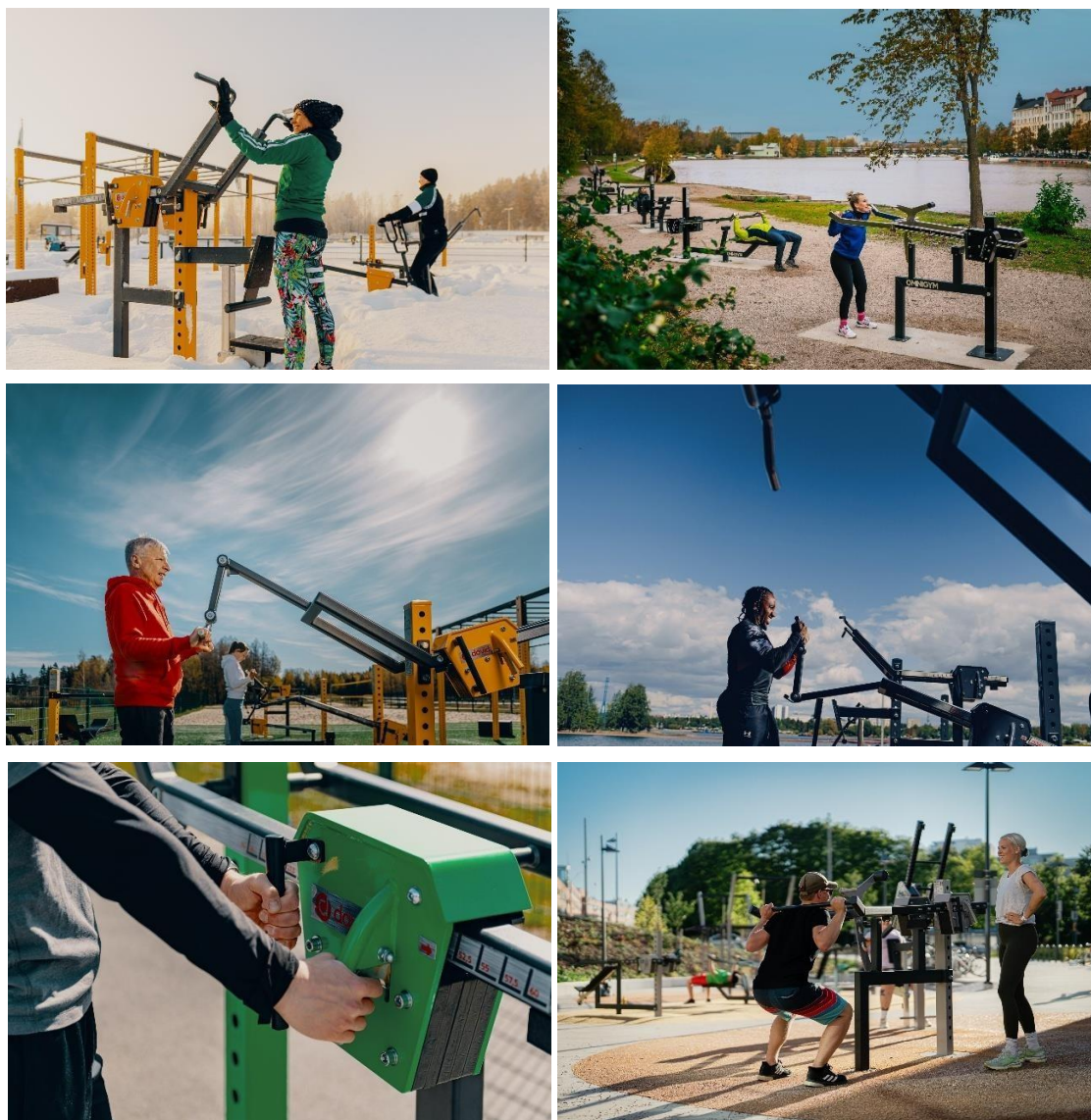
ANEXO I

PROPOSTA, ESPECIFICAÇÕES E MANUTENÇÕES

1. DA PROPOSTA

1.1. A proposta de contempla um novo modelo de academia ao ar livre, inspirada em projeto de incentivo a prática de exercício físico implementado na cidade de Helsinque – Finlândia, que instalou áreas de pratica com equipamento com peso, melhorando significativa o acesso da população e os indicadores de qualidade de vida.

1.2. Ilustrações:



1.3. No projeto implementado na Finlândia demonstra que a proposta de áreas de fitness ao ar livre evoluiu muito desde a implantação da Academias para Terceira Idade. Em vez disso, o estado proporcionou a população novos equipamentos que utilizam tecnologia avançada, segura para uso independente ao ar livre, durável e adaptado a diversas condições climáticas.

1.4. A construção de modernas áreas de fitness ao ar livre dotadas de equipamentos modernos e adequados, possibilita a experiência na academia acessível a todos.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES

2.1. PRINCIPAIS DIFERENÇAS DE OUTROS PROJETOS DE ACADEMIA AO AR LIVRE:

2.1.1. Carga ajustável e implementação biomecânica:

2.1.1.1. Diferente dos demais projetos de academia ao ar livre, a presente proposta permite a utilização de carga ajustável, permitindo um exercício mais completo e eficiente. Os usuários podem ajustar a resistência conforme a sua utilização.

2.1.2. Aparelhos ergonomia e seguros:

2.1.2.1. Os equipamentos são biomecanicamente planejados, permitindo um exercício intuitivo, eficiente e seguro para uma ampla base de usuários, independentemente da idade ou do nível de condicionamento físico.

2.1.3. Serviços digitais:

2.1.3.1. Cada aparelho ser dotado de *QR-code*, onde o usuário terá acesso ao modo de utilização de aparelho por imagem, bem como de vídeo da realizar o exercício. Também poderá ser desenvolvido na plataforma de transformação digital do Governo de Alagoas, um sistema de *check in* onde os usuários podem registrar sua presença na academia, por meio de geolocalização ou inserindo o código da academia ao livre. Através deste sistema será possível uma experiência mais eficiente aos cidadãos, uma vez que ele terá acesso a mais vídeos e ao histórico de presença nas unidades ao ar livre.

2.2. AS ACADEMIAS SERÃO IMPLEMENTADAS EM FUNÇÃO DOS DIFERENTES TIPOS DE PORTES:

2.2.1. Pequena academia:

2.2.1.1. Área mínima de 20m²;

2.2.1.2. Composição padrão de 04 (quatro) equipamentos de diferentes grupos musculares, sendo:

2.2.1.2.1. Leg Press;

2.2.1.2.2. Supino Reto;

2.2.1.2.3. Puxada Alta;

2.2.1.2.4. Desenvolvimento de Ombro;

2.2.1.3. Todos os equipamentos devem ser compostos por diferentes pesos.

2.2.2. Média academia:

2.2.2.1. Área mínima de 40m²;

2.2.2.2. Composição padrão de 06 (seis) equipamentos de diferentes grupos musculares, sendo:

2.2.2.2.1. Leg Press;

2.2.2.2.2. Elevação;

2.2.2.2.3. Supino Reto;

2.2.2.2.4. Puxada Alta;

2.2.2.2.5. Rosca Bíceps;

2.2.2.2.6. Tríceps; e/ou

2.2.2.2.7. Desenvolvimento de Ombro.

2.2.2.3. Todos os equipamentos devem ser compostos por diferentes pesos.

2.2.3. Grande academia:

2.2.3.1. Área mínima de 120m²;

2.2.3.2. Composição padrão de 09 (nove) equipamentos de diferentes grupos musculares, sendo:

2.2.3.2.1. Agachamento;

2.2.3.2.2. Leg Press;

2.2.3.2.3. Elevação;

2.2.3.2.4. Supino Reto;

2.2.3.2.5. Puxada Alta;

2.2.3.2.6. Rosca Bíceps;

2.2.3.2.7. Tríceps;

2.2.3.2.8. Desenvolvimento de Ombro; e

2.2.3.2.9. Estação Multifuncional e Calistenia.

2.2.3.3. Todos os equipamentos devem ser compostos por diferentes pesos.

2.2.4. Extra grande academia:

2.2.4.1. Ilustrações:

2.2.4.1.1. Representação da XL academia:



2.2.4.1.2. Representação da área de corrida da XL academia:



2.2.4.3. Composição padrão de 11 (onze) equipamentos de diferentes grupos musculares, sendo:

- 2.2.4.3.1. Agachamento;
- 2.2.4.3.2. Leg Press;
- 2.2.4.3.3. Elevação;
- 2.2.4.3.4. Supino Reto;
- 2.2.4.3.5. Supino Inclinado;
- 2.2.4.3.6. Puxada Alta;
- 2.2.4.3.7. Remada Baixa;
- 2.2.4.3.8. Rosca Bíceps;
- 2.2.4.3.9. Tríceps;
- 2.2.4.3.10. Desenvolvimento de Ombro; e
- 2.2.4.3.11. Estação Multifuncional e Calistenia.

2.2.4.4. Todos os equipamentos devem ser compostos por diferentes pesos.

2.2.4.5. Área direcionada para prática de Calistenia (área multifuncional).

2.2.4.6. Área direcionada a corrida em forma de circuito em volta da academia ao ar livre, com no mínimo duas raias.

2.3. EQUIPAMENTOS E GRUPOS MUSCULARES

2.3.1. Máquina de agachamento:

2.3.1.1. Ilustrações:



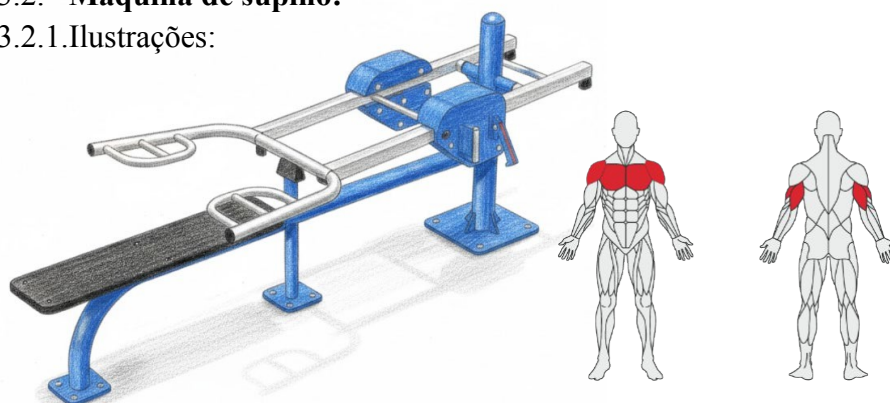
2.3.1.2. Quadríceps: Músculo principal trabalhado no agachamento, responsável pela extensão do joelho.

2.3.1.3. Glúteos: Atuam como músculos auxiliares no movimento, contribuindo para a extensão do quadril e estabilização do corpo.

2.3.1.4. Posteriores de coxa: Também atuam como auxiliares, ajudando na flexão do joelho e na estabilização do movimento.

2.3.2. Máquina de supino:

2.3.2.1. Ilustrações:



2.3.2.2. Peitoral maior: Com foco na porção clavicular, que é a parte superior do músculo. Essa região é responsável por dar aquela aparência mais volumosa e definida à parte superior do peito.

2.3.2.3. Deltóide anterior: Esse músculo, localizado na parte frontal do ombro, também é bastante ativado durante o supino inclinado, contribuindo para a definição e força dos ombros.

2.3.2.4. Tríceps: Apesar de ser um músculo secundário neste exercício, o tríceps braquial auxilia na extensão do cotovelo, ajudando a estabilizar o movimento.

2.3.3. Máquina de leg press:

2.3.3.1. Ilustrações:



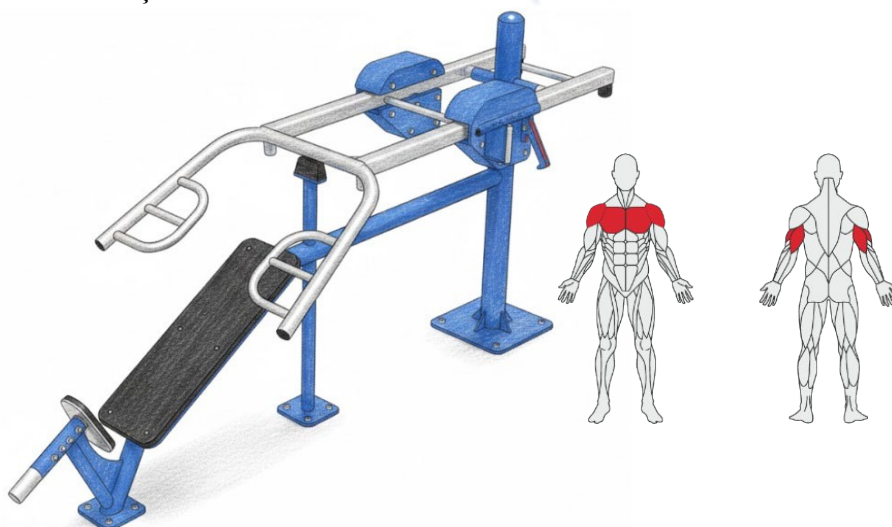
2.3.3.2. Quadríceps: Esse grupo muscular, localizado na parte da frente da coxa, é o principal motor do movimento no Leg Press. Ele é responsável pela extensão do joelho, ou seja, esticar a perna. No Leg Press, o quadríceps é fortemente ativado durante a fase concêntrica do exercício (quando você empurra a plataforma para longe do corpo).

2.3.3.3. Glúteos: Os glúteos também desempenham um papel importante no Leg Press, principalmente o glúteo máximo, que é o maior e mais forte dos três.

2.3.3.4. Panturrilha: Embora em menor grau que os outros dois grupos, a panturrilha também é ativada durante o Leg Press. A panturrilha atua na flexão plantar (movimento de apontar o pé para baixo), e auxilia na estabilização do tornozelo durante o exercício.

2.3.4. Máquina de supino inclinado:

2.3.4.1. Ilustrações:



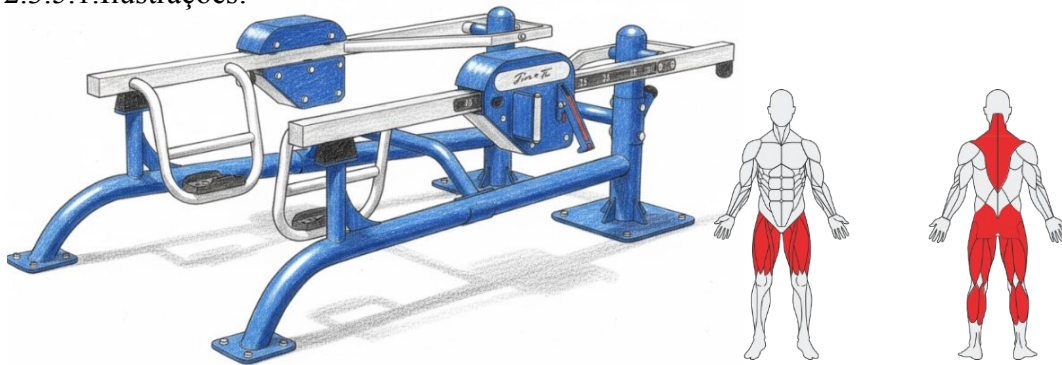
2.3.4.2. Peitoral maior: Com foco na porção clavicular, que é a parte superior do músculo. Essa região é responsável por dar aquela aparência mais volumosa e definida à parte superior do peito.

2.3.4.3. Deltóide anterior: Esse músculo, localizado na parte frontal do ombro, também é bastante ativado durante o supino inclinado, contribuindo para a definição e força dos ombros.

2.3.4.4. Tríceps: Apesar de ser um músculo secundário neste exercício, o tríceps braquial auxilia na extensão do cotovelo, ajudando a estabilizar o movimento.

2.3.5. Máquina de multi elevação:

2.3.5.1. Ilustrações:



2.3.5.2. Quadríceps: Localizado na parte da frente da coxa, é responsável pela extensão do joelho e é crucial para movimentos como caminhar, correr e pular.

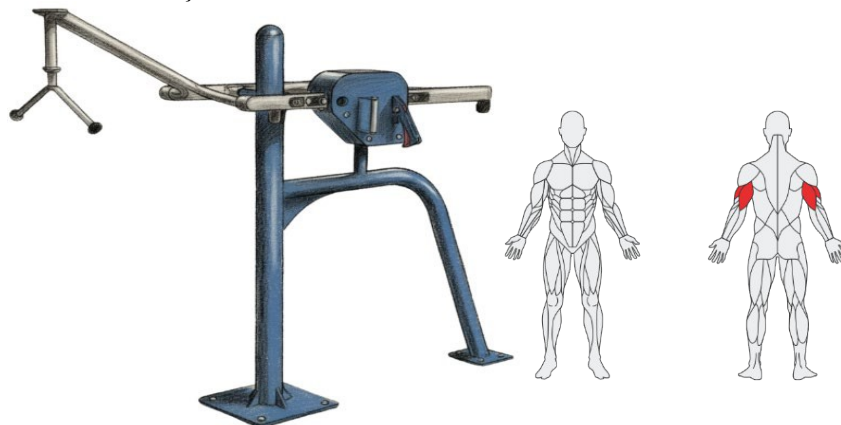
2.3.5.3. Isquiotibiais: Situados na parte de trás da coxa, atuam na flexão do joelho e são importantes para a estabilidade do joelho e força explosiva.

2.3.5.4. Glúteos: Composto por três músculos (máximo, médio e mínimo), os glúteos são essenciais para a extensão do quadril, rotação do quadril e estabilidade da pelve.

2.3.5.5. Panturrilha: Localizadas na parte de trás da perna, atuam na flexão plantar (levantar o calcanhar) e contribuem para a força e estabilidade do tornozelo.

2.3.6. Máquina de tríceps:

2.3.6.1. Ilustrações:



2.3.6.2. Tríceps braquial: É o principal músculo alvo do exercício. Ele é composto por três cabeças: longa, lateral e medial. A cabeça longa é a mais solicitada

no Aparelho de Tríceps Máquina, especialmente quando o exercício é realizado com os braços elevados acima da cabeça.

2.3.6.3. Ancôneo: É um músculo pequeno localizado na parte posterior do cotovelo, que auxilia na extensão do braço.

2.3.6.4. Músculos estabilizadores: Outros músculos, como os deltoides e os músculos do core, atuam como estabilizadores durante o exercício, ajudando a manter o corpo em uma posição correta e segura.

2.3.7. **Máquina de rosca bíceps:**

2.3.7.1. Ilustrações:



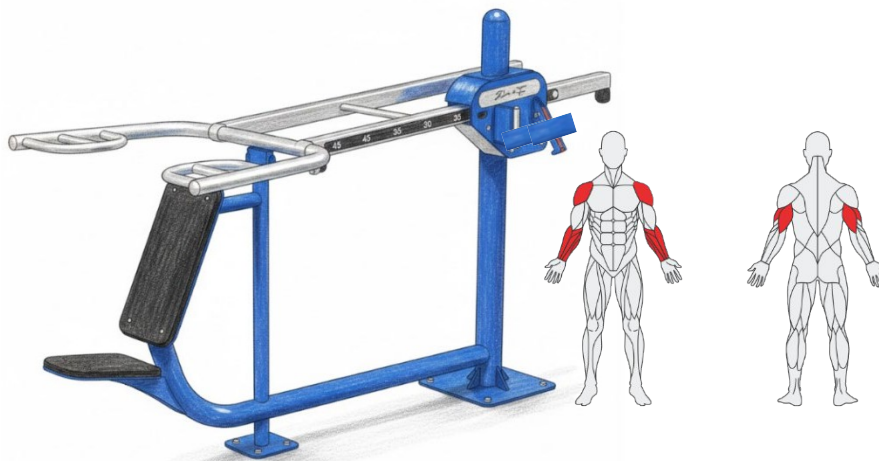
2.3.7.2. Bíceps braquial: É o principal músculo alvo do exercício. Ele é composto por duas cabeças: a cabeça longa e a cabeça curta. Ambas as cabeças são ativadas durante a rosca bíceps, sendo responsáveis pela flexão do cotovelo e supinação do antebraço (movimento de girar a palma da mão para cima).

2.3.7.3. Braquial: É um músculo localizado abaixo do bíceps braquial, que também atua na flexão do cotovelo. Ele é importante para a força geral do braço e contribui para a aparência estética da região.

2.3.7.4. Braquiorradial: É um músculo localizado no antebraço, que auxilia na flexão do cotovelo, principalmente quando o antebraço está em posição neutra (palma da mão voltada para o lado do corpo).

2.3.8. **Máquina de desenvolvimento de ombro:**

2.3.8.1. Ilustrações:



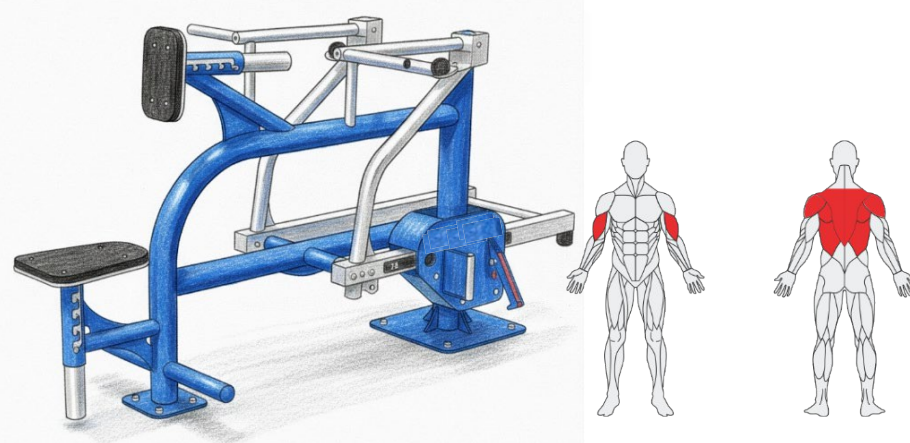
2.3.8.2. Deltoide anterior: Localizado na parte frontal do ombro, esse músculo é o principal responsável por levantar o braço para frente. No Desenvolvimento de Ombro, ele atua elevando os braços à medida que você empurra as pegas para cima.

2.3.8.3. Deltoide medial: Situado na parte lateral do ombro, esse músculo contribui para a abdução do braço (levantar o braço para o lado). No Desenvolvimento de Ombro, ele ajuda a estabilizar o movimento e a levantar os braços.

2.3.8.4. Deltoide posterior: Localizado na parte posterior do ombro, esse músculo atua na extensão do braço (levar o braço para trás). No Desenvolvimento de Ombro, ele é ativado de forma secundária, auxiliando na estabilização e no controle do movimento.

2.3.9. Máquina de remada baixa:

2.3.9.1. Ilustrações:



2.3.9.2. Grande dorsal (latíssimo do dorso): É o maior músculo das costas e um dos principais responsáveis pela força de puxar. Na Remada Baixa, ele atua puxando os cotovelos para trás e para baixo, aproximando as mãos do corpo.

2.3.9.3. Trapézio: Músculo que se estende da base do crânio até a metade das costas, com formato triangular. Ele atua na elevação e rotação da escápula, auxiliando na estabilização do movimento e na retração dos ombros.

2.3.9.4. Romboides: Localizados abaixo do trapézio, esses músculos auxiliam na retração escapular, aproximando as escápulas da coluna vertebral durante a remada.

2.3.10. Máquina de puxada alta:

2.3.10.1. Ilustrações:



- 2.3.10.2. Latíssimo do dorso: É o músculo mais largo das costas e o principal responsável pela adução do braço (trazer o braço para perto do corpo), como no movimento de puxar para baixo na puxada alta.
- 2.3.10.3. Trapézio: Músculo localizado na parte superior das costas, que atua na elevação e rotação da escápula, auxiliando na estabilização e no movimento da puxada alta.
- 2.3.10.4. Deltoides posteriores: Parte posterior do músculo deltoide, que atua na extensão e rotação externa do ombro, sendo recrutada na puxada alta para auxiliar na força e no controle do movimento.
- 2.3.10.5. Romboides: Músculos localizados abaixo do trapézio, que auxiliam na adução e rotação da escápula, contribuindo para a estabilidade e o movimento da puxada alta.
- 2.3.10.6. Bíceps braquial: Músculo do braço que atua na flexão do cotovelo, sendo recrutado na puxada alta para auxiliar na força de puxar a barra para baixo.

3. DAS MANUTENÇÕES

3.1. MANUTENÇÃO PREVENTIVA:

- 3.1.1. Durante todo o período de garantia, a empresa contratada realizará inspeções visuais trimestrais, com o objetivo de verificar a integridade estrutural dos equipamentos, o estado da pintura, das fixações e a ocorrência de desgastes anormais que possam comprometer a segurança ou a funcionalidade dos aparelhos.
- 3.1.2. Em intervalos semestrais, serão executadas atividades de lubrificação das articulações e das partes móveis, visando reduzir atritos excessivos e prolongar a vida útil dos componentes mecânicos. No mesmo período, também serão realizados ajustes e reapertos de fixações, incluindo parafusos e buchas, de modo a assegurar a estabilidade e o correto funcionamento dos equipamentos instalados.
- 3.1.3. Ainda com periodicidade semestral, serão promovidos testes de segurança, abrangendo ensaios de carga e resistência, a fim de verificar a conformidade dos equipamentos com as normas técnicas aplicáveis e garantir condições adequadas de uso pelos usuários.
- 3.1.4. Anualmente, será efetuada a manutenção de pintura e retoques, compreendendo a aplicação de revestimentos anticorrosivos e a correção de pontos com desgaste superficial, contribuindo para a conservação estética e estrutural dos equipamentos expostos às intempéries.
- 3.1.5. Todas as ações de manutenção preventiva serão devidamente registradas, sendo elaborado relatório técnico detalhado, o qual será disponibilizado ao contratante para fins de acompanhamento e controle.

3.2. MANUTENÇÃO CORRETIVA:

- 3.2.1. Sempre que identificada qualquer falha funcional ou defeito nos equipamentos durante o período de garantia, a empresa contratada prestará atendimento técnico corretivo, com prazo máximo de até 72 (setenta e duas) horas, contado a partir da comunicação formal do problema pelo contratante.
- 3.2.2. O atendimento corretivo compreenderá a análise técnica no local, o diagnóstico da falha e, quando constatado que o problema está coberto pelas condições de garantia,

a execução dos reparos necessários sem ônus adicional. Caso a ocorrência não se enquadre nas hipóteses de cobertura da garantia, será apresentado orçamento prévio para apreciação e autorização do contratante antes da realização dos serviços.

ANEXO II

LOCALIDADES E QUANTIDADES

1. DAS LOCALIDADES

1.1. Critérios e metodologias aplicadas:

1.1.1. Para estruturar critérios técnicos e metodológicos sólidos para orientar a implantação das Academias ao Ar Livre, com base em evidências populacionais, epidemiológicas e territoriais, foram estabelecidas:

1.1.1.1. **Densidade populacional:** Prioriza-se a instalação dos equipamentos em áreas que concentram maior número de moradores, de modo a assegurar a utilização intensiva e a efetividade do investimento público. O planejamento leva em consideração, especialmente, a população com 15 anos ou mais, faixa etária em que se observa maior demanda e aderência às práticas de atividade física.

1.1.1.2. **Vulnerabilidade social:** Deve-se considerar, de forma prioritária, os municípios que apresentem elevado número de pessoas inscritas no Cadastro Único (CadÚnico), por refletirem maior vulnerabilidade socioeconômica e, consequentemente, maior necessidade de políticas públicas voltadas à promoção da saúde, inclusão social e melhoria da qualidade de vida.

1.1.1.3. **Condições de saúde (hipertensão e diabetes):** Considerar, de forma prioritária, os municípios que apresentem maior número de pessoas atendidas com diagnósticos de hipertensão e diabetes, direcionando esforços para a prevenção e o controle dessas doenças crônicas por meio da promoção da prática regular de atividade física.

1.1.1.4. **Infraestrutura pública existente:** A instalação deverá ser priorizada em áreas próximas a escolas e unidades do programa Creches CRIA, de modo a aproveitar estruturas já existentes e favorecer a integração com outras políticas públicas voltadas à educação, saúde e desenvolvimento social. Observa-se que, em municípios com população dispersa, poderá ser prevista a implantação de mais de uma academia ao ar livre, considerando a demanda tanto da população urbana quanto da população residente em áreas rurais.

1.1.1.5. **Bases de dados utilizadas para seleção dos critérios e metodologias:**

1.1.1.5.1. Censo 2022 – IBGE (População residente total 15 anos mais);

1.1.1.5.2. Censo 2022 – IBGE (Favelas e comunidades urbanas);

1.1.1.5.3. CadÚnico – Quantidade de pessoas inscritas em famílias em situação de pobreza;

1.1.1.5.4. DataSUS – Procedimentos do SUS diretamente relacionados ao atendimento de pessoas com diabetes e hipertensão;

1.1.1.5.5. Geolocalização SEPLAG – Unidades de Escolas Estaduais;

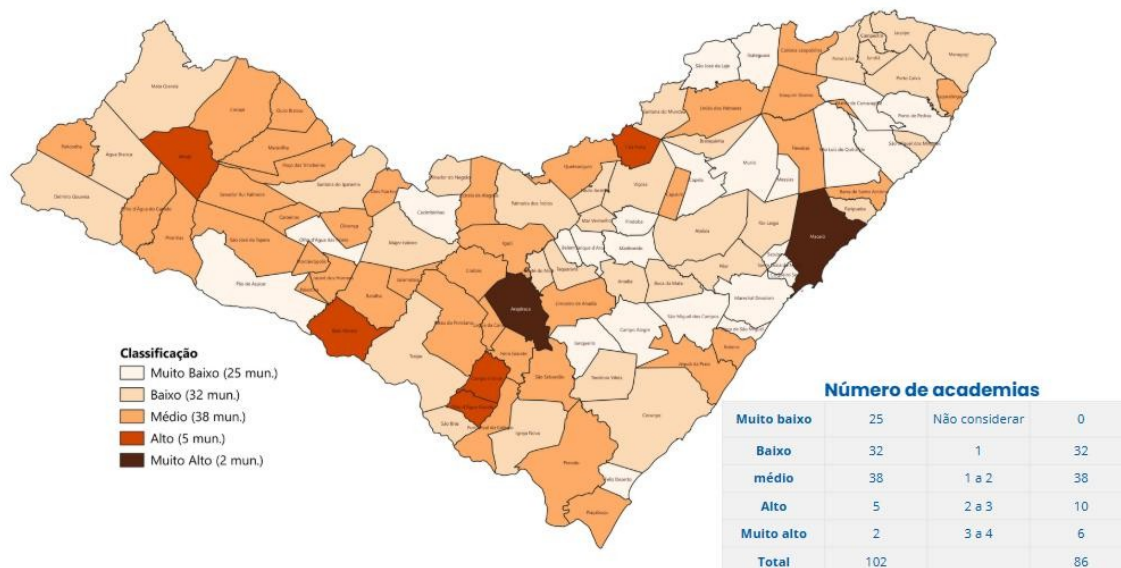
1.1.1.5.6. Geolocalização SEPLAG – Unidades Hospitalares do Estado de Alagoas.

1.1.2. Foi aplicada a normalização min-max, que ajusta cada indicador para uma escala de 0 a 100 mantendo a dispersão original dos dados e permitindo a comparabilidade, além da atribuição de pesos aos indicadores conforme sua importância, conforme memória de cálculo:

$$z = \frac{x - \min(x)}{[\max(x) - \min(x)]}$$

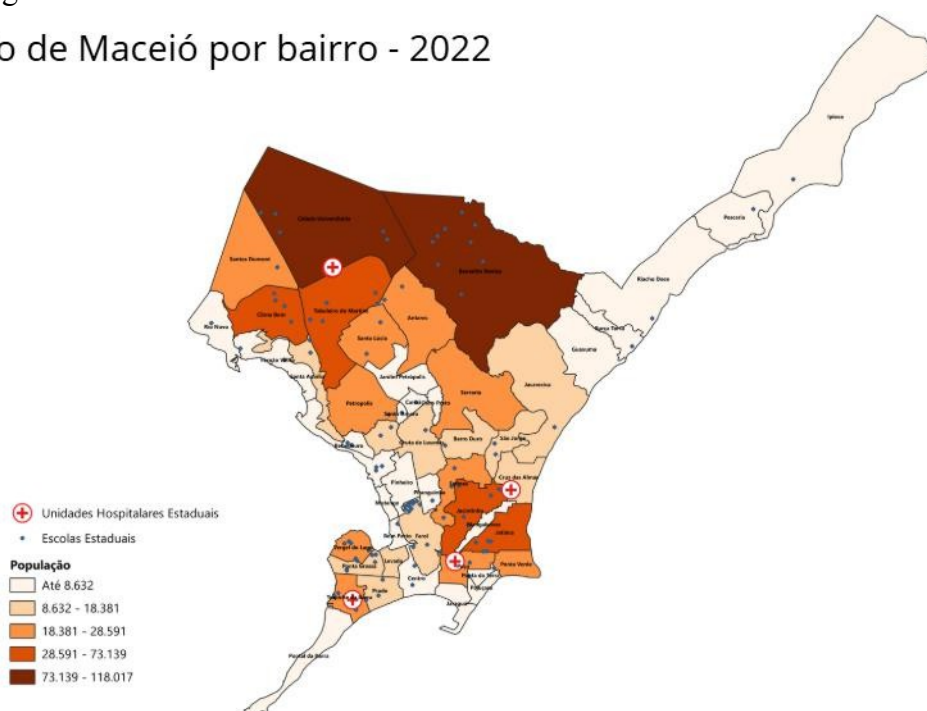
$$y = (Saúde \times 0,10) + (Vulnerabilidade \times 0,20) + (Demográfico \times 0,70)$$

1.1.3. A quantidade de academias nos municípios do Estado de Alagoas ficou predefinida na forma que segue:



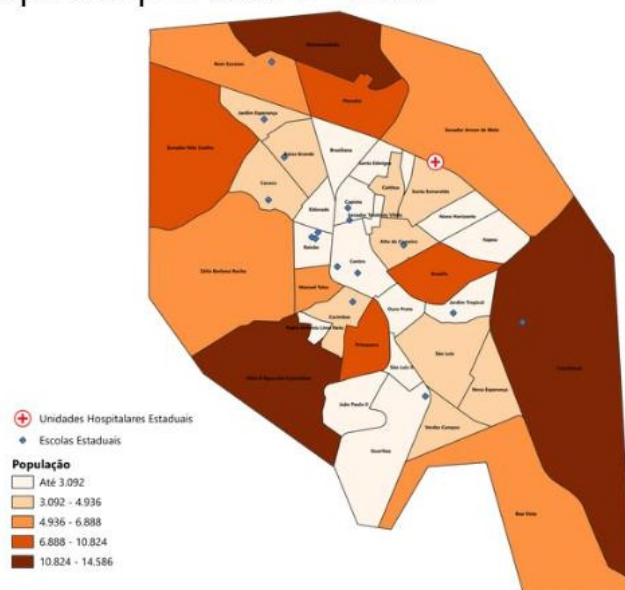
1.1.4. A quantidade de academias nos bairros da cidade de Maceió ficou predefinida na forma que segue:

População de Maceió por bairro - 2022



1.1.5. A quantidade de academias nos bairros da cidade de Arapiraca ficou predefinida na forma que segue:

População de Arapiraca por bairro - 2022



1.1.6. A quantidade de academias nas favelas e comunidades urbanas da cidade de Maceió ficou predefinida na forma que segue:

Favelas mais populosas em Maceió

Vale do Reginaldo	4777
Grota do Cigano	4479
Grota da Alegria B	4421
Brejal	4376
Área Vulnerabilizada do Vergel A	4029
Conjunto Paraíso do Horto	3181
Grota do Moreira	3093
Chã de Bebedouro A	3006
Alto São Rafael	2467
Grota do Rafael	2422

1.1.6.1. Justificativas:

1.1.6.1.1. Baixa renda média e pouca acessibilidade a academias privadas;

1.1.6.1.2. Grande número de pessoas em pequenas áreas;

1.1.6.1.3. Déficit histórico de infraestrutura urbana e promoção de saúde/bem estar em territórios vulneráveis.

1.1.7. A quantidade de academias nas favelas e comunidades urbanas dos demais municípios do Estado de Alagoas ficou predefinida na forma que segue:

Demais municípios

Favelas mais populosas	População Residente	Área Territorial (Hectare)	Densidade Demográfica
Baixa da Gaia, São Luís do Quitunde	2154	20,9	10306,81
Frei Damião, Arapiraca	1788	10,6	16897,42
Alto da Boa Vista, Maragogi	1238	6,4	19293,71
Biquinha, Rio Largo	997	10,6	9442,09
Cidade de Deus, Rio Largo	938	18,3	5124,9
Rua Manoel Tavares, Matadouro, Penedo	853	6,9	12276,74
Vila dos Pescadores, Barra de Santo	821	11	7432,35
Mangabeiras, Arapiraca	808	10,4	7766,84
Loteamento Palmares, Rio Largo	794	5	16002,26
Deda Paes, Maragogi	716	13,4	5354,87

1.1.8. A relação dos municípios e seus graus de prioridade para instalação das Academias ao Ar Livre, conforme critérios e metodologias supracitadas:

Ranking de grau de prioridade				
Muito Alto - 2	Alto - 5	Médio - 38	Baixo - 32	Muito Baixo - 25
1. Maceió 2. Arapiraca	3. Inhapi 4. Belo Monte 5. Campo Grande 6. Olho D'água Grande 7. Chã Preta	8. Pariconha 9. Canapi 10. Ouro Branco 11. Maravilha 12. Poço das Trincheiras 13. Senador Rui Palmeira 14. Carneiros 15. São José da Tapera 16. Piranhas 17. Olho D'água do Casado 18. Monteirópolis 19. Palestina 20. Jacaré dos Homens 21. Olivença 22. Dois Riachos 23. Batalha 24. Jaramataia 25. Estrela de Alagoas 26. Igaci 27. Craíbas 28. Girau do Ponciano 29. Lagoa da Canoa 30. Feira Grande 31. Porto Real do Colégio 32. São Sebastião 33. Penedo 34. Piaçabuçu 35. Limoeiro de Anadia 36. Quebrangulo 37. Cajueiro 38. União dos Palmares 39. Joaquim Gomes 40. Colônia Leopoldina 41. Japaratinga 42. Matriz do Camaragibe 43. Flexeiras 44. Barra de Santo Antônio 45. Jequiá da Praia	46. Maragogi 47. Jacuípe 48. Campestre 49. Jundiá 50. Novo Lino 51. Porto Calvo 52. São Miguel dos Milagres 53. Santana do Mundaú 54. Branquinha 55. Rio Largo 56. Paripueira 57. Atalaia 58. Pilar 59. Boca da Mata 60. Anadia 61. Viçosa 62. Paulo Jacinto 63. Mar Vermelho 64. Palmeira dos Índios 65. Minador do Negrão 66. Coité do Nóia 67. Taquarana 68. Teotônio Vilela 69. Coruripe 70. Igreja Nova 71. São Brás 72. Traipu 73. Major Isidoro 74. Santana do Ipanema 75. Delmiro Gouveia 76. Água Branca 77. Mata Grande	78. Pão de Açúcar 79. Olho D'água das Flores 80. Cacimbinha 81. Belém 82. Tanque D'arca 83. Maribondo 84. Pindoba 85. Junqueiro 86. Campo Alegre 87. Feliz Deserto 88. São Miguel dos Campos 89. Marechal Deodoro 90. Barra de São Miguel 91. Coqueiro Seco 92. Santa Luzia do Norte 93. Satuba 94. Capela 95. Murici 96. Messias 97. São Luiz do Quitunde 98. São José da Lage 99. Passo de Camaragibe 100. Porto de Pedras 101. Ibateguara 102. Matriz de Camaragibe

2. DAS QUANTIDADES

2.1. Para o devido alcance dos resultados pretendidos, a implantação das academias ao ar livre deverá ser realizada em ciclos, observando-se os critérios e metodologias previamente definidos, na forma estabelecida a seguir:

Porte	Ciclo 1	Ciclo 2	Ciclo 3	Ciclo 4
Pequena academia	32	25	10	10
Média academia	38	38	-	-
Grande academia	10	5	-	-
XL academia	6	2	-	-

2.1.1. O **Ciclo 1** compreende as 86 academias que contemplariam 77 municípios, conforme o mapa de classificação dos municípios alagoanos, conforme subitem 1.1.3.

2.1.2. O **Ciclo 2** compreende as 70 academias que contemplariam 70 municípios, considerando os quantitativos máximos previsto na metodologia, e conforme a distribuição constante no mapa de classificação dos municípios alagoanos, conforme subitem 1.1.4.

2.1.3. O **Ciclo 3** compreende as 10 academias que contemplariam 10 áreas de favelas e comunidades urbanas da Capital, conforme subitem 1.1.5.

2.1.4. O **Ciclo 4** compreende as 10 academias que contemplariam 10 áreas de favelas e comunidades urbanas nos demais municípios alagoanos, conforme subitem 1.1.6.

2.2. A proposta de ciclo não compreende fases ou sequência de implantação, mas sim propositura de agrupamento estabelecido em alinhamento com a metodologia aplicada, podendo para fins de implantação ser estabelecido qualquer ordenamento.

Obs1. Os quantitativos são fixos, porém ao longo da execução do projeto, por opção do gestor, mudança no rito processual ou até mesmo necessidade de contemplar outras estruturas como prédios públicos e áreas públicas diversas, poderão ter alterações nas localizações, padrões e destinos.

EAL-SECRETARIA ESTADO PLANEJ.GEST. PATRIMÔNIO

Estudo Técnico Preliminar 2/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: E:04105.0000000286/2026

2. Descrição da necessidade

A aquisição de equipamentos de ginástica destinados às academias ao ar livre justifica-se pela necessidade de modernização dos espaços públicos voltados à prática de atividades físicas, com vistas a ampliar e qualificar o atendimento à população do Estado de Alagoas. Tal iniciativa contribui diretamente para a promoção da saúde, a prevenção de doenças e o apoio à reabilitação física, resultando em melhores condições de bem-estar e qualidade de vida, além de alinhar-se às políticas públicas de incentivo à atividade física e de valorização dos espaços comunitários.

As ações e os investimentos em políticas voltadas à promoção da atividade física e à redução do comportamento sedentário estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, destacando-se especialmente o ODS 3 – Saúde e Bem-Estar, o ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis, o ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima e o ODS 4 – Educação de Qualidade, entre outros.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), entre quatro e cinco milhões de mortes anuais poderiam ser evitadas se a população global fosse mais fisicamente ativa (OMS, 2020). Nesse contexto, com o objetivo de fortalecer políticas estaduais voltadas à melhoria da qualidade de vida da população alagoana e em consonância com o Plano de Ação Global da OMS para a Atividade Física 2018-2030, o Governo do Estado de Alagoas, por meio da Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio, apresenta proposta que tem por finalidade a implantação de academias ao ar livre nas proximidades de edificações públicas estaduais, tais como unidades Creche Cria, Centrais de Atendimento ao Cidadão — Já, escolas públicas estaduais, entre outras.

A inatividade física representa não apenas um problema de saúde pública, mas também um desafio econômico de grande relevância, tanto no Brasil quanto em âmbito global. Conforme estudo da Organização Mundial da Saúde (OMS), publicado na revista The Lancet (2018), aproximadamente 47% da população brasileira é considerada sedentária, índice que coloca o país entre os piores da América Latina.

A falta de atividade física está diretamente relacionada ao aumento da incidência de doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), como diabetes, enfermidades cardiovasculares e determinados tipos de câncer, sendo reconhecida como um dos principais fatores de risco de mortalidade. Além dos impactos à saúde, o sedentarismo sobrecarrega o Sistema Único de Saúde (SUS), reduz a produtividade laboral e acarreta custos financeiros expressivos à sociedade, afetando a sustentabilidade das políticas públicas.

O sedentarismo e a inatividade física são fatores de risco para a aquisição de doenças crônicas como obesidade, hipertensão arterial sistêmica e diabetes mellitus, que por conseguinte podem se agravar para doenças cardiovasculares, cerebrovasculares e renais, fazendo com que o agente público esteja propício à uma curta vida profissional, baixa qualidade de vida, baixa expectativa de vida e menor rendimento em suas atividades particulares, familiares e profissionais.

Segundo o Ministério da Saúde 2006: A Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) é um problema grave de saúde pública no Brasil e no mundo. Ela é um dos mais importantes fatores de risco para o desenvolvimento de doenças cardiovasculares, cerebrovasculares e renais, sendo responsável por pelo menos 40% das mortes por acidente vascular cerebral, por 25% das mortes por doenças arteriais coronárias conforme Brasil (2006) os maiores e principais benefícios da atividade física são a prevenção de doenças e agravos não transmissíveis, com a redução do risco de eventos cardiocirculatórios, como infarto e acidente vascular cerebral.

Conforme Faria Júnior, 2009:

“A prática de atividade física regular e seus benefícios para a saúde é vista como importante aliada contra as consequências que parecem ser bastante claras, e sendo um dos fatores para terem maiores probabilidades de desenvolverem doenças crônicas degenerativas. Esses resultados são debatidos frequentemente entre os profissionais na área de saúde e amplamente documentados na literatura atual. Isso reafirma que a atividade física em toda sua amplitude apresenta efeitos benéficos à saúde, como sabido entre os profissionais de saúde e bem disseminada perante toda a sociedade, além de retardar o envelhecimento e prevenir o desenvolvimento de doenças crônicas degenerativas, as quais são derivadas do sedentarismo, sendo um dos maiores problemas e gastos com a saúde pública nas sociedades modernas nos últimos anos. Tudo isso tem sido causado principalmente pela inatividade física e consequentemente influenciada pelas inovações tecnológicas e más hábitos alimentares.”

(GUEDES, 2012).

Para além dos aspectos clínicos e econômicos, a prática regular de exercícios físicos contribui para o controle do peso corporal, melhora os níveis de energia e disposição, e fortalece a autoestima, a autoconfiança e o autocontrole, elementos essenciais para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida.

A disponibilização de academias ao ar livre revela-se, portanto, de elevado interesse público, por alinhar-se às diretrizes de promoção da saúde, prevenção de doenças e valorização do espaço urbano. Ao incentivar a prática regular de atividades físicas em ambientes acessíveis e comunitários, o Estado contribui para a redução de custos assistenciais, o fortalecimento das políticas de bem-estar social e a ampliação da qualidade de vida da população.

Além da aquisição dos equipamentos permanentes, a solução inclui a contratação de serviço contínuo de manutenção preventiva e corretiva, indispensável para assegurar a durabilidade dos bens, a segurança dos usuários e a continuidade do serviço público.

Trata-se de uma medida que reforça o compromisso governamental com a saúde preventiva, a inclusão social e a ocupação qualificada dos espaços públicos, em consonância com os princípios da eficiência administrativa e da promoção do interesse coletivo.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PATRIMÔNIO	Ivan Tenório Cavalcante Wanderley de Barros
CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DE ALAGOAS	Sérgio André Silva Verçosa
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE AVIAÇÃO	André Alessandro Madeiro de Oliveira
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA	Flávio Saraiva da Silva
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE ALAGOAS	Pollyanna Almeida dos Santos Abu Hana

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. CÓDIGO CATMAT/CATSER, DESCRIÇÃO E UNIDADE DE MEDIDA

LOTE	CATMAT	Descrição	Unidade de Medida
		<p>Equipamento Para Ginásio de Educação Física Tipo: Multi-Estação De Academia Ao Ar Livre Modelo: Estação De Musculação Com Prancha Abdominal Componentes: Espaldar, Dorsal E Abdominal, Puxador Paralelo, Es Componentes Adicionais: Barra Fixa: Horizontal E Curvada; Barra Paralela Material: Base/Haste: Inox Uso: Prática De Exercícios Físicos Características Adicionais: Equipamento Fixado Ao Solo Por Meio De Chumbadores</p> <p>Descrição complementar:</p> <p>Academia ao Ar Livre Tamanho Extragrande, contendo 11 equipamentos, com garantia de 48 meses, contendo a seguinte composição:</p> <ol style="list-style-type: none">1. 01 equipamento para ambientes externos de fortalecimento de membros inferiores, para exercício de Agachamento Barra Guiada, com movimento guiado e carga ajustável de no mínimo 10 kg inicial e máxima igual ou superior a 70 kg por trilho deslizante, e estrutura de aço carbono com galvanização a fogo e pintura eletrostática;2. 01 equipamento para ambientes externos de fortalecimento de membros inferiores, tipo leg press, com movimento guiado e carga ajustável de no mínimo 40 kg inicial e máxima igual ou superior a 150 kg por trilho	

deslizante, construído em aço carbono com proteção de galvanização a fogo e pintura eletrostática;

3. 01 equipamento para ambientes externos de fortalecimento de membros inferiores e superiores, para exercícios de **Elevação Terra**, com movimento guiado e carga ajustável seletora de no mínimo 10 kg inicial e máxima igual ou superior a 40 kg por pegada por trilho deslizante, e estrutura de aço carbono com galvanização a fogo e pintura eletrostática;
4. 01 equipamento para ambientes externos de fortalecimento de membros superiores, para exercício de **Supino Inclinado**, com movimento guiado e carga ajustável seletora de no mínimo 10 kg inicial e máxima igual ou superior a 70 kg por trilho deslizante, e estrutura de aço carbono com proteção de galvanização a fogo e pintura eletrostática;
5. 01 equipamento para ambientes externos de fortalecimento de membros superiores, para exercícios de **Supino Reto**, com movimento guiado e carga ajustável seletora de no mínimo 10 kg inicial e máxima igual ou superior a 70 kg por trilho deslizante, e estrutura de aço carbono com galvanização a fogo e pintura eletrostática;
6. 01 equipamento para ambientes externos de fortalecimento de membros superiores, para o exercício de

<div data-bbox="161 40 323 683"> Item 01 623742 (Genérico) </div>	<div data-bbox="406 40 837 409"> <p>Puxada Alta, com movimento guiado e carga ajustável seletora de no mínimo 15 kg inicial e máxima igual ou superior a 100 kg por trilho deslizante, e estrutura de aço carbono com proteção de galvanização a fogo e pintura eletrostática;</p> </div> <div data-bbox="375 443 853 2078"> <ol style="list-style-type: none"> 01 equipamento para ambientes externos de fortalecimento de membros superiores, para o exercício de Remada Baixa Aberta e Fechada, com movimento guiado e carga ajustável seletora de no mínimo 25 kg inicial e máxima igual ou superior a 50 kg por trilho deslizante, e estrutura de aço carbono com proteção de galvanização a fogo e pintura eletrostática; 01 equipamento para ambientes externos de fortalecimento de membros superiores, para o exercício de Rosca Bíceps, com movimento guiado e carga ajustável seletora de no mínimo 5 kg inicial e máxima igual ou superior a 40 kg por trilho deslizante, e estrutura de aço carbono com proteção de galvanização a fogo e pintura eletrostática; 01 equipamento para ambientes externos de fortalecimento de membros superiores, para o exercício de Tríceps Máquina, com movimento guiado e carga ajustável seletora de no mínimo 5 kg inicial e máxima igual ou superior a 40 kg por trilho deslizante, e estrutura de aço carbono com proteção de </div>	<div data-bbox="1018 577 1141 611"> Unidade </div>
---	---	--

galvanização a fogo e pintura eletrostática;

10. 01 equipamento para ambientes externos de fortalecimento de membros superiores, para o exercício de **Desenvolvimento de ombros**, com movimento guiado e carga ajustável seletora de no mínimo 10 kg inicial e máxima igual ou superior a 40 kg por trilho deslizante, e estrutura de aço carbono com proteção de galvanização a fogo e pintura eletrostática; e
11. 01 equipamento para ambientes externos do tipo **Estação Funcional**, para exercícios variados de trabalho com o peso do corporal para treino de calistenia, incluindo Abdominal em Prancha Inclínada, Barra Fixa Horizontal, Barra Paralela (Flexão de Braço), Escada Horizontal e Espalдар Vertical. Não possui carga ajustável, com dimensões mínimas de 680 cm x 404 cm x 245 cm e estrutura de aço carbono com proteção de galvanização a fogo e pintura eletrostática.
12. Em relação ao conjunto de máquinas apresentado, faz-se necessário aprofundar a análise dos aspectos relacionados à carga por metro quadrado (kg/m²), com vistas à prevenção do desgaste do solo e à mitigação de riscos de danos aos equipamentos, conforme detalhado no Parecer Técnico em anexo.

Equipamento concebido com base em parâmetros biomecânicos de movimento, com sistema de carga ajustável por trilho deslizante,

permitindo regulagem progressiva da resistência conforme o usuário. Estrutura projetada para uso em ambientes externos, com proteção contra corrosão, intempéries e desgaste mecânico, assegurando estabilidade estrutural e funcional durante a operação.

Além dos equipamentos, o fornecedor deverá oferecer garantia de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de academia ao ar livre fornecidos e instalados por ele, com cobertura integral de 48 meses a partir da data de recebimento definitivo dos equipamentos, envolvendo defeitos de fabricação, montagem, instalação e vícios ocultos.

Equipamento Para Ginásio de Educação Física Tipo: Multi-Estação De Academia Ao Ar Livre Modelo: Estação De Musculação Com Prancha Abdominal Componentes: Espaldar, Dorsal E Abdominal, Puxador Paralelo, Es Componentes Adicionais: Barra Fixa: Horizontal E Curvada; Barra Paralela Material: Base/Haste: Inox Uso: Prática De Exercícios Físicos Características Adicionais: Equipamento Fixado Ao Solo Por Meio De Chumbadores

Descrição Complementar:

Academia ao Ar Livre **Tamanho Grande**, contendo **09 equipamentos**, com garantia de 48 meses, contendo a seguinte composição:

1. 01 equipamento para ambientes externos de fortalecimento de membros inferiores, para exercício de **Agachamento Barra Guiada**, com movimento guiado e carga ajustável de no mínimo 10 kg inicial e máxima igual ou

superior a 70 kg por trilho deslizante, e estrutura de aço carbono com galvanização a fogo e pintura eletrostática;

2. 01 equipamento para ambientes externos de fortalecimento de membros inferiores, tipo **leg press**, com movimento guiado e carga ajustável de no mínimo 40 kg inicial e máxima igual ou superior a 150 kg por trilho deslizante, construído em aço carbono com proteção de galvanização a fogo e pintura eletrostática;
3. 01 equipamento para ambientes externos de fortalecimento de membros inferiores e superiores, para exercícios de **Elevação Terra**, com movimento guiado e carga ajustável seletora de no mínimo 10 kg inicial e máxima igual ou superior a 40 kg por pegada por trilho deslizante, e estrutura de aço carbono com galvanização a fogo e pintura eletrostática;
4. 01 equipamento para ambientes externos de fortalecimento de membros superiores, para exercícios de **Supino Reto**, com movimento guiado e carga ajustável seletora de no mínimo 10 kg inicial e máxima igual ou superior a 70 kg por trilho deslizante, e estrutura de aço carbono com galvanização a fogo e pintura eletrostática;
5. 01 equipamento para ambientes externos de fortalecimento de membros superiores, para o exercício de **Puxada Alta**, com movimento

Único	Item 02 623742 (Genérico)	guiado e carga ajustável seletora de no mínimo 15 kg inicial e máxima igual ou superior a 100 kg por trilho deslizante, e estrutura de aço carbono com proteção de galvanização a fogo e pintura eletrostática;	Unidade
		<p>6. 01 equipamento para ambientes externos de fortalecimento de membros superiores, para o exercício de Rosca Bíceps, com movimento guiado e carga ajustável seletora de no mínimo 5 kg inicial e máxima igual ou superior a 40 kg por trilho deslizante, e estrutura de aço carbono com proteção de galvanização a fogo e pintura eletrostática;</p> <p>7. 01 equipamento para ambientes externos de fortalecimento de membros superiores, para o exercício de Tríceps Máquina, com movimento guiado e carga ajustável seletora de no mínimo 5 kg inicial e máxima igual ou superior a 40 kg por trilho deslizante, e estrutura de aço carbono com proteção de galvanização a fogo e pintura eletrostática;</p> <p>8. 01 equipamento para ambientes externos de fortalecimento de membros superiores, para o exercício de Desenvolvimento de ombros, com movimento guiado e carga ajustável seletora de no mínimo 10 kg inicial e máxima igual ou superior a 40 kg por trilho deslizante, e estrutura de aço carbono com proteção de galvanização a fogo e pintura eletrostática; e</p>	

9. 01 equipamento para ambientes externos do tipo **Estação Funcional**, para exercícios variados de trabalho com o peso do corporal para treino de calistenia, incluindo Abdominal em Prancha Inclínada, Barra Fixa Horizontal, Barra Paralela (Flexão de Braço), Escada Horizontal e Espalдар Vertical. Não possui carga ajustável, com dimensões mínimas de 680 cm x 404 cm x 245cm e estrutura de aço carbono com proteção de galvanização a fogo e pintura eletrostática.
10. Em relação ao conjunto de máquinas apresentado, faz-se necessário aprofundar a análise dos aspectos relacionados à carga por metro quadrado (kg/m²), com vistas à prevenção do desgaste do solo e à mitigação de riscos de danos aos equipamentos, conforme detalhado no Parecer Técnico em anexo.

Equipamento concebido com base em parâmetros biomecânicos de movimento, com sistema de carga ajustável por trilho deslizante, permitindo regulação progressiva da resistência conforme o usuário. Estrutura projetada para uso em ambientes externos, com proteção contra corrosão, intempéries e desgaste mecânico, assegurando estabilidade estrutural e funcional durante a operação.

Além dos equipamentos, o fornecedor deverá oferecer garantia de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de academia ao ar livre fornecidos e instalados por ele, com cobertura integral de 48 meses a partir da data

	de recebimento definitivo dos equipamentos, envolvendo defeitos de fabricação, montagem, instalação e vícios ocultos.	
	<p>Equipamento Para Ginásio de Educação Física Tipo: Multi-Estação De Academia Ao Ar Livre Modelo: Estação De Musculação Com Prancha Abdominal Componentes: Espalдар, Dorsal E Abdominal, Puxador Paralelo, Es Componentes Adicionais: Barra Fixa: Horizontal E Curvada; Barra Paralela Material: Base/Haste: Inox Uso: Prática De Exercícios Físicos Características Adicionais: Equipamento Fixado Ao Solo Por Meio De Chumbadores</p> <p>Descrição Complementar:</p> <p>Academia ao Ar Livre Tamanho Média, contendo 06 equipamentos, com garantia de 48 meses, contendo a seguinte composição:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. 01 equipamento para ambientes externos de fortalecimento de membros inferiores, para exercício de Agachamento Barra Guiada, com movimento guiado e carga ajustável de no mínimo 10 kg inicial e máxima igual ou superior a 70 kg por trilho deslizante, e estrutura de aço carbono com galvanização a fogo e pintura eletrostática; 2. 01 equipamento para ambientes externos de fortalecimento de membros inferiores e superiores, para exercícios de Elevação Terra, com movimento guiado e carga ajustável seletora de no mínimo 10 kg inicial e máxima igual ou superior a 40 kg por pegada por trilho deslizante, e estrutura de aço carbono com 	

		galvanização a fogo e pintura eletrostática;	
		3. 01 equipamento para ambientes externos de fortalecimento de membros superiores, para exercícios de Supino Reto , com movimento guiado e carga ajustável seletora de no mínimo 10 kg inicial e máxima igual ou superior a 70 kg por trilho deslizante, e estrutura de aço carbono com galvanização a fogo e pintura eletrostática;	
		4. 01 equipamento para ambientes externos de fortalecimento de membros superiores, para o exercício de Puxada Alta , com movimento guiado e carga ajustável seletora de no mínimo 15 kg inicial e máxima igual ou superior a 100 kg por trilho deslizante, e estrutura de aço carbono com proteção de galvanização a fogo e pintura eletrostática;	
Item 03			
623742			Unidade
(Genérico)		5. 01 equipamento para ambientes externos de fortalecimento de membros superiores, para o exercício de Rosca Bíceps , com movimento guiado e carga ajustável seletora de no mínimo 5 kg inicial e máxima igual ou superior a 40 kg por trilho deslizante, e estrutura de aço carbono com proteção de galvanização a fogo e pintura eletrostática; e	
		6. 01 equipamento para ambientes externos de fortalecimento de membros superiores, para o exercício de Tríceps Máquina , com movimento guiado e carga	

ajustável seletora de no mínimo 5 kg inicial e máxima igual ou superior a 40 kg por trilho deslizante, e estrutura de aço carbono com proteção de galvanização a fogo e pintura eletrostática.

7. Em relação ao conjunto de máquinas apresentado, faz-se necessário aprofundar a análise dos aspectos relacionados à carga por metro quadrado (kg/m²), com vistas à prevenção do desgaste do solo e à mitigação de riscos de danos aos equipamentos, conforme detalhado no Parecer Técnico em anexo.

Equipamento concebido com base em parâmetros biomecânicos de movimento, com sistema de carga ajustável por trilho deslizante, permitindo regulação progressiva da resistência conforme o usuário. Estrutura projetada para uso em ambientes externos, com proteção contra corrosão, intempéries e desgaste mecânico, assegurando estabilidade estrutural e funcional durante a operação.

Além dos equipamentos, o fornecedor deverá oferecer garantia de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de academia ao ar livre fornecidos e instalados por ele, com cobertura integral de 48 meses a partir da data de recebimento definitivo dos equipamentos, envolvendo defeitos de fabricação, montagem, instalação e vícios ocultos.

Equipamento Para Ginásio de Educação Física Tipo: Multi-Estação De Academia Ao Ar Livre Modelo: Estação De Musculação Com Prancha Abdominal Componentes:

Espaldar, Dorsal E Abdominal, Puxador Paralelo, Es Componentes Adicionais: Barra Fixa: Horizontal E Curvada; Barra Paralela Material: Base/Haste: Inox Uso: Prática De Exercícios Físicos Características Adicionais: Equipamento Fixado Ao Solo Por Meio De Chumbadores

Descrição Complementar:

Academia ao Ar Livre **Tamanho Pequena**, contendo **04 equipamentos**, com garantia de 48 meses, contendo a seguinte composição:

1. 01 equipamento para ambientes externos de fortalecimento de membros inferiores, para exercício de **Agachamento Barra Guiada**, com movimento guiado e carga ajustável de no mínimo 10 kg inicial e máxima igual ou superior a 70 kg por trilho deslizante, e estrutura de aço carbono com galvanização a fogo e pintura eletrostática;
2. 01 equipamento para ambientes externos de fortalecimento de membros superiores, para exercícios de **Supino Reto**, com movimento guiado e carga ajustável seletora de no mínimo 10 kg inicial e máxima igual ou superior a 70 kg por trilho deslizante, e estrutura de aço carbono com galvanização a fogo e pintura eletrostática;
3. 01 equipamento para ambientes externos de fortalecimento de membros superiores, para o exercício de **Puxada Alta**, com movimento guiado e carga ajustável seletora de no mínimo 15 kg

Item 04

623742 (Genérico)	<p data-bbox="406 40 831 280">inicial e máxima igual ou superior a 100 kg por trilho deslizante, e estrutura de aço carbono com proteção de galvanização a fogo e pintura eletrostática; e</p> <p data-bbox="376 315 858 842">4. 01 equipamento para ambientes externos de fortalecimento de membros superiores, para o exercício de Desenvolvimento de ombros, com movimento guiado e carga ajustável seletora de no mínimo 10 kg inicial e máxima igual ou superior a 40 kg por trilho deslizante, e estrutura de aço carbono com proteção de galvanização a fogo e pintura eletrostática.</p> <p data-bbox="376 878 858 1321">5. Em relação ao conjunto de máquinas apresentado, faz-se necessário aprofundar a análise dos aspectos relacionados à carga por metro quadrado (kg/m²), com vistas à prevenção do desgaste do solo e à mitigação de riscos de danos aos equipamentos, conforme detalhado no Parecer Técnico em anexo.</p> <p data-bbox="325 1357 868 1843">Equipamento concebido com base em parâmetros biomecânicos de movimento, com sistema de carga ajustável por trilho deslizante, permitindo regulagem progressiva da resistência conforme o usuário. Estrutura projetada para uso em ambientes externos, com proteção contra corrosão, intempéries e desgaste mecânico, assegurando estabilidade estrutural e funcional durante a operação.</p> <p data-bbox="325 1879 868 2080">Além dos equipamentos, o fornecedor deverá oferecer garantia de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de academia ao ar livre fornecidos e</p>	Unidade
----------------------	--	---------

instalados por ele, com cobertura integral de 48 meses a partir da data de recebimento definitivo dos equipamentos, envolvendo defeitos de fabricação, montagem, instalação e vícios ocultos.

4.1.1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO:

4.1.1.1. Agachamento Guiado – Especificações mínimas

Aparelho deve simular agachamento com barra guiada ou livre, com movimento guiado para o desenvolvimento da força nos membros inferiores.

Grupos Musculares: Quadríceps, Glúteos, Isquiotibiais, Adutores, Ereter da Espinha e Músculos do Core.

Desenvolvido para instalação em área externa com exposição climática severa.

Carga ajustável com múltiplas seleções de peso permitindo progressão de carga real (Hipertrofia e Reabilitação) sem alterar o peso físico do equipamento, a carga fracionada (mínima de 10 kg ou menor) permite que um idoso em reabilitação treine na mesma máquina que um jovem buscando hipertrofia (até 70 kg ou maior), o sistema de carga ajustável por Contrapeso Móvel em Trilho Deslizante, operando pelo princípio físico de Momento de Força (Torque). As cargas são integradas e solidárias à estrutura (anti-furto), dispensando anilhas avulsas, cabos de aço ou pinos magnéticos, garantindo ajuste contínuo e manutenção zero. Sistema de travamento da carga acionado por gatilho manual de fácil acesso, garantindo que o peso não se mova durante a execução.

O equipamento deve possuir sistema de segurança com trava de segurança, ajuste de altura e limitadores de curso mecânicos e batentes de absorção de impacto em polímero de engenharia, dimensionados para impedir o contato metal-metal e garantir o distanciamento mínimo de segurança contra o esmagamento de membros e dedos, conforme diretrizes da norma ABNT NBR ISO 20957.

O material deve ser em aço carbono galvanizado a fogo (NBR 6323) com pintura eletrostática (sistema duplex de proteção) ou aço inox. Tubos redondos com espessura mínima de 3,00 mm e perfis quadrados com espessura mínima de 4,25 mm. Chapas estruturais e de conexão com espessuras entre 4,75 mm a 12,00 mm.

Peso mínimo do equipamento de 175 kg.

4.1.1.2. Equipamento tipo *Leg Press* – Especificações mínimas

Aparelho deve simular o Leg Press, com movimento guiado para o desenvolvimento da força nos membros inferiores.

Grupos Musculares: Quadríceps (vastos lateral, medial, intermédio e reto femoral), Isquiotibiais (bíceps femoral, semitendinoso, semimembranoso), Glúteos (máximo, médio e mínimo), e Panturrilhas (gastrocnêmio e sóleo).

Desenvolvido para instalação em área externa com exposição climática severa.

Carga ajustável com múltiplas seleções de peso permitindo progressão de carga real (Hipertrofia e Reabilitação) sem alterar o peso físico do equipamento, a carga fracionada (mínima de 40 kg ou

menor) permite que um idoso em reabilitação treine na mesma máquina que um jovem buscando hipertrofia (até 150 kg ou maior), o sistema de carga ajustável por Contrapeso Móvel em Trilho Deslizante, operando pelo princípio físico de Momento de Força (Torque). As cargas são integradas e solidárias à estrutura (anti-furto), dispensando anilhas avulsas, cabos de aço ou pinos magnéticos, garantindo ajuste contínuo e manutenção zero. Sistema de travamento da carga acionado por gatilho manual de fácil acesso, garantindo que o peso não se mova durante a execução.

O equipamento deve possuir sistema de segurança, ajuste de distância do banco e limitadores de curso mecânicos e batentes de absorção de impacto em polímero de engenharia, dimensionados para impedir o contato metal-metal e garantir o distanciamento mínimo de segurança contra o esmagamento de membros e dedos, conforme diretrizes da norma ABNT NBR ISO 20957.

O material deve ser em aço carbono galvanizado a fogo (NBR 6323) com pintura eletrostática (sistema duplex de proteção) ou aço inox. Tubos redondos com espessura mínima de 3,00 mm e perfis quadrados com espessura mínima de 4,25 mm. Chapas estruturais e de conexão com espessuras entre 4,75 mm a 12,00 mm.

Peso mínimo do equipamento de 250 kg.

4.1.1.3. Elevação Terra – Especificações mínimas

Aparelho deve simular o levantamento terra, com movimento guiado para o desenvolvimento da força nos membros superiores e inferiores.

Grupos Musculares: Glúteos (máximo, médio), Isquiotibiais (bíceps femoral, semitendinoso, semimembranoso), Quadríceps, Eretor da Espinha, Latíssimo do Dorso, Trapézio, Antebraços e Músculos do Core.

Desenvolvido para instalação em área externa com exposição climática severa.

Carga ajustável com múltiplas seleções de peso permitindo progressão de carga real (Hipertrofia e Reabilitação) sem alterar o peso físico do equipamento, a carga fracionada (mínima de 10 kg ou menor) permite que um idoso em reabilitação treine na mesma máquina que um jovem buscando hipertrofia (até 40 kg ou maior), o sistema de carga ajustável por Contrapeso Móvel em Trilho Deslizante, operando pelo princípio físico de Momento de Força (Torque). As cargas são integradas e solidárias à estrutura (anti-furto), dispensando anilhas avulsas, cabos de aço ou pinos magnéticos, garantindo ajuste contínuo e manutenção zero. Sistema de travamento da carga acionado por gatilho manual de fácil acesso, garantindo que o peso não se mova durante a execução.

O equipamento deve possuir sistema de segurança e limitadores de curso mecânicos e batentes de absorção de impacto em polímero de engenharia, dimensionados para impedir o contato metal-metal e garantir o distanciamento mínimo de segurança contra o esmagamento de membros e dedos, conforme diretrizes da norma ABNT NBR ISO 20957.

O material deve ser em aço carbono galvanizado a fogo (NBR 6323) com pintura eletrostática (sistema duplex de proteção) ou aço inox. Tubos redondos com espessura mínima de 3,00 mm e perfis quadrados com espessura mínima de 4,25 mm. Chapas estruturais e de conexão com espessuras entre 4,75 mm a 12,00 mm.

Peso mínimo do equipamento de 200 kg.

4.1.1.4. Supino Inclinado – Especificações mínimas

Aparelho deve simular o supino inclinado com barra, com movimento guiado para o desenvolvimento da força nos membros superiores.

Grupos Musculares: Peitoral Maior (porção clavicular), Deltóide Anterior e Tríceps Braquial (cabeça longa, medial e lateral).

Desenvolvido para instalação em área externa com exposição climática severa.

Carga ajustável com múltiplas seleções de peso permitindo progressão de carga real (Hipertrofia e Reabilitação) sem alterar o peso físico do equipamento, a carga fracionada (mínima de 10 kg ou menor) permite que um idoso em reabilitação treine na mesma máquina que um jovem buscando hipertrofia (até 70 kg ou maior), o sistema de carga ajustável por Contrapeso Móvel em Trilho Deslizante, operando pelo princípio físico de Momento de Força (Torque). As cargas são integradas e solidárias à estrutura (anti-furto), dispensando anilhas avulsas, cabos de aço ou pinos magnéticos, garantindo ajuste contínuo e manutenção zero. Sistema de travamento da carga acionado por gatilho manual de fácil acesso, garantindo que o peso não se mova durante a execução.

O equipamento deve possuir sistema de segurança, ajuste de distância do banco e limitadores de curso mecânicos e batentes de absorção de impacto em polímero de engenharia, dimensionados para impedir o contato metal-metal e garantir o distanciamento mínimo de segurança contra o esmagamento de membros e dedos, conforme diretrizes da norma ABNT NBR ISO 20957.

O material deve ser em aço carbono galvanizado a fogo (NBR 6323) com pintura eletrostática (sistema duplex de proteção) ou aço inox. Tubos redondos com espessura mínima de 3,00 mm e perfis quadrados com espessura mínima de 4,25 mm. Chapas estruturais e de conexão com espessuras entre 4,75 mm a 12,00 mm.

Peso mínimo do equipamento de 180 kg.

4.1.1.5. Supino Reto – Especificações mínimas

Aparelho deve simular o supino reto com barra, com movimento guiado para o desenvolvimento da força nos membros superiores.

Grupos Musculares: Peitoral Maior (porção esternal e clavicular), Deltóide Anterior e Tríceps Braquial (cabeça longa, medial e lateral).

Desenvolvido para instalação em área externa com exposição climática severa.

Carga ajustável com múltiplas seleções de peso permitindo progressão de carga real (Hipertrofia e Reabilitação) sem alterar o peso físico do equipamento, a carga fracionada (mínima de 10 kg ou menor) permite que um idoso em reabilitação treine na mesma máquina que um jovem buscando hipertrofia (até 70 kg ou maior), o sistema de carga ajustável por Contrapeso Móvel em Trilho Deslizante, operando pelo princípio físico de Momento de Força (Torque). As cargas são integradas e solidárias à estrutura (anti-furto), dispensando anilhas avulsas, cabos de aço ou pinos magnéticos, garantindo ajuste contínuo e manutenção zero. Sistema de travamento da carga acionado por gatilho manual de fácil acesso, garantindo que o peso não se mova durante a execução.

O equipamento deve possuir sistema de segurança e limitadores de curso mecânicos e batentes de absorção de impacto em polímero de engenharia, dimensionados para impedir o contato metal-metal e garantir o distanciamento mínimo de segurança contra o esmagamento de membros e dedos, conforme diretrizes da norma ABNT NBR ISO 20957.

O material deve ser em aço carbono galvanizado a fogo (NBR 6323) com pintura eletrostática (sistema duplex de proteção) ou aço inox. Tubos redondos com espessura mínima de 3,00 mm e perfis quadrados com espessura mínima de 4,25 mm. Chapas estruturais e de conexão com espessuras entre 4,75 mm a 12,00 mm.

Peso mínimo do equipamento de 180 kg.

4.1.1.6. Puxada Alta – Especificações mínimas

Aparelho deve simular a puxada alta na polia, com movimento guiado para o desenvolvimento da força nos membros superiores.

Grupos Musculares: Latíssimo do Dorso, Redondo Maior, Deltóide Posterior, Bíceps Braquial e Antebraços.

Desenvolvido para instalação em área externa com exposição climática severa.

Carga ajustável com múltiplas seleções de peso permitindo progressão de carga real (Hipertrofia e Reabilitação) sem alterar o peso físico do equipamento, a carga fracionada (mínima de 15 kg ou menor) permite que um idoso em reabilitação treine na mesma máquina que um jovem buscando hipertrofia (até 100 kg ou maior), o sistema de carga ajustável por Contrapeso Móvel em Trilho Deslizante, operando pelo princípio físico de Momento de Força (Torque). As cargas são integradas e solidárias à estrutura (anti-furto), dispensando anilhas avulsas, cabos de aço ou pinos magnéticos, garantindo ajuste contínuo e manutenção zero. Sistema de travamento da carga acionado por gatilho manual de fácil acesso, garantindo que o peso não se mova durante a execução.

O equipamento deve possuir sistema de segurança, ajuste de distância do banco e limitadores de curso mecânicos e batentes de absorção de impacto em polímero de engenharia, dimensionados para impedir o contato metal-metal e garantir o distanciamento mínimo de segurança contra o esmagamento de membros e dedos, conforme diretrizes da norma ABNT NBR ISO 20957.

O material deve ser em aço carbono galvanizado a fogo (NBR 6323) com pintura eletrostática (sistema duplex de proteção) ou aço inox. Tubos redondos com espessura mínima de 3,00 mm e perfis quadrados com espessura mínima de 4,25 mm. Chapas estruturais e de conexão com espessuras entre 4,75 mm a 12,00 mm.

Peso mínimo do equipamento de 180 kg.

4.1.1.7. Remada Baixa Aberta e Fechada – Especificações mínimas

Aparelho deve simular a remada baixa pegada aberta ou fechada na polia, com movimento guiado para o desenvolvimento da força nos membros superiores.

Grupos Musculares: Latíssimo do Dorso, Redondo Maior, Romboides, Trapézio (fibras médias e inferiores), Deltóide Posterior e Bíceps Braquial.

Desenvolvido para instalação em área externa com exposição climática severa.

Carga ajustável com múltiplas seleções de peso permitindo progressão de carga real (Hipertrofia e Reabilitação) sem alterar o peso físico do equipamento, a carga fracionada (mínima de 25 kg ou menor) permite que um idoso em reabilitação treine na mesma máquina que um jovem buscando hipertrofia (até 50 kg ou maior), o sistema de carga ajustável por Contrapeso Móvel em Trilho Deslizante, operando pelo princípio físico de Momento de Força (Torque). As cargas são integradas e solidárias à estrutura (anti-furto), dispensando anilhas avulsas, cabos de aço ou pinos magnéticos,

garantindo ajuste contínuo e manutenção zero. Sistema de travamento da carga acionado por gatilho manual de fácil acesso, garantindo que o peso não se mova durante a execução.

O equipamento deve possuir sistema de segurança, ajuste de distância do banco e limitadores de curso mecânicos e batentes de absorção de impacto em polímero de engenharia, dimensionados para impedir o contato metal-metal e garantir o distanciamento mínimo de segurança contra o esmagamento de membros e dedos, conforme diretrizes da norma ABNT NBR ISO 20957.

O material deve ser em aço carbono galvanizado a fogo (NBR 6323) com pintura eletrostática (sistema duplex de proteção) ou aço inox. Tubos redondos com espessura mínima de 3,00 mm e perfis quadrados com espessura mínima de 4,25 mm. Chapas estruturais e de conexão com espessuras entre 4,75 mm a 12,00 mm.

Peso mínimo do equipamento de 140 kg.

4.1.1.8. Rosca Bíceps – Especificações mínimas

Aparelho deve simular a rosca bíceps com barra ou halteres, com movimento guiado para o desenvolvimento da força nos membros superiores.

Grupos Musculares: Bíceps Braquial (cabeça longa e curta), Braquial e Braquiorradial.

Desenvolvido para instalação em área externa com exposição climática severa.

Carga ajustável com múltiplas seleções de peso permitindo progressão de carga real (Hipertrofia e Reabilitação) sem alterar o peso físico do equipamento, a carga fracionada (mínima de 5 kg ou menor) permite que um idoso em reabilitação treine na mesma máquina que um jovem buscando hipertrofia (até 40 kg ou maior), o sistema de carga ajustável por Contrapeso Móvel em Trilho Deslizante, operando pelo princípio físico de Momento de Força (Torque). As cargas são integradas e solidárias à estrutura (anti-furto), dispensando anilhas avulsas, cabos de aço ou pinos magnéticos, garantindo ajuste contínuo e manutenção zero. Sistema de travamento da carga acionado por gatilho manual de fácil acesso, garantindo que o peso não se mova durante a execução.

O equipamento deve possuir sistema de segurança e limitadores de curso mecânicos e batentes de absorção de impacto em polímero de engenharia, dimensionados para impedir o contato metal-metal e garantir o distanciamento mínimo de segurança contra o esmagamento de membros e dedos, conforme diretrizes da norma ABNT NBR ISO 20957.

O material deve ser em aço carbono galvanizado a fogo (NBR 6323) com pintura eletrostática (sistema duplex de proteção) ou aço inox. Tubos redondos com espessura mínima de 3,00 mm e perfis quadrados com espessura mínima de 4,25 mm. Chapas estruturais e de conexão com espessuras entre 4,75 mm a 12,00 mm.

Peso mínimo do equipamento de 100 kg.

4.1.1.9. Tríceps Máquina – Especificações mínimas

Especificações mínimas:

Aparelho deve simular exercícios de extensão de tríceps, com movimento guiado para o desenvolvimento da força nos membros superiores.

Grupos Musculares: Tríceps Braquial (cabeça longa, medial e lateral), e Antebraços (como estabilizadores).

Desenvolvido para instalação em área externa com exposição climática severa.

Carga ajustável com múltiplas seleções de peso permitindo progressão de carga real (Hipertrofia e Reabilitação) sem alterar o peso físico do equipamento, a carga fracionada (mínima de 5 kg ou menor) permite que um idoso em reabilitação treine na mesma máquina que um jovem buscando hipertrofia (até 40 kg ou maior), o sistema de carga ajustável por Contrapeso Móvel em Trilho Deslizante, operando pelo princípio físico de Momento de Força (Torque). As cargas são integradas e solidárias à estrutura (anti-furto), dispensando anilhas avulsas, cabos de aço ou pinos magnéticos, garantindo ajuste contínuo e manutenção zero. Sistema de travamento da carga acionado por gatilho manual de fácil acesso, garantindo que o peso não se mova durante a execução.

O equipamento deve possuir sistema de segurança e limitadores de curso mecânicos e batentes de absorção de impacto em polímero de engenharia, dimensionados para impedir o contato metal-metal e garantir o distanciamento mínimo de segurança contra o esmagamento de membros e dedos, conforme diretrizes da norma ABNT NBR ISO 20957.

O material deve ser em aço carbono galvanizado a fogo (NBR 6323) com pintura eletrostática (sistema duplex de proteção) ou aço inox. Tubos redondos com espessura mínima de 3,00 mm e perfis quadrados com espessura mínima de 4,25 mm. Chapas estruturais e de conexão com espessuras entre 4,75 mm a 12,00 mm.

Peso mínimo do equipamento de 100 kg.

4.1.1.10. Desenvolvimento de Ombro – Especificações mínimas

Aparelho que simula o desenvolvimento de ombros com barra ou halteres, com movimento guiado para o desenvolvimento da força nos membros superiores.

Grupos Musculares: Deltóide (anterior, medial e posterior), Tríceps Braquial e Trapézio.

Desenvolvido para instalação em área externa com exposição climática severa.

Carga ajustável com múltiplas seleções de peso permitindo progressão de carga real (Hipertrofia e Reabilitação) sem alterar o peso físico do equipamento, a carga fracionada (mínima de 10 kg ou menor) permite que um idoso em reabilitação treine na mesma máquina que um jovem buscando hipertrofia (até 40 kg ou maior), o sistema de carga ajustável por Contrapeso Móvel em Trilho Deslizante, operando pelo princípio físico de Momento de Força (Torque). As cargas são integradas e solidárias à estrutura (anti-furto), dispensando anilhas avulsas, cabos de aço ou pinos magnéticos, garantindo ajuste contínuo e manutenção zero. Sistema de travamento da carga acionado por gatilho manual de fácil acesso, garantindo que o peso não se mova durante a execução.

O equipamento deve possuir sistema de segurança e limitadores de curso mecânicos e batentes de absorção de impacto em polímero de engenharia, dimensionados para impedir o contato metal-metal e garantir o distanciamento mínimo de segurança contra o esmagamento de membros e dedos, conforme diretrizes da norma ABNT NBR ISO 20957.

O material deve ser em aço carbono galvanizado a fogo (NBR 6323) com pintura eletrostática (sistema duplex de proteção) ou aço inox. Tubos redondos com espessura mínima de 3,00 mm e perfis quadrados com espessura mínima de 4,25 mm. Chapas estruturais e de conexão com espessuras entre 4,75 mm a 12,00 mm.

Peso mínimo do equipamento de 130 kg.

4.1.1.11. Estação Funcional – Especificações mínimas

Equipamento multifuncional robusto, oferecendo uma variedade de exercícios de peso corporal e calistenia.

Desenvolvido para instalação em área externa com exposição climática severa.

a) Grupos Musculares:

- Abdominal em Prancha Inclinada, Abdominal Infra Paralela, Abdominal Vertical, Oblíquo: Músculos do Core (Reto Abdominal, Oblíquos Internos e Externos, Transverso do Abdômen).
- Extensor Lombar: Eretor da Espinha, Glúteos e Isquiotibiais.
- Barra Fixa Horizontal: Latíssimo do Dorso, Bíceps Braquial, Romboides e Deltóide Posterior.
- Barra Paralela (Flexão de Braço), Barra Paralela Suspensa (Flexão de Braço): Peitoral Maior, Deltóide Anterior, Tríceps Braquial.
- Escada Horizontal: Latíssimo do Dorso, Bíceps Braquial, Deltóides, Antebraços.
- Espalдар Vertical: Panturrilha (Gastrocnêmio e Sóleo), Isquiotibiais, Quadríceps (para alongamento e estabilização), Deltóide (para alongamento e mobilidade).

b) Deve Incluir:

- Estação abdominal em prancha inclinada para trabalho intenso do abdômen.
- Estação de extensor lombar para fortalecimento da região lombar e prevenção de dores.
- Estação de abdominal infra paralela para trabalho completo da região abdominal inferior.
- Estação de calistenia com barra para bandeira e outros movimentos que simulam barras paralelas.
- Estação para Barra fixa horizontal (peitoral e ombro);
- Barra paralela (flexão de braço);
- Barra paralela suspensa (flexão de braço);
- Escada horizontal (braços);
- Espalдар vertical até o topo do equipamento (panturrilha, coxa, ombro).

O material deve ser em aço carbono galvanizado a fogo (NBR 6323) com pintura eletrostática (sistema duplex de proteção) ou aço inox. Tubos redondos com espessura mínima de **3,00 mm**. Chapas estruturais e de conexão com espessuras entre **6 mm a 12mm**.

Peso mínimo do equipamento de 400 kg.

4.2. ATENDIMENTO ANTERIOR DA NECESSIDADE

Não houve necessidade anterior equivalente, tratando-se de uma nova política pública tendo como base o Projeto Academia ao Ar livre, da SEPLAG.

4.3. AMOSTRA

4.3.1. Considerando a natureza do objeto, que envolve equipamentos de academia ao ar livre com sistemas mecânicos, estruturais e de carga ajustável destinados ao uso contínuo em ambientes externos, verifica-se a pertinência técnica de validação da compatibilidade da solução por meio de amostra, protótipo ou modelo representativo, em etapa posterior da contratação.

4.3.2. A possível exigência de amostra terá por finalidade exclusiva a verificação da aderência técnica da solução ofertada às especificações definidas neste Estudo Técnico Preliminar, não se caracterizando como critério de julgamento, mas como instrumento de validação técnica.

4.3.3. Para essa verificação, poderão ser considerados, de forma objetiva, entre outros, os seguintes parâmetros técnicos:

4.3.3.1. Conformidade da solução apresentada com as especificações técnicas definidas neste Estudo Técnico Preliminar;

4.3.3.2. Adequação da estrutura e dos materiais ao uso em ambientes externos;

4.3.3.3. Existência e funcionamento dos sistemas de carga ajustável, quando aplicável;

4.3.4.4. Estabilidade estrutural e concepção do sistema de fixação ao solo;

4.3.4.5. Identificação do fabricante, do modelo e disponibilidade de documentação técnica pertinente.

4.3.5. O Termo de Referência disporá sobre a exigência de amostra, seu escopo, forma, prazos, local e demais procedimentos operacionais aplicáveis.

4.4. PRAZO DE VIGÊNCIA

A contratação tem prazo de vigência até 31 de dezembro do corrente exercício financeiro, contado da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Apresentação de certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do fornecedor, caso se trate de sociedade simples;

Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

Apresentação de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

- a. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Concorrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- b. as empresas criadas no exercício financeiro da dispensa deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;
- c. os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

A empresa, que apresentar resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverá comprovar patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

Deverá ser apresentada a relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

4.6. CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL

Apresentação de comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, ao objeto desta contratação, ou com o item/lote pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com o mínimo de:

- a. **Características:** fornecimento de grupos de equipamentos de academia ao ar livre, com características similares ao objeto pretendido.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Prova de atendimento aos seguintes requisitos:

- a. Prova de registro da empresa Proponente no CREA – Conselho Regional de Engenharia, com jurisdição no Estado em que for sediada a Empresa Proponente, através da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica;
- b. Laudo Técnico de Ergonomia emitido por profissional responsável, devidamente credenciado junto ao Conselho Regional Competente.
- c. Laudo Técnico de comprovação Galvanização a fogo emitido por profissional responsável, devidamente credenciado junto ao Conselho Regional Competente;

4.7. OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078, de 1990);

Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, dentro do prazo fixado para garantia do produto, o objeto com avarias ou defeitos, bem como realizar a manutenção preventiva dos equipamentos;

Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Realizar a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, garantindo a substituição de peças defeituosas ou danificadas, tendo em vista a necessidade de assegurar a durabilidade dos aparelhos, a segurança dos usuários e a continuidade do serviço público;

Ofertar garantia de 48 meses, abrangendo eventuais falhas de fabricação, de instalação ou de desempenho, tendo em vista a preservação do investimento público e a mitigação de riscos de interrupção do serviço;

Adotar práticas de sustentabilidade, com a destinação ambientalmente adequada de resíduos oriundos da manutenção corretiva (como peças metálicas, plásticas, solventes e lubrificantes), tendo em vista o cumprimento da legislação ambiental vigente e a redução de impactos negativos ao meio ambiente.

4.8. PARTICIPAÇÃO COOPERATIVA

De acordo com o objeto da contratação e considerado o modo como é usualmente executado no mercado em geral, não será aceita cooperativa para a sua prestação, tendo em vista haver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e a cooperativa contratada ou a Administração (impossibilidade de execução com autonomia pelos cooperados), bem assim pessoalidade e habitualidade (impossibilidade de a execução da gestão operacional compartilhada ou em rodízio entre os cooperados).

4.9. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

De acordo com o objeto da contratação e considerado o modo como é usualmente executado no mercado em geral, não se mostra necessária a participação de consórcios para o seu fornecimento.

5. Levantamento de Mercado

5.1. QUADRO DE SOLUÇÕES DO LEVANTAMENTO DE MERCADO

Realizado levantamento de mercado, considerando diferentes fontes, inclusive contratações similares de outros entes públicos, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam à necessidade da Administração, identificam-se as seguintes soluções:

Nº da solução	Nome da solução	Referência	Apresentação da solução

1	Academias públicas cobertas (edificações)	<p>Processo: 00230.000255/2022-82</p> <p>Pregão Eletrônico 64/2022</p> <p>Link:</p> <p>Anexo (Edital/ETP/TR):</p> <p>https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/secretaria-de-administracao/licitacoes/licitacoes-encerradas/2021/secretaria-especial-de-administracao/pregao-eletronico-no-064-2022/etp-121_2022__4.pdf</p>	<p>A solução consiste na implantação de academias públicas em espaços construídos ou adaptados, com áreas internas climatizadas e infraestrutura elétrica e hidráulica, destinadas à prática de atividades físicas supervisionadas. Embora permita maior controle das atividades, essa alternativa exige investimentos elevados em construção, adaptação arquitetônica, manutenção predial e equipe permanente de apoio e vigilância, além de restringir o acesso da população por depender de horário de funcionamento e controle de uso, o que se mostra incompatível com o objetivo do projeto, que prioriza uso livre e contínuo do espaço público.</p>
2	Centros comunitários com oferta de atividades físicas supervisionadas	<p>Processo: 00230.000255/2022-82</p> <p>Pregão Eletrônico 64/2022</p> <p>Link:</p> <p>Anexo (Edital/ETP/TR):</p> <p>https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/secretaria-de-administracao/licitacoes/licitacoes-encerradas/2021/secretaria-especial-de-administracao/pregao-eletronico-no-064-2022/etp-121_2022__4.pdf</p>	<p>A solução consiste na utilização de centros comunitários ou equipamentos multiuso como espaços para a prática orientada de atividades físicas. Essa alternativa pressupõe a existência de equipe técnica, coordenação de atividades, controle administrativo, vigilância e custeio operacional contínuo, resultando em aumento significativo de despesa recorrente e dependência de estrutura gerencial permanente, o que não se coaduna com o modelo pretendido, baseado em equipamentos autônomos e de baixa demanda operacional.</p>

3	Equipamentos modulares convencionais para áreas externas	<p>Processo:</p> <p>Pregão:</p> <p>Link:</p> <p>Anexo (Edital/ETP/TR):</p>	<p>A solução corresponde à instalação de equipamentos modulares tradicionais de musculação para uso externo. Apesar de possibilitarem a prática de exercícios físicos, esses equipamentos não apresentam estudos equivalentes de ergonomia, segurança biomecânica e acessibilidade para uso independente em espaço público, além de, em regra, utilizarem sistemas de carga ou acessórios não integrados, aumentando riscos de furto, uso inadequado e acidentes, bem como reduzindo a durabilidade do investimento público.</p>
4	Academia ao ar livre equipada com máquinas de movimento	<p>Processo:</p> <p>271/2024 - Prefeitura de Indiaporã,</p> <p>Pregão Eletrônico 292/2024</p> <p>Link: https://www.indiapora.sp.gov.br/portal/editais/0/1/543</p> <p>Anexo (Edital/ETP/TR):</p> <p>https://www.indiapora.sp.gov.br/editais/11-tr-etp-academia-ar-livre_02091250.pdf</p>	<p>A academia ao livre com máquinas de movimento é composta por equipamentos que utilizam a força e o peso do próprio corpo do usuário, proporcionando exercícios funcionais de alongamento, mobilidade e fortalecimento.</p>
	Academia ao ar livre equipada	<p>Processo:</p> <p>2175/2025 - Prefeitura de Paranapanema,</p> <p>Pregão Eletrônico 820/2025</p> <p>Link:</p> <p>https://www.paranapanema.sp.gov.br/</p>	<p>A academia de ao livre com máquinas de anilhas removíveis é composta por</p>

5	com máquinas de anilhas removíveis	portal/editais/0/4/4370 Anexo (Edital/ETP/TR): https://www.paranapanema.sp.gov.br/editais/termo_de_referencia_academia_ao_ar_livre_02-_adm_2175-2025_11095128.pdf	equipamentos que utilizam pesos de anilhas removíveis, permitindo a regulagem da carga conforme a necessidade do usuário.
6	Academia ao ar livre equipada com máquinas de tecnologia de contrapeso ajustável	Informamos que não é possível fornecer essa referência, pois trata-se de um projeto de inovação no âmbito da Administração Pública.	A academia ao ar livre com máquinas de tecnologia de contrapeso ajustável é composta por equipamentos que possuem sistema de contrapeso integrado, permitindo que a carga seja regulada de forma prática e segura, possibilitando a progressão gradual conforme a necessidade e o nível de condicionamento do usuário.

5.2. ANÁLISE DAS SOLUÇÕES

Identificadas as soluções múltiplas que podem, em tese, contribuir para o atendimento da necessidade pública, procede-se à sua análise comparativa, a fim de definir aquela que melhor se ajusta aos objetivos do projeto, considerando aspectos técnicos, operacionais, econômicos e de política pública.

Solução Nº 1 – Academias públicas cobertas em edificações:

A primeira solução considerada consiste na implantação de academias públicas em espaços construídos ou adaptados, do tipo edificação fechada, dotados de infraestrutura elétrica, hidráulica e arquitetônica específica, destinados à prática de atividades físicas em ambiente interno. Entre as vantagens dessa alternativa, destacam-se a possibilidade de controle mais rigoroso das atividades realizadas e a proteção dos usuários contra intempéries climáticas, além de maior integração com serviços de saúde e assistência, quando localizadas em equipamentos públicos já existentes. Em contraposição, contudo, essa solução implica elevado custo de implantação e manutenção predial, demandando obras de construção ou adaptação, aquisição de equipamentos internos, climatização, limpeza e conservação permanentes, além de equipe fixa para recepção, coordenação, vigilância e supervisão das atividades. Ademais, o acesso da população fica condicionado a horários de funcionamento e a regras de controle de entrada, o que reduz a disponibilidade de uso contínuo, especialmente em períodos noturnos, finais de semana e feriados. Tais características mostram-se

incompatíveis com a proposta do projeto, que pretende viabilizar equipamentos de uso livre, permanente e com baixa demanda operacional, razão pela qual a solução nº 1, embora teoricamente possível, não se revela adequada como modalidade principal para a política pública em análise.

Solução Nº 2 – Centros comunitários com oferta de atividades físicas supervisionadas:

A segunda solução diz respeito à utilização de centros comunitários ou espaços multiuso como locais para oferta de atividades físicas supervisionadas. Essa alternativa apresenta, como ponto positivo, o potencial de integração com outras ações sociais, culturais e educativas, permitindo que a prática de exercícios físicos seja combinada com atividades de convivência comunitária, oficinas e eventos. No entanto, a sua adoção pressupõe a existência de estrutura administrativa e operacional permanente, com contratação ou disponibilização de profissionais de educação física, coordenação de turmas e horários, vigilância, serviços gerais e gestão cotidiana do espaço. Isso acarreta custos recorrentes elevados, tanto de pessoal quanto de custeio, além de sujeitar a continuidade da política pública às oscilações orçamentárias e à capacidade de gestão diária dos centros. Soma-se a isso o fato de que o acesso dos usuários dependerá da abertura e do funcionamento regular da unidade, impedindo o uso espontâneo em horários alternativos. Diante desses fatores, conclui-se que a solução nº 2 não atende aos critérios de economicidade, simplicidade operacional e disponibilidade contínua de uso que orientam o projeto das academias ao ar livre.

Solução Nº 3 – Equipamentos modulares convencionais para áreas externas:

A terceira solução examinada consiste na instalação de equipamentos modulares convencionais de musculação em áreas externas, modelo amplamente difundido no mercado. Em termos positivos, essa alternativa possibilita a prática de exercícios físicos em ambiente aberto, com equipamentos relativamente conhecidos pelo público e com potencial de adaptação de diferentes configurações conforme o espaço disponível. Todavia, verificou-se que tais equipamentos, em geral, não dispõem de estudos técnicos equivalentes de ergonomia, segurança biomecânica, acessibilidade e adequação para uso independente em espaço público, sobretudo quando destinados a uma ampla gama de usuários, incluindo idosos, pessoas com doenças crônicas e iniciantes. Além disso, é comum que esse tipo de solução se valha de sistemas de carga ou acessórios não integrados (como barras, anilhas e halteres soltos), o que aumenta o risco de furtos, extravios, mau uso e acidentes, além de reduzir a vida útil do investimento público e elevar os custos de manutenção. À vista desses elementos, a solução nº 3 mostra-se tecnicamente insuficiente para atender, com segurança e durabilidade, ao padrão de política pública pretendido, sendo, portanto, descartada.

Solução Nº 4 – Academia ao ar livre equipada com máquinas de movimento:

A quarta alternativa consiste na implantação de uma academia ao ar livre com equipamentos fixos de movimento. Esses aparelhos, confeccionados em materiais resistentes e apropriados para utilização em ambientes externos, funcionam a partir de mecanismos simples de alavanca, sem necessidade de cargas adicionais. Tal característica confere maior acessibilidade, uma vez que não exige do usuário conhecimentos técnicos avançados para sua utilização, sendo a simplicidade de uso um fator que os torna acessíveis a diferentes perfis da população, em especial idosos e iniciantes, promovendo inclusão social e incentivo à prática de atividades físicas leves. Entre suas vantagens, destacam-se o reduzido custo de aquisição, a baixa necessidade de manutenção e a facilidade de operação. Em contraposição, como aspecto negativo, observa-se a limitação relacionada à ausência de progressão

de carga, o que inviabiliza treinos mais intensos e restringe os resultados em termos de ganho de força e condicionamento físico, tornando-se menos atrativa para usuários que buscam evolução esportiva ou reabilitação com diferentes níveis de intensidade.

Solução Nº 5 – Academia ao ar livre equipada com máquinas de anilhas removíveis:

A quinta alternativa consiste na implantação de uma academia ao ar livre equipada com máquinas de anilhas removíveis. Esses aparelhos são projetados em estruturas robustas e apropriadas para resistir às condições de uso externo, possibilitando a realização de exercícios variados com ajuste de carga por meio da adição ou retirada de anilhas no equipamento. Tal característica confere maior versatilidade e atende a diferentes níveis de condicionamento físico, permitindo tanto a prática de atividades leves quanto o desenvolvimento de treinos mais intensos, com progressão gradativa de carga. Entre suas vantagens, ressaltam-se a possibilidade de evolução contínua dos usuários, o incentivo à prática de exercícios de força e resistência muscular, além do maior atrativo para públicos que buscam resultados mais expressivos em termos de condicionamento físico e desempenho esportivo. Em contraponto, como aspecto negativo, registra-se o maior custo de aquisição e de manutenção dos equipamentos, bem como a necessidade de supervisão ou orientação técnica mínima para garantir o uso seguro, fatores que podem demandar maior investimento financeiro e estrutural. Soma-se a isso o risco de furto, perda ou mau uso das anilhas, que são elementos removíveis, afetando a continuidade e a efetividade da política pública.

Solução Nº 6 – Academia ao ar livre equipada com máquinas de tecnologia de contrapeso ajustável:

A sexta alternativa consiste na implantação de uma academia ao ar livre equipada com máquinas de musculação que utilizam sistema de contrapesos ajustáveis integrados ao próprio equipamento, desenvolvido a partir de tecnologia biomecânica voltada à execução segura e eficiente dos movimentos, com distribuição adequada de carga e estabilidade postural durante o uso. Esses equipamentos, projetados para resistir às condições externas, possibilitam maior variedade de exercícios e permitem ao usuário ajustar a carga conforme sua capacidade e objetivos pessoais, conferindo elevada flexibilidade ao treino e atendendo desde iniciantes até praticantes mais avançados, além de favorecer a progressão gradual da intensidade, aspecto fundamental para o desenvolvimento da força, da resistência e do condicionamento físico.

Entre suas vantagens, destacam-se a possibilidade de evolução contínua, o estímulo à permanência do usuário na prática regular de atividade física, bem como o atendimento inclusivo a diferentes faixas etárias e perfis de público, em especial idosos e pessoas com mobilidade reduzida, em conformidade com os princípios de acessibilidade universal previstos na Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Ademais, por se tratar de sistema com carga integrada ao equipamento, reduzem-se os riscos de furto de peças, de mau uso de acessórios removíveis e de danos ao piso por impacto, aumentando a segurança operacional e a durabilidade do investimento público.

Considerando as características ambientais do Estado de Alagoas — marcadas por alta umidade, incidência solar intensa e, em diversas regiões, atmosfera com influência salina — os equipamentos exigem tratamentos anticorrosivos e de proteção estrutural específicos, adequados ao clima local, de modo a garantir maior vida útil, estabilidade mecânica e redução de custos de manutenção ao longo do ciclo de uso.

Em contraponto, registra-se o custo de aquisição superior em relação às demais tipologias analisadas, em razão do padrão tecnológico empregado e dos requisitos de desempenho e resistência ambiental. Ainda assim, a análise técnica demonstra que tais características são indispensáveis para a plena consecução dos objetivos do projeto, razão pela qual a solução se diferencia qualitativamente das demais opções avaliadas.

Conclusão: Diante da análise realizada, conclui-se que as soluções nº 1, 2 e 3, embora representem alternativas possíveis em tese, não se mostram adequadas aos objetivos específicos do projeto, seja pelo elevado custo de implantação e manutenção e pela dependência de gestão operacional permanente (soluções nº 1 e 2), seja pela insuficiência de garantias quanto à ergonomia, segurança biomecânica e durabilidade em uso independente e comunitário (solução nº 3). As soluções nº 4 e 5, por sua vez, atendem parcialmente aos requisitos de funcionalidade e acesso, mas apresentam limitações relevantes: a solução nº 4 não permite progressão de carga, restringindo o potencial de evolução dos usuários, e a solução nº 5 depende de acessórios removíveis, com maior risco de furtos, mau uso e descontinuidade do serviço. Nesse contexto, somente a Solução nº 6 – Academia ao ar livre equipada com máquinas de tecnologia de contrapeso ajustável revela-se integralmente compatível com as necessidades do projeto, ao conciliar flexibilidade de uso, progressão de carga, segurança biomecânica, maior durabilidade e melhor aderência aos objetivos de promoção da saúde e da prática regular de atividade física em espaço público.

Conclui-se, portanto, pela escolha da Solução nº 6, por se tratar da alternativa mais inovadora e sustentável entre as diferentes soluções analisadas. Ao contrário das demais opções, essa solução não depende do acoplamento de pesos removíveis — característica que reduz o desgaste dos equipamentos e do piso em razão de impactos — e apresenta aparelhos multifuncionais capazes de possibilitar, no mínimo, três exercícios distintos por unidade, otimizando a utilização do espaço físico e proporcionando aos usuários uma experiência mais completa, com a instalação de um número reduzido de equipamentos, em conformidade com o princípio da eficiência.

Ressalte-se que a definição da solução técnica não decorre de mera opção administrativa, mas de análise técnica fundamentada, lastreada em critérios objetivos de desempenho, segurança, durabilidade e adequação ao uso pretendido.

O enquadramento adotado no presente Estudo Técnico Preliminar decorre da avaliação das características funcionais do objeto, conforme os parâmetros estabelecidos, sem prejuízo da adoção do procedimento licitatório cabível, nos termos da Lei n.º 14.133/2021.

6. Descrição da solução como um todo

A fim de que a Administração alcance os resultados por ela pretendidos, a solução como um todo deverá consistir na aquisição de equipamentos de musculação desenvolvidos com arquitetura biomecânica própria, voltada à execução segura dos movimentos, com estabilidade postural, distribuição equilibrada de carga e redução de riscos de lesões durante o uso independente em espaço público.

A solução deverá observar o princípio do desenho universal e da acessibilidade funcional, em conformidade com a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), permitindo o uso adequado por idosos, pessoas com mobilidade reduzida, usuários em processo de reabilitação física e

iniciantes, sem prejuízo do atendimento a praticantes em níveis mais avançados de condicionamento, garantindo inclusão, progressão gradual de esforço e adaptação ergonômica segura. Considerando as características ambientais do Estado de Alagoas, marcadas por alta umidade, elevada incidência solar e, em diversos municípios, atmosfera com influência salina, os equipamentos deverão incorporar tratamentos anticorrosivos e de proteção estrutural específicos para a realidade climática local, de modo a assegurar maior durabilidade, resistência mecânica e redução de custos de manutenção ao longo do ciclo de vida do investimento público.

Além desses requisitos tecnológicos, a solução deverá contemplar exigências e condições relacionadas ao correto aproveitamento do serviço, incluindo entrega, instalação, bem como garantia contratual mínima que abranja manutenção corretiva dos equipamentos em local público, defeitos de fabricação, falhas de instalação e substituição de peças danificadas, de forma a assegurar a continuidade, a qualidade e a efetiva utilização do equipamento pela população.

Em razão desse conjunto de requisitos, tecnologia com patente em tramitação, padrão superior de segurança biomecânica, acessibilidade legalmente compatível e resistência ambiental específica para o clima de Alagoas, a solução apresenta características técnicas não equivalentes às demais alternativas avaliadas, configurando-se como sistema de natureza singular e indispensável ao atingimento dos objetivos do projeto.

Nesse sentido, os bens a serem adquiridos são classificados como comuns, pois os padrões de qualidades podem ser facilmente atendidos por empresas do ramo desta contratação, sem causar prejuízos à competitividade objetivando conseguir a proposta mais vantajosa para a Administração, consoante o art. 6º, XIII, da lei nº. 14.133/2021.

A aquisição do objeto dar-se-á pela modalidade de licitação através de pregão eletrônico, por ser um bem comum, cujo critério de julgamento será de menor preço, conforme o art. 6º, XLI, da lei nº. 14.133/2021.

6.1. A SOLUÇÃO DEVERÁ COMPORTAR OS SEGUINTE ELEMENTOS

1) Garantir condições relacionadas ao correto aproveitamento do serviço, incluindo a entrega, a instalação e a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos em local público, dentro do período previsto de garantia, de modo a assegurar sua durabilidade, segurança de uso e efetiva utilização pela população.

Entende-se por manutenção preventiva: Verificação de integridade estrutural, pintura, fixações e desgastes anormais; Aplicação de lubrificante em articulações e partes móveis para evitar atritos excessivos; Verificação e reaperto de parafusos e buchas para garantir estabilidade; Testes de carga e resistência para garantir conformidade com as normas técnicas; e Aplicação de revestimentos anticorrosivos e retoques de pintura.

Entende-se por manutenção corretiva aquela decorrente de defeitos de fabricação e de vícios ocultos, montagem e instalação.

2) Garantir atendidas as exigências e condições relacionadas à garantia contratual mínima do serviço, contemplando cobertura para defeitos de fabricação, falhas de instalação e substituição de peças danificadas, bem como a obrigação da contratada de realizar manutenções periódicas durante todo o período de vigência contratual, de forma a garantir a continuidade e a qualidade da prestação do serviço.

São condições previstas na garantia: Defeitos estruturais decorrentes de falha de fabricação ou instalação; Defeitos em peças móveis, rolamentos, articulações e sistemas de fixação; Desgaste prematuro de componentes metálicos e poliméricos dentro do prazo estipulado; e Assistência técnica para ajustes e regulagens necessárias.

6.2. A EXECUÇÃO DO OBJETO SEGUIRÁ A SEGUINTE DINÂMICA

O prazo de execução será contado, do efetivo recebimento da Ordem de fornecimento, até a expiração do prazo de vigência contratual e seguirá o seguinte cronograma físico-financeiro:

- O prazo de entrega dos bens é de no máximo 30 (trinta) dias, contados do efetivo recebimento da Ordem de Fornecimento, em remessa parcelada, mediante solicitação do fiscal do contrato.
- Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- Na hipótese de não se proceder à verificação a que se refere o subitem anterior dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

LOTE	CATMAT	Quantitativo
Único	623742	13
	623742	15
	623742	76
	623742	87

Com base no método definido e a partir de dados extraídos do Projeto Academia ao Ar Livre, o qual aponta os critérios e a metodologia para a instalação das academias, foi levantada uma relação com os municípios a serem beneficiados pela iniciativa, em análise a população em favelas e comunidades urbanas, sendo analisado critérios como:

- Baixa renda média e pouca acessibilidade a academias privadas;
- Grande número de pessoas em pequenas áreas;

- Déficit histórico de infraestrutura urbana e promoção de saúde/bem estar em territórios vulneráveis.

A memória de cálculo base para a tabela acima está pormenorizada no ANEXO II deste Estudo Técnico Preliminar, bem como nos DFD's dos órgãos participantes, presentes no Processo Nº E: 04105.0000000286/2026:

Anexo DFD - CBMAL (37893419)

Anexo DFD - DEA (37893648)

Anexo DFD - SSP (37893654)

Anexo DFD - UNCISAL (37893680)

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 51.110.219,52

A estimativa considera os valores unitários e globais dos equipamentos que compõem a solução, levando em conta a variabilidade de preços decorrente de fatores econômicos, especialmente a inflação e as oscilações do mercado fornecedor.

Atesta-se que a estimativa do valor da contratação será elaborada em conformidade com o disposto no art. 7º, inciso VI, do Decreto Estadual nº 90.381/2023, bem como com os demais normativos aplicáveis, a partir de dados obtidos em pesquisa de mercado idônea e atualizada.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. DO OBJETO

De acordo com o objeto da contratação, e após a avaliação da sua divisibilidade, com base na necessidade administrativa e no mercado fornecedor, procedeu-se ao maior parcelamento técnica e economicamente possível, realizando-se licitação do tipo menor preço por grupo(s) de itens, em relação a todos os CATMATs.

A divisão por nicho de itens semelhantes permite que a administração adquira produtos dentro de um mesmo padrão e, ao mesmo tempo que sejam fabricados e fornecidos por determinada empresa daquele ramo e não restrinja a participação das mesmas.

Ademais, torna a licitação/contratação econômica e logisticamente mais viável, tendo em vista que os produtos agrupados em seus devidos lotes, são similares, melhorando a padronização e o gerenciamento dos produtos.

A realização de diversas contratações através do critério de julgamento menor preço por item, para o objeto em tela, se torna inviável por diversos fatores, mas, principalmente, pelos grupos se tratar de academia previamente desenhadas, tendo como alteração o porte dessas academias, situação em que foram denominadas como:

- Item 01 - academia tamanho extragrande;
- Item 02 – academia tamanho grande;
- Item 03 – academia tamanho médio;
- Item 04 – academia tamanho pequeno.

É razoável que, se cada empresa contratar um tamanho de academia, passando a produzir seu equipamento, com suas particularidades, não alcançaremos um padrão para o Projeto Academia ao Ar Livre, tendo vários tipos, cores, tamanhos e estrutura para cada equipamento, além de ser preciso administrar com múltiplos fornecedores a execução da garantia e manutenção dos equipamentos abarcado pelas academias.

Diante do exposto, a opção pela não divisão também se justifica pela necessidade de assegurar uniformidade de especificações, simplificação do processo de gestão contratual e melhor aproveitamento das condições de garantia e assistência técnica, evitando riscos de incompatibilidade entre equipamentos de fornecedores distintos e garantindo maior economicidade e efetividade à Administração, sendo o critério de julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE.

9.2. DO ITEM OU GRUPO DE ITENS

Quanto à possibilidade de divisão do grupo de itens em parcelas ainda menores, tem-se por inviável, tendo em vista o vulto e a uniformidade do objeto, inclusive quanto a prazo e local de entrega, e a necessidade de resguardar a economia de escala.

Do ponto de vista dos itens ou grupos de itens, a opção pela não divisão também se justifica pela necessidade de assegurar uniformidade de especificações, simplificação do processo de gestão contratual e melhor aproveitamento das condições de garantia e assistência técnica, evitando riscos de incompatibilidade entre equipamentos de fornecedores distintos e garantindo maior economicidade e efetividade à Administração.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas ou interdependentes com a contratação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação se alinha ao planejamento da Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio, conforme o Planejamento Estratégico instituído, e se vincula à política pública de promoção da saúde, incentivo à prática de atividade física e melhoria da qualidade de vida da população do Estado de Alagoas.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Com a contratação, pretende a Administração alcançar os seguintes resultados:

- Promoção da saúde pública, por meio da melhoria do condicionamento físico, da qualidade de vida e do bem-estar da população alagoana, especialmente da população de renda média e com reduzida acessibilidade a academias privadas;
- Prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, como obesidade, hipertensão arterial, diabetes e doenças cardiovasculares, contribuindo para a redução da demanda por serviços de saúde;
- Aumento da expectativa de vida saudável, com impactos positivos na longevidade e na produtividade da população economicamente ativa;
- Democratização do acesso à prática de atividades físicas, por meio da oferta gratuita de equipamentos adequados em espaços públicos, promovendo inclusão social;
- Valorização e requalificação dos espaços públicos, incentivando a ocupação segura e contínua das praças, parques e áreas de convivência;
- Fortalecimento da convivência comunitária e do lazer, estimulando a integração social, o uso coletivo dos espaços urbanos e hábitos de vida mais saudáveis;
- Redução de custos indiretos para o Estado, a médio e longo prazo, decorrente da diminuição de gastos com tratamentos de saúde;
- Fomento à política pública de esporte e lazer, em consonância com as diretrizes de promoção da saúde, desenvolvimento social e melhoria da qualidade de vida da população.
- Em relação à melhoria da qualidade de produtos e serviços oferecidos à sociedade: ampliação do acesso a espaços públicos de prática de atividades físicas, incentivando a inclusão social, a convivência comunitária e o fortalecimento do sentimento de pertencimento, elevando a qualidade de vida da população do Estado de Alagoas e alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 3 – Saúde e Bem-Estar.

13. Providências a serem Adotadas

De acordo com o objeto da contratação, há necessidade da adoção do seguinte cronograma de atividades para adequação do ambiente do órgão, a fim de que a contratação surta seus efeitos:

Indicação dos agentes públicos que participarão da gestão do contrato:

- Gestor: Abdon Tércio Malta Marques, Gerente de Manutenção, Matrícula n.º 3036-8;
- Subgestor: Ivan Tenório Cavalcante Wanderley de Barros, Superintendente Administrativo, Matrícula n.º 3915-2;
- Fiscal Técnico: Clarice Maria de Lima Patricio, Assessora Especial, Matrícula n.º 3551-3;
- Substituto do Fiscal Técnico: João Pedro Campelo Duque de Moraes, Supervisor de Estudos Técnicos, Matrícula n.º 3479-7;
- Fiscal Administrativo: Lílian Karoline dos Santos Nicodemos, Gerente de Contratos, matrícula n.º 3937-3;

- Substituto do Fiscal Administrativo: Kalyne Carla e Lima Silva, Supervisora de Acompanhamento e Controle, Matrícula n.º 3943-8.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Os impactos ambientais positivos das academias ao ar livre estão relacionados principalmente à valorização de espaços públicos e áreas verdes. A instalação desses equipamentos em praças e parques estimula a conservação de áreas urbanas e o uso consciente do espaço, além de promover atividades físicas em ambientes naturais, fortalecendo a conexão da população com o meio ambiente. Diferentemente de academias convencionais, esses aparelhos não consomem eletricidade, contribuindo para a redução da pegada ambiental do lazer. Além disso, a utilização de materiais duráveis e recicláveis, aliada à manutenção preventiva, prolonga a vida útil dos equipamentos, evitando desperdício de recursos e incentivando o reaproveitamento. Outro benefício ambiental positivo é a diminuição da necessidade de deslocamento até academias privadas, reduzindo emissões veiculares e impactos associados ao transporte.

Por outro lado, existem impactos ambientais negativos que devem ser considerados. A produção dos equipamentos, que envolve aço, alumínio ou plástico, gera consumo de energia, emissões de CO e resíduos industriais, e alguns revestimentos ou pinturas podem conter produtos químicos potencialmente poluentes. A instalação dos aparelhos pode causar compactação do solo, pequenas alterações na vegetação local e gerar resíduos de construção, como concreto, areia e embalagens. Durante a manutenção corretiva, a troca de peças danificadas pode produzir resíduos metálicos ou plásticos, e o uso inadequado de lubrificantes ou solventes pode contaminar solo e água. Além disso, o descarte dos equipamentos ao final de sua vida útil, se não for realizado de forma consciente, contribui para o aumento de resíduos sólidos.

Em síntese, os impactos positivos das academias ao ar livre estão associados à promoção da saúde, à valorização de espaços públicos e à redução do consumo energético e de transporte, enquanto os impactos negativos estão ligados principalmente à fabricação, instalação, manutenção e descarte dos equipamentos. Com planejamento adequado, incluindo uso de materiais recicláveis, manutenção preventiva e descarte consciente, é possível maximizar os benefícios ambientais e minimizar os efeitos adversos.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base na avaliação dos elementos anteriores do estudo técnico preliminar, essa equipe de planejamento declara viável a contratação, em característica técnica, socioeconômica e ambientalmente.

ATESTO, sob a minha responsabilidade, que o estudo técnico preliminar elaborado é adequado e perfeitamente suficiente tanto à caracterização do interesse público envolvido e à evidência do problema a ser resolvido e da sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, quanto ao embasamento do anteprojeto, Termo de Referência ou Projeto Básico a ser elaborado.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOAO PEDRO CAMPELO DUQUE DE MORAES

Gerente de Aquisição



Assinou eletronicamente em 13/03/2026 às 12:28:52.

ALEXIA KALYNE SANTOS DE ARAUJO

Assessora Técnica Especializada

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I - PROPOSTA, ESPECIFICAÇÕES E MANUTENÇÕES - Revisado (1).docx (5.63 MB)
- Anexo II - ANEXO II - LOCALIDADES E QUANTIDADES - Revisado (1).docx (309.17 KB)

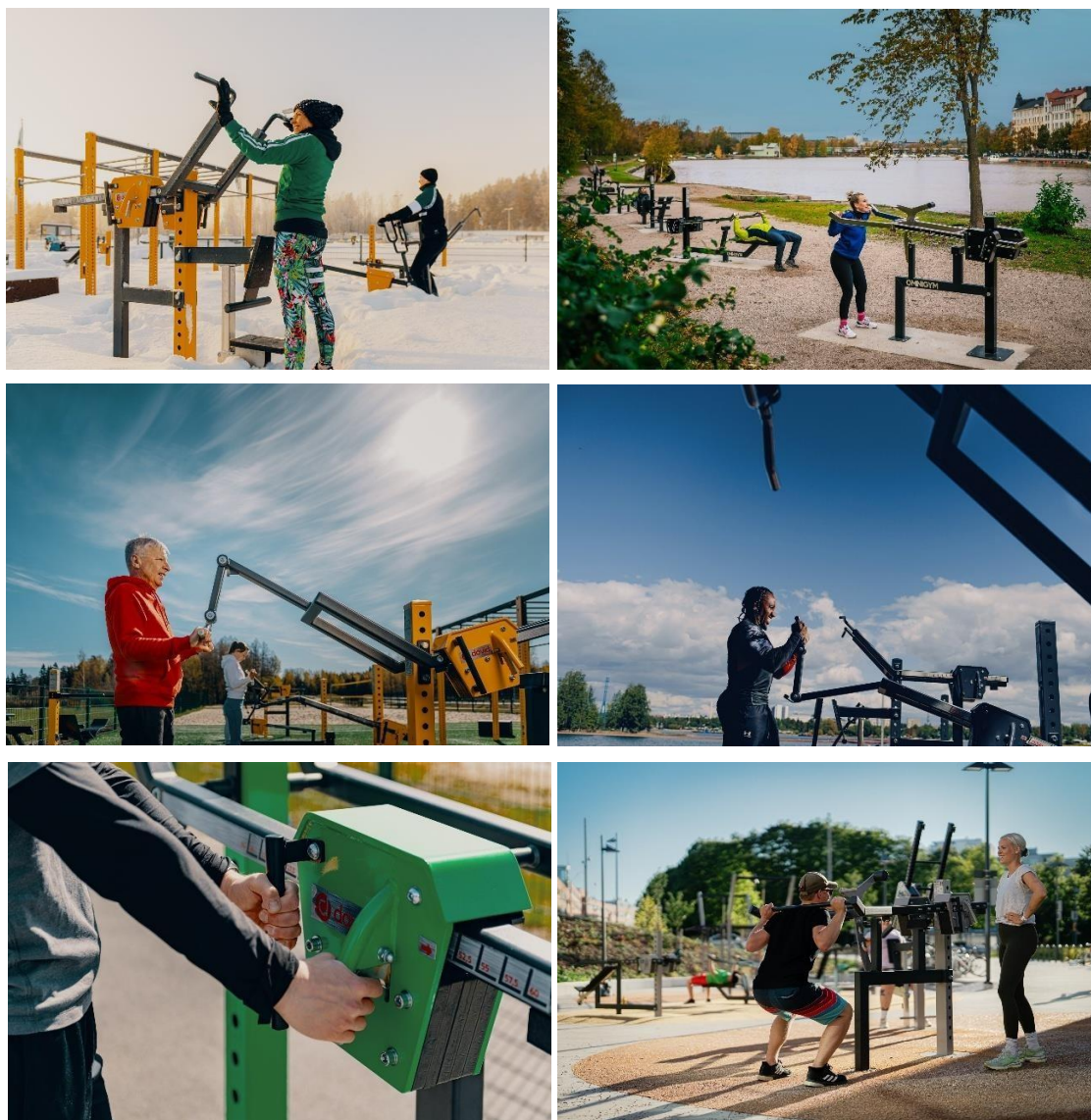
ANEXO I

PROPOSTA, ESPECIFICAÇÕES E MANUTENÇÕES

1. DA PROPOSTA

1.1. A proposta de contempla um novo modelo de academia ao ar livre, inspirada em projeto de incentivo a prática de exercício físico implementado na cidade de Helsinque – Finlândia, que instalou áreas de pratica com equipamento com peso, melhorando significativa o acesso da população e os indicadores de qualidade de vida.

1.2. Ilustrações:



1.3. No projeto implementado na Finlândia demonstra que a proposta de áreas de fitness ao ar livre evoluiu muito desde a implantação da Academias para Terceira Idade. Em vez disso, o estado proporcionou a população novos equipamentos que utilizam tecnologia avançada, segura para uso independente ao ar livre, durável e adaptado a diversas condições climáticas.

1.4. A construção de modernas áreas de fitness ao ar livre dotadas de equipamentos modernos e adequados, possibilita a experiência na academia acessível a todos.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES

2.1. PRINCIPAIS DIFERENÇAS DE OUTROS PROJETOS DE ACADEMIA AO AR LIVRE:

2.1.1. Carga ajustável e implementação biomecânica:

2.1.1.1. Diferente dos demais projetos de academia ao ar livre, a presente proposta permite a utilização de carga ajustável, permitindo um exercício mais completo e eficiente. Os usuários podem ajustar a resistência conforme a sua utilização.

2.1.2. Aparelhos ergonomia e seguros:

2.1.2.1. Os equipamentos são biomecanicamente planejados, permitindo um exercício intuitivo, eficiente e seguro para uma ampla base de usuários, independentemente da idade ou do nível de condicionamento físico.

2.1.3. Serviços digitais:

2.1.3.1. Cada aparelho ser dotado de *QR-code*, onde o usuário terá acesso ao modo de utilização de aparelho por imagem, bem como de vídeo da realizar o exercício. Também poderá ser desenvolvido na plataforma de transformação digital do Governo de Alagoas, um sistema de *check in* onde os usuários podem registrar sua presença na academia, por meio de geolocalização ou inserindo o código da academia ao livre. Através deste sistema será possível uma experiência mais eficiente aos cidadãos, uma vez que ele terá acesso a mais vídeos e ao histórico de presença nas unidades ao ar livre.

2.2. AS ACADEMIAS SERÃO IMPLEMENTADAS EM FUNÇÃO DOS DIFERENTES TIPOS DE PORTES:

2.2.1. Pequena academia:

2.2.1.1. Área mínima de 20m²;

2.2.1.2. Composição padrão de 04 (quatro) equipamentos de diferentes grupos musculares, sendo:

2.2.1.2.1. Leg Press;

2.2.1.2.2. Supino Reto;

2.2.1.2.3. Puxada Alta;

2.2.1.2.4. Desenvolvimento de Ombro;

2.2.1.3. Todos os equipamentos devem ser compostos por diferentes pesos.

2.2.2. Média academia:

2.2.2.1. Área mínima de 40m²;

2.2.2.2. Composição padrão de 06 (seis) equipamentos de diferentes grupos musculares, sendo:

2.2.2.2.1. Leg Press;

2.2.2.2.2. Elevação;

2.2.2.2.3. Supino Reto;

2.2.2.2.4. Puxada Alta;

2.2.2.2.5. Rosca Bíceps;

2.2.2.2.6. Tríceps; e/ou

2.2.2.2.7. Desenvolvimento de Ombro.

2.2.2.3. Todos os equipamentos devem ser compostos por diferentes pesos.

2.2.3. Grande academia:

2.2.3.1. Área mínima de 120m²;

2.2.3.2. Composição padrão de 09 (nove) equipamentos de diferentes grupos musculares, sendo:

2.2.3.2.1. Agachamento;

2.2.3.2.2. Leg Press;

2.2.3.2.3. Elevação;

2.2.3.2.4. Supino Reto;

2.2.3.2.5. Puxada Alta;

2.2.3.2.6. Rosca Bíceps;

2.2.3.2.7. Tríceps;

2.2.3.2.8. Desenvolvimento de Ombro; e

2.2.3.2.9. Estação Multifuncional e Calistenia.

2.2.3.3. Todos os equipamentos devem ser compostos por diferentes pesos.

2.2.4. Extra grande academia:

2.2.4.1. Ilustrações:

2.2.4.1.1. Representação da XL academia:



2.2.4.1.2. Representação da área de corrida da XL academia:



2.2.4.3. Composição padrão de 11 (onze) equipamentos de diferentes grupos musculares, sendo:

2.2.4.3.1. Agachamento;

2.2.4.3.2. Leg Press;

2.2.4.3.3. Elevação;

2.2.4.3.4. Supino Reto;

2.2.4.3.5. Supino Inclinado;

2.2.4.3.6. Puxada Alta;

2.2.4.3.7. Remada Baixa;

2.2.4.3.8. Rosca Bíceps;

2.2.4.3.9. Tríceps;

2.2.4.3.10. Desenvolvimento de Ombro; e

2.2.4.3.11. Estação Multifuncional e Calistenia.

2.2.4.4. Todos os equipamentos devem ser compostos por diferentes pesos.

2.2.4.5. Área direcionada para prática de Calistenia (área multifuncional).

2.2.4.6. Área direcionada a corrida em forma de circuito em volta da academia ao ar livre, com no mínimo duas raia.

2.3. EQUIPAMENTOS E GRUPOS MUSCULARES

2.3.1. Máquina de agachamento:

2.3.1.1. Ilustrações:



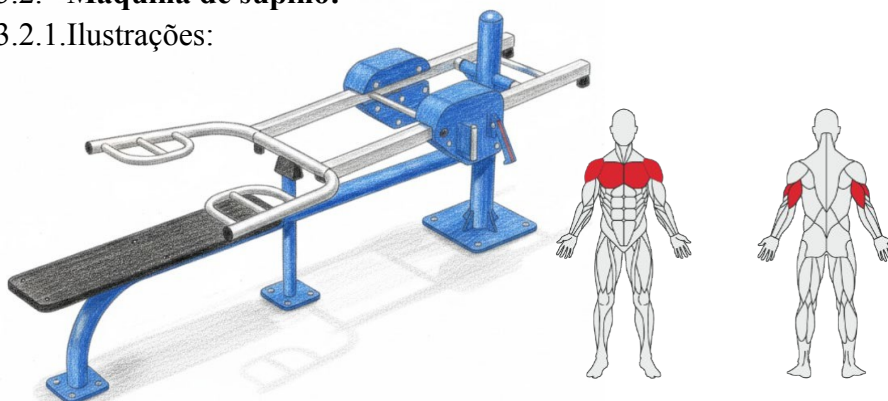
2.3.1.2. Quadríceps: Músculo principal trabalhado no agachamento, responsável pela extensão do joelho.

2.3.1.3. Glúteos: Atuam como músculos auxiliares no movimento, contribuindo para a extensão do quadril e estabilização do corpo.

2.3.1.4. Posteriores de coxa: Também atuam como auxiliares, ajudando na flexão do joelho e na estabilização do movimento.

2.3.2. Máquina de supino:

2.3.2.1. Ilustrações:



2.3.2.2. Peitoral maior: Com foco na porção clavicular, que é a parte superior do músculo. Essa região é responsável por dar aquela aparência mais volumosa e definida à parte superior do peito.

2.3.2.3. Deltóide anterior: Esse músculo, localizado na parte frontal do ombro, também é bastante ativado durante o supino inclinado, contribuindo para a definição e força dos ombros.

2.3.2.4. Tríceps: Apesar de ser um músculo secundário neste exercício, o tríceps braquial auxilia na extensão do cotovelo, ajudando a estabilizar o movimento.

2.3.3. Máquina de leg press:

2.3.3.1. Ilustrações:



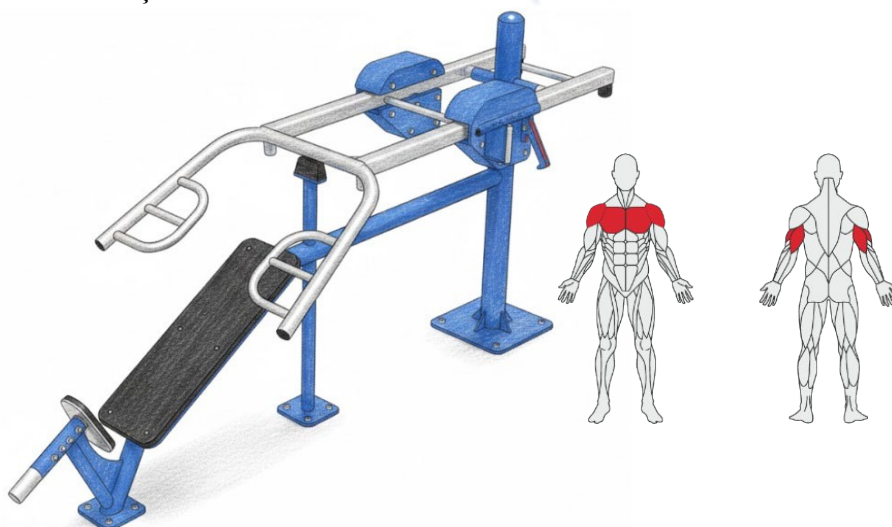
2.3.3.2. Quadríceps: Esse grupo muscular, localizado na parte da frente da coxa, é o principal motor do movimento no Leg Press. Ele é responsável pela extensão do joelho, ou seja, esticar a perna. No Leg Press, o quadríceps é fortemente ativado durante a fase concêntrica do exercício (quando você empurra a plataforma para longe do corpo).

2.3.3.3. Glúteos: Os glúteos também desempenham um papel importante no Leg Press, principalmente o glúteo máximo, que é o maior e mais forte dos três.

2.3.3.4. Panturrilha: Embora em menor grau que os outros dois grupos, a panturrilha também é ativada durante o Leg Press. A panturrilha atua na flexão plantar (movimento de apontar o pé para baixo), e auxilia na estabilização do tornozelo durante o exercício.

2.3.4. Máquina de supino inclinado:

2.3.4.1. Ilustrações:



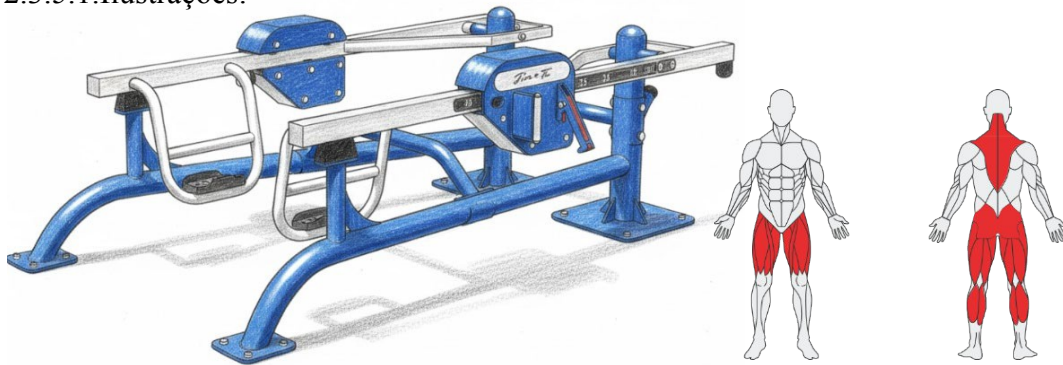
2.3.4.2. Peitoral maior: Com foco na porção clavicular, que é a parte superior do músculo. Essa região é responsável por dar aquela aparência mais volumosa e definida à parte superior do peito.

2.3.4.3. Deltóide anterior: Esse músculo, localizado na parte frontal do ombro, também é bastante ativado durante o supino inclinado, contribuindo para a definição e força dos ombros.

2.3.4.4. Tríceps: Apesar de ser um músculo secundário neste exercício, o tríceps braquial auxilia na extensão do cotovelo, ajudando a estabilizar o movimento.

2.3.5. Máquina de multi elevação:

2.3.5.1. Ilustrações:



2.3.5.2. Quadríceps: Localizado na parte da frente da coxa, é responsável pela extensão do joelho e é crucial para movimentos como caminhar, correr e pular.

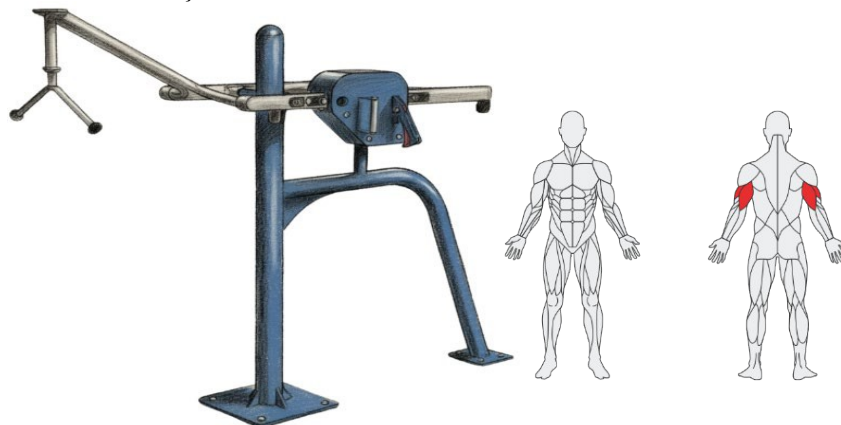
2.3.5.3. Isquiotibiais: Situados na parte de trás da coxa, atuam na flexão do joelho e são importantes para a estabilidade do joelho e força explosiva.

2.3.5.4. Glúteos: Composto por três músculos (máximo, médio e mínimo), os glúteos são essenciais para a extensão do quadril, rotação do quadril e estabilidade da pelve.

2.3.5.5. Panturrilha: Localizadas na parte de trás da perna, atuam na flexão plantar (levantar o calcanhar) e contribuem para a força e estabilidade do tornozelo.

2.3.6. Máquina de tríceps:

2.3.6.1. Ilustrações:



2.3.6.2. Tríceps braquial: É o principal músculo alvo do exercício. Ele é composto por três cabeças: longa, lateral e medial. A cabeça longa é a mais solicitada

no Aparelho de Tríceps Máquina, especialmente quando o exercício é realizado com os braços elevados acima da cabeça.

2.3.6.3. Ancôneo: É um músculo pequeno localizado na parte posterior do cotovelo, que auxilia na extensão do braço.

2.3.6.4. Músculos estabilizadores: Outros músculos, como os deltoides e os músculos do core, atuam como estabilizadores durante o exercício, ajudando a manter o corpo em uma posição correta e segura.

2.3.7. **Máquina de rosca bíceps:**

2.3.7.1. Ilustrações:



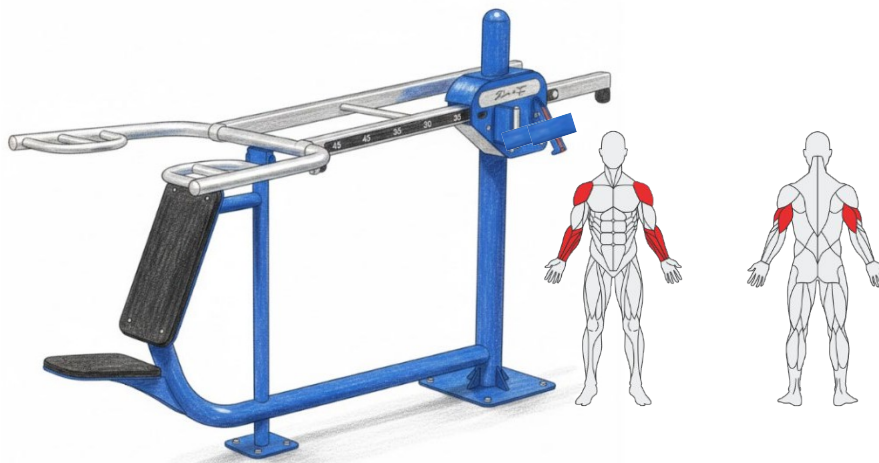
2.3.7.2. Bíceps braquial: É o principal músculo alvo do exercício. Ele é composto por duas cabeças: a cabeça longa e a cabeça curta. Ambas as cabeças são ativadas durante a rosca bíceps, sendo responsáveis pela flexão do cotovelo e supinação do antebraço (movimento de girar a palma da mão para cima).

2.3.7.3. Braquial: É um músculo localizado abaixo do bíceps braquial, que também atua na flexão do cotovelo. Ele é importante para a força geral do braço e contribui para a aparência estética da região.

2.3.7.4. Braquiorradial: É um músculo localizado no antebraço, que auxilia na flexão do cotovelo, principalmente quando o antebraço está em posição neutra (palma da mão voltada para o lado do corpo).

2.3.8. **Máquina de desenvolvimento de ombro:**

2.3.8.1. Ilustrações:



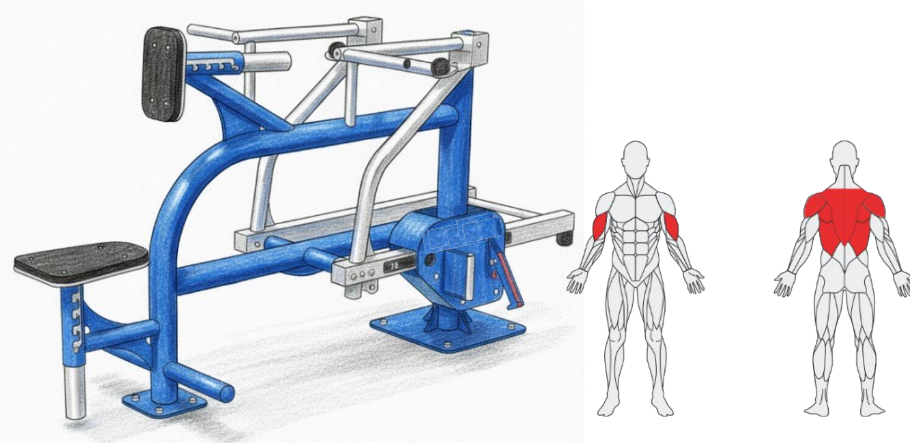
2.3.8.2. Deltóide anterior: Localizado na parte frontal do ombro, esse músculo é o principal responsável por levantar o braço para frente. No Desenvolvimento de Ombro, ele atua elevando os braços à medida que você empurra as pegas para cima.

2.3.8.3. Deltóide medial: Situado na parte lateral do ombro, esse músculo contribui para a abdução do braço (levantar o braço para o lado). No Desenvolvimento de Ombro, ele ajuda a estabilizar o movimento e a levantar os braços.

2.3.8.4. Deltóide posterior: Localizado na parte posterior do ombro, esse músculo atua na extensão do braço (levar o braço para trás). No Desenvolvimento de Ombro, ele é ativado de forma secundária, auxiliando na estabilização e no controle do movimento.

2.3.9. Máquina de remada baixa:

2.3.9.1. Ilustrações:



2.3.9.2. Grande dorsal (latíssimo do dorso): É o maior músculo das costas e um dos principais responsáveis pela força de puxar. Na Remada Baixa, ele atua puxando os cotovelos para trás e para baixo, aproximando as mãos do corpo.

2.3.9.3. Trapézio: Músculo que se estende da base do crânio até a metade das costas, com formato triangular. Ele atua na elevação e rotação da escápula, auxiliando na estabilização do movimento e na retração dos ombros.

2.3.9.4. Romboides: Localizados abaixo do trapézio, esses músculos auxiliam na retração escapular, aproximando as escápulas da coluna vertebral durante a remada.

2.3.10. Máquina de puxada alta:

2.3.10.1. Ilustrações:



- 2.3.10.2. Latíssimo do dorso: É o músculo mais largo das costas e o principal responsável pela adução do braço (trazer o braço para perto do corpo), como no movimento de puxar para baixo na puxada alta.
- 2.3.10.3. Trapézio: Músculo localizado na parte superior das costas, que atua na elevação e rotação da escápula, auxiliando na estabilização e no movimento da puxada alta.
- 2.3.10.4. Deltoides posteriores: Parte posterior do músculo deltoide, que atua na extensão e rotação externa do ombro, sendo recrutada na puxada alta para auxiliar na força e no controle do movimento.
- 2.3.10.5. Romboides: Músculos localizados abaixo do trapézio, que auxiliam na adução e rotação da escápula, contribuindo para a estabilidade e o movimento da puxada alta.
- 2.3.10.6. Bíceps braquial: Músculo do braço que atua na flexão do cotovelo, sendo recrutado na puxada alta para auxiliar na força de puxar a barra para baixo.

3. DAS MANUTENÇÕES

3.1. MANUTENÇÃO PREVENTIVA:

- 3.1.1. Durante todo o período de garantia, a empresa contratada realizará inspeções visuais trimestrais, com o objetivo de verificar a integridade estrutural dos equipamentos, o estado da pintura, das fixações e a ocorrência de desgastes anormais que possam comprometer a segurança ou a funcionalidade dos aparelhos.
- 3.1.2. Em intervalos semestrais, serão executadas atividades de lubrificação das articulações e das partes móveis, visando reduzir atritos excessivos e prolongar a vida útil dos componentes mecânicos. No mesmo período, também serão realizados ajustes e reapertos de fixações, incluindo parafusos e buchas, de modo a assegurar a estabilidade e o correto funcionamento dos equipamentos instalados.
- 3.1.3. Ainda com periodicidade semestral, serão promovidos testes de segurança, abrangendo ensaios de carga e resistência, a fim de verificar a conformidade dos equipamentos com as normas técnicas aplicáveis e garantir condições adequadas de uso pelos usuários.
- 3.1.4. Anualmente, será efetuada a manutenção de pintura e retoques, compreendendo a aplicação de revestimentos anticorrosivos e a correção de pontos com desgaste superficial, contribuindo para a conservação estética e estrutural dos equipamentos expostos às intempéries.
- 3.1.5. Todas as ações de manutenção preventiva serão devidamente registradas, sendo elaborado relatório técnico detalhado, o qual será disponibilizado ao contratante para fins de acompanhamento e controle.

3.2. MANUTENÇÃO CORRETIVA:

- 3.2.1. Sempre que identificada qualquer falha funcional ou defeito nos equipamentos durante o período de garantia, a empresa contratada prestará atendimento técnico corretivo, com prazo máximo de até 72 (setenta e duas) horas, contado a partir da comunicação formal do problema pelo contratante.
- 3.2.2. O atendimento corretivo compreenderá a análise técnica no local, o diagnóstico da falha e, quando constatado que o problema está coberto pelas condições de garantia,

a execução dos reparos necessários sem ônus adicional. Caso a ocorrência não se enquadre nas hipóteses de cobertura da garantia, será apresentado orçamento prévio para apreciação e autorização do contratante antes da realização dos serviços.

ANEXO II

LOCALIDADES E QUANTIDADES

1. DAS LOCALIDADES

1.1. Critérios e metodologias aplicadas:

1.1.1. Para estruturar critérios técnicos e metodológicos sólidos para orientar a implantação das Academias ao Ar Livre, com base em evidências populacionais, epidemiológicas e territoriais, foram estabelecidas:

1.1.1.1. **Densidade populacional:** Prioriza-se a instalação dos equipamentos em áreas que concentram maior número de moradores, de modo a assegurar a utilização intensiva e a efetividade do investimento público. O planejamento leva em consideração, especialmente, a população com 15 anos ou mais, faixa etária em que se observa maior demanda e aderência às práticas de atividade física.

1.1.1.2. **Vulnerabilidade social:** Deve-se considerar, de forma prioritária, os municípios que apresentem elevado número de pessoas inscritas no Cadastro Único (CadÚnico), por refletirem maior vulnerabilidade socioeconômica e, consequentemente, maior necessidade de políticas públicas voltadas à promoção da saúde, inclusão social e melhoria da qualidade de vida.

1.1.1.3. **Condições de saúde (hipertensão e diabetes):** Considerar, de forma prioritária, os municípios que apresentem maior número de pessoas atendidas com diagnósticos de hipertensão e diabetes, direcionando esforços para a prevenção e o controle dessas doenças crônicas por meio da promoção da prática regular de atividade física.

1.1.1.4. **Infraestrutura pública existente:** A instalação deverá ser priorizada em áreas próximas a escolas e unidades do programa Creches CRIA, de modo a aproveitar estruturas já existentes e favorecer a integração com outras políticas públicas voltadas à educação, saúde e desenvolvimento social. Observa-se que, em municípios com população dispersa, poderá ser prevista a implantação de mais de uma academia ao ar livre, considerando a demanda tanto da população urbana quanto da população residente em áreas rurais.

1.1.1.5. **Bases de dados utilizadas para seleção dos critérios e metodologias:**

1.1.1.5.1. Censo 2022 – IBGE (População residente total 15 anos mais);

1.1.1.5.2. Censo 2022 – IBGE (Favelas e comunidades urbanas);

1.1.1.5.3. CadÚnico – Quantidade de pessoas inscritas em famílias em situação de pobreza;

1.1.1.5.4. DataSUS – Procedimentos do SUS diretamente relacionados ao atendimento de pessoas com diabetes e hipertensão;

1.1.1.5.5. Geolocalização SEPLAG – Unidades de Escolas Estaduais;

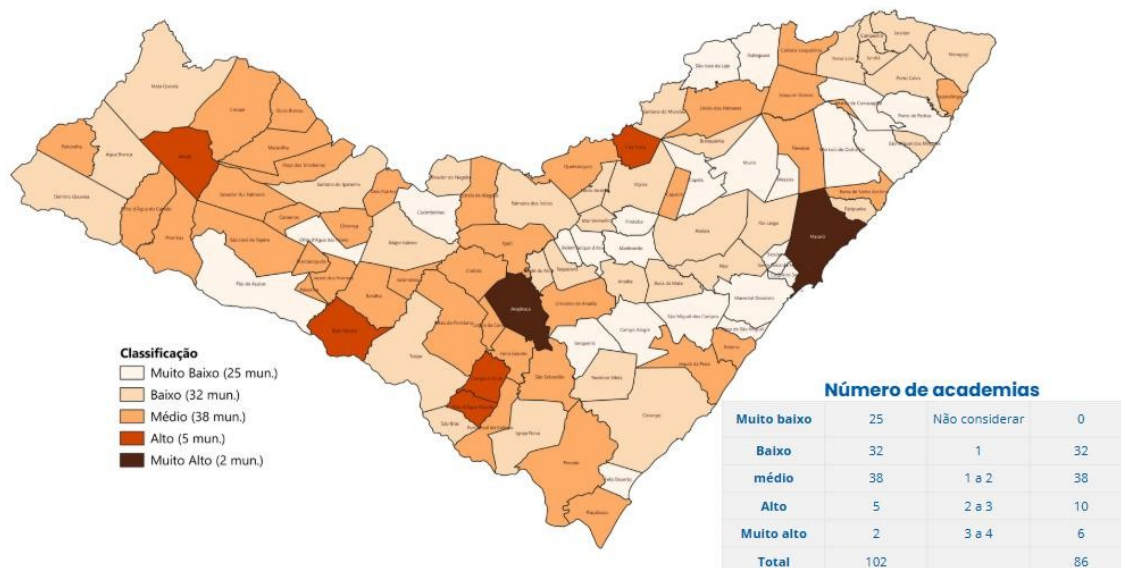
1.1.1.5.6. Geolocalização SEPLAG – Unidades Hospitalares do Estado de Alagoas.

1.1.2. Foi aplicada a normalização min-max, que ajusta cada indicador para uma escala de 0 a 100 mantendo a dispersão original dos dados e permitindo a comparabilidade, além da atribuição de pesos aos indicadores conforme sua importância, conforme memória de cálculo:

$$z = \frac{x - \min(x)}{[\max(x) - \min(x)]}$$

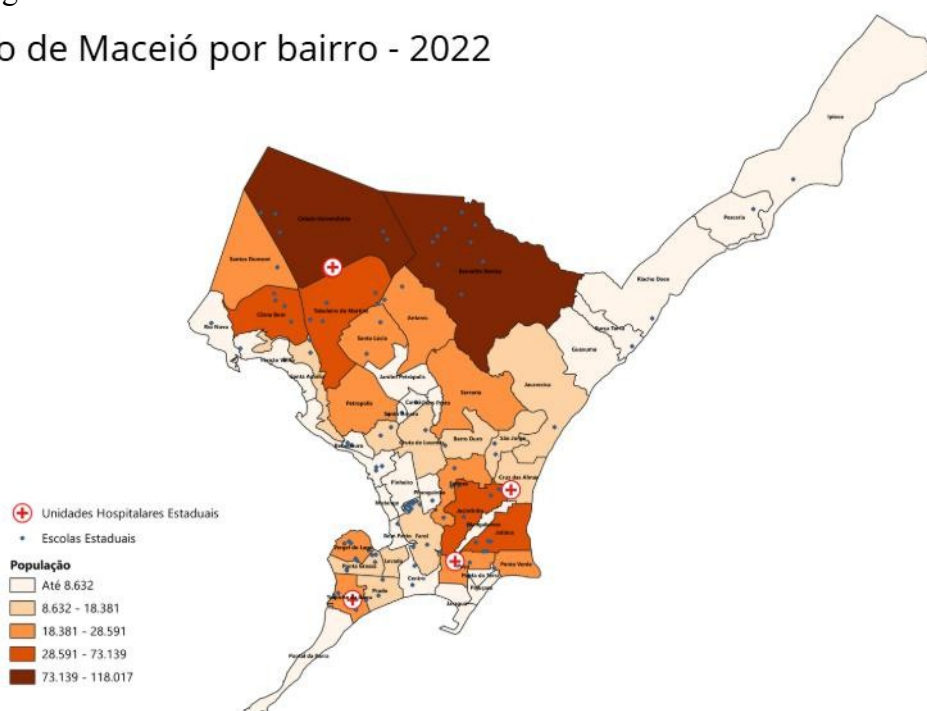
$$y = (Saúde \times 0,10) + (Vulnerabilidade \times 0,20) + (Demográfico \times 0,70)$$

1.1.3. A quantidade de academias nos municípios do Estado de Alagoas ficou predefinida na forma que segue:



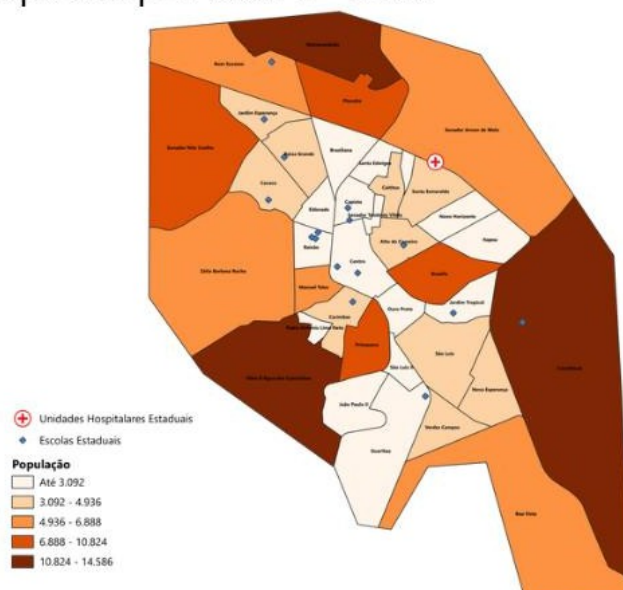
1.1.4. A quantidade de academias nos bairros da cidade de Maceió ficou predefinida na forma que segue:

População de Maceió por bairro - 2022



1.1.5. A quantidade de academias nos bairros da cidade de Arapiraca ficou predefinida na forma que segue:

População de Arapiraca por bairro - 2022



1.1.6. A quantidade de academias nas favelas e comunidades urbanas da cidade de Maceió ficou predefinida na forma que segue:

Favelas mais populosas em Maceió

Vale do Reginaldo	4777
Grota do Cigano	4479
Grota da Alegria B	4421
Brejal	4376
Área Vulnerabilizada do Vergel A	4029
Conjunto Paraíso do Horto	3181
Grota do Moreira	3093
Chã de Bebedouro A	3006
Alto São Rafael	2467
Grota do Rafael	2422

1.1.6.1. Justificativas:

1.1.6.1.1. Baixa renda média e pouca acessibilidade a academias privadas;

1.1.6.1.2. Grande número de pessoas em pequenas áreas;

1.1.6.1.3. Déficit histórico de infraestrutura urbana e promoção de saúde/bem estar em territórios vulneráveis.

1.1.7. A quantidade de academias nas favelas e comunidades urbanas dos demais municípios do Estado de Alagoas ficou predefinida na forma que segue:

Demais municípios

Favelas mais populosas	População Residente	Área Territorial (Hectare)	Densidade Demográfica
Baixa da Gaia, São Luís do Quitunde	2154	20,9	10306,81
Frei Damião, Arapiraca	1788	10,6	16897,42
Alto da Boa Vista, Maragogi	1238	6,4	19293,71
Biquinha, Rio Largo	997	10,6	9442,09
Cidade de Deus, Rio Largo	938	18,3	5124,9
Rua Manoel Tavares, Matadouro, Penedo	853	6,9	12276,74
Vila dos Pescadores, Barra de Santo	821	11	7432,35
Mangabeiras, Arapiraca	808	10,4	7766,84
Loteamento Palmares, Rio Largo	794	5	16002,26
Deda Paes, Maragogi	716	13,4	5354,87

1.1.8. A relação dos municípios e seus graus de prioridade para instalação das Academias ao Ar Livre, conforme critérios e metodologias supracitadas:

Ranking de grau de prioridade				
Muito Alto - 2	Alto - 5	Médio - 38	Baixo - 32	Muito Baixo - 25
1. Maceió 2. Arapiraca	3. Inhapi 4. Belo Monte 5. Campo Grande 6. Olho D'água Grande 7. Chã Preta	8. Pariconha 9. Canapi 10. Ouro Branco 11. Maravilha 12. Poço das Trincheiras 13. Senador Rui Palmeira 14. Carneiros 15. São José da Tapera 16. Piranhas 17. Olho D'água do Casado 18. Monteirópolis 19. Palestina 20. Jacaré dos Homens 21. Olivença 22. Dois Riachos 23. Batalha 24. Jaramataia 25. Estrela de Alagoas 26. Igaci 27. Craíbas 28. Girau do Ponciano 29. Lagoa da Canoa 30. Feira Grande 31. Porto Real do Colégio 32. São Sebastião 33. Penedo 34. Piaçabuçu 35. Limoeiro de Anadia 36. Quebrangulo 37. Cajueiro 38. União dos Palmares 39. Joaquim Gomes 40. Colônia Leopoldina 41. Japaratinga 42. Matriz do Camaragibe 43. Flexeiras 44. Barra de Santo Antônio 45. Jequiá da Praia	46. Maragogi 47. Jacuípe 48. Campestre 49. Jundiá 50. Novo Lino 51. Porto Calvo 52. São Miguel dos Milagres 53. Santana do Mundaú 54. Branquinha 55. Rio Largo 56. Paripueira 57. Atalaia 58. Pilar 59. Boca da Mata 60. Anadia 61. Viçosa 62. Paulo Jacinto 63. Mar Vermelho 64. Palmeira dos Índios 65. Minador do Negrão 66. Coité do Nóia 67. Taquarana 68. Teotônio Vilela 69. Coruripe 70. Igreja Nova 71. São Brás 72. Traipu 73. Major Isidoro 74. Santana do Ipanema 75. Delmiro Gouveia 76. Água Branca 77. Mata Grande	78. Pão de Açúcar 79. Olho D'água das Flores 80. Cacimbinha 81. Belém 82. Tanque D'arca 83. Maribondo 84. Pindoba 85. Junqueiro 86. Campo Alegre 87. Feliz Deserto 88. São Miguel dos Campos 89. Marechal Deodoro 90. Barra de São Miguel 91. Coqueiro Seco 92. Santa Luzia do Norte 93. Satuba 94. Capela 95. Murici 96. Messias 97. São Luiz do Quitunde 98. São José da Lage 99. Passo de Camaragibe 100. Porto de Pedras 101. Ibateguara 102. Matriz de Camaragibe

2. DAS QUANTIDADES

2.1. Para o devido alcance dos resultados pretendidos, a implantação das academias ao ar livre deverá ser realizada em ciclos, observando-se os critérios e metodologias previamente definidos, na forma estabelecida a seguir:

Porte	Ciclo 1	Ciclo 2	Ciclo 3	Ciclo 4
Pequena academia	32	25	10	10
Média academia	38	38	-	-
Grande academia	10	5	-	-
XL academia	6	2	-	-

2.1.1. O **Ciclo 1** compreende as 86 academias que contemplariam 77 municípios, conforme o mapa de classificação dos municípios alagoanos, conforme subitem 1.1.3.

2.1.2. O **Ciclo 2** compreende as 70 academias que contemplariam 70 municípios, considerando os quantitativos máximos previsto na metodologia, e conforme a distribuição constante no mapa de classificação dos municípios alagoanos, conforme subitem 1.1.4.

2.1.3. O **Ciclo 3** compreende as 10 academias que contemplariam 10 áreas de favelas e comunidades urbanas da Capital, conforme subitem 1.1.5.

2.1.4. O **Ciclo 4** compreende as 10 academias que contemplariam 10 áreas de favelas e comunidades urbanas nos demais municípios alagoanos, conforme subitem 1.1.6.

2.2. A proposta de ciclo não compreende fases ou sequência de implantação, mas sim propositura de agrupamento estabelecido em alinhamento com a metodologia aplicada, podendo para fins de implantação ser estabelecido qualquer ordenamento.

Obs1. Os quantitativos são fixos, porém ao longo da execução do projeto, por opção do gestor, mudança no rito processual ou até mesmo necessidade de contemplar outras estruturas como prédios públicos e áreas públicas diversas, poderão ter alterações nas localizações, padrões e destinos.